



Conselho da  
União Europeia

Bruxelas, 27 de fevereiro de 2026  
(OR. en)

11787/24  
ADD 10

---

**Dossiês interinstitucionais:**  
2024/0101 (NLE)  
2024/0102 (NLE)

---

AELE 72  
AND 13  
SM 13  
MI 659

#### **ATOS LEGISLATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS**

---

Assunto: Acordo que cria uma Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Principado de Andorra e a República de São Marinho, cada um na qualidade de parte distinta, por outro

---

## ANEXO I – PROTOCOLO DE SÃO MARINHO

### SEGURANÇA DOS ALIMENTOS – QUESTÕES VETERINÁRIAS – QUESTÕES FITOSSANITÁRIAS

Lista estabelecida no artigo 13.º, n.º 1, alínea a), do Acordo-Quadro

#### ÍNDICE

##### PARTE I – GENERALIDADES

- 1 Legislação alimentar
- 2 Controlos oficiais
- 3 Comitês
- 4 Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos
- 5 Atos de adesão

##### PARTE II – QUESTÕES VETERINÁRIAS

- 1 Sistema de controlo no mercado interno
- 2 Sistema de controlo das importações
- 3 Identificação e registo de animais e registo dos seus movimentos
- 4 Medidas de controlo para doenças animais
- 5 Comércio de animais vivos, sémen, óvulos e embriões na UE
- 6 Circulação sem carácter comercial de animais de companhia
- 7 Proibição de substâncias e controlo de resíduos
- 8 Requisitos aplicáveis à importação de animais vivos e produtos de origem animal
- 9 Acordos internacionais da UE

10 Bem-estar dos animais

11 Zootecnia

### PARTE III – COLOCAÇÃO NO MERCADO DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, ALIMENTOS PARA ANIMAIS E SUBPRODUTOS ANIMAIS

1 Regras de higiene

2 Regras específicas aplicáveis aos produtos de origem animal

3 Regras de controlo

4 Regras específicas de controlo aplicáveis aos produtos de origem animal

5 Regras aplicáveis aos subprodutos animais

6 Financiamento dos controlos

7 Regras específicas aplicáveis à higiene dos alimentos para animais

### PARTE IV – REGRAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

1 Rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios, incluindo alegações nutricionais e de saúde e rotulagem nutricional

2 Aditivos autorizados e critérios de pureza

3 Enzimas alimentares

4 Solventes de extração

5 Aromas

6 Materiais em contacto com os géneros alimentícios

7 Suplementos alimentares

8 Alimentos destinados a uma alimentação especial

9 Géneros alimentícios ultracongelados

10 Contaminantes

11 Novos alimentos

12 Radiação ionizante

13 Águas minerais

14 Acordos internacionais da UE

## PARTE V – REGRAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS

- 1 Colocação no mercado e utilização de alimentos para animais
- 2 Aditivos para a alimentação animal
- 3 Substâncias indesejáveis
- 4 Alimento medicamentoso para animais
- 5 Acordos internacionais da UE

## PARTE VI – FITOSSANIDADE

- 1 Fitossanidade – Organismos prejudiciais
- 2 Fitossanidade – Produtos fitofarmacêuticos
- 3 Qualidade das sementes e materiais de propagação
- 4 Direitos de proteção de variedades vegetais
- 5 Acordos internacionais da UE

## PARTE VII – ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

- 1 Libertação no ambiente
- 2 Géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados

## INTRODUÇÃO

O Protocolo-Quadro n.º 1 é aplicável, salvo disposição em contrário do presente anexo, sempre que os atos jurídicos da UE referidos no presente anexo contenham noções ou referências a procedimentos específicos da ordem jurídica da UE, tais como:

- considerandos,
- os destinatários dos atos jurídicos da UE,
- referências a territórios ou línguas da UE,
- referências a direitos e obrigações dos Estados-Membros da UE ou dos seus organismos públicos, empresas ou particulares nas relações entre si, e
- referências a procedimentos de informação e notificação.

## ATOS REFERIDOS

## PARTE I

### GENERALIDADES

#### CAPÍTULO 1

#### LEGISLAÇÃO ALIMENTAR

1. 32002 R 0178: Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32003 R 1642: Regulamento (CE) n.º 1642/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de julho de 2003 (JO L 245 de 29.9.2003, p. 4),
  - 32006 R 0575: Regulamento (CE) n.º 575/2006 da Comissão, de 7 de abril de 2006 (JO L 100 de 8.4.2006, p. 3),
  - 32008 R 0202: Regulamento (CE) n.º 202/2008 da Comissão, de 4 de março de 2008 (JO L 60 de 5.3.2008, p. 17),
  - 32009 R 0596: Regulamento (CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009 (JO L 188 de 18.7.2009, p. 14),
  - 32014 R 0652: Regulamento (UE) n.º 652/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 (JO L 189 de 27.6.2014, p. 1),

- 32017 R 0228: Regulamento (UE) 2017/228 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2017 (JO L 35 de 10.2.2017, p. 10),
  - 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).
2. 32003 R 1304: Regulamento (CE) n.º 1304/2003 da Comissão, de 23 de julho de 2003, relativo ao procedimento aplicado pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos em relação aos pedidos de pareceres científicos que lhe são apresentados (JO L 185 de 24.7.2003, p. 6).
  3. 32004 R 2230: Regulamento (CE) n.º 2230/2004 da Comissão, de 23 de dezembro de 2004, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 178/2002 no que diz respeito à criação de redes de organismos que trabalhem nos domínios da competência da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (JO L 379 de 24.12.2004, p. 64).
  4. 32019 D 0300: Decisão de Execução (UE) 2019/300 da Comissão, de 19 de fevereiro de 2019, que estabelece um plano geral de gestão de crises no domínio da segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais (JO L 50 de 21.2.2019, p. 55).
  5. 32009 D 0726: Decisão 2009/726/CE da Comissão, de 24 de setembro de 2009, relativa às medidas de proteção provisórias adotadas pela França no que respeita à introdução no seu território de leite e produtos à base de leite provenientes de uma exploração na qual foi confirmado um caso de tremor epizoótico clássico (JO L 258 de 1.10.2009, p. 27).

6. 32010 D 0381: Decisão 2010/381/UE da Comissão, de 8 de julho de 2010, relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da aquicultura importados da Índia e destinados ao consumo humano (JO L 174 de 9.7.2010, p. 51), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32012 D 0690: Decisão de Execução 2012/690/UE da Comissão, de 6 de novembro de 2012 (JO L 308 de 8.11.2012, p. 21),
  - 32016 D 1774: Decisão de Execução (UE) 2016/1774 da Comissão, de 4 de outubro de 2016 (JO L 271 de 6.10.2016, p. 7).
7. 32011 D 0884: Decisão de Execução 2011/884/UE da Comissão, de 22 de dezembro de 2011, relativa a medidas de emergência no que se refere ao arroz geneticamente modificado não autorizado em produtos à base de arroz originários da China e que revoga a Decisão 2008/289/CE (JO L 343 de 23.12.2011, p. 140), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32013 D 0287: Decisão de Execução da Comissão 2013/287/UE, de 13 de junho de 2013 (JO L 162 de 14.6.2013, p. 10).
8. 32013 R 0208: Regulamento de Execução (UE) n.º 208/2013 da Comissão, de 11 de março de 2013, relativo aos requisitos de rastreabilidade dos rebentos e das sementes destinadas à produção de rebentos (JO L 68 de 12.3.2013, p. 16).
9. 32013 H 0165: Recomendação 2013/165/UE da Comissão, de 27 de março de 2013, relativa à presença das toxinas T-2 e HT-2 em cereais e produtos à base de cereais (JO L 91 de 3.4.2013, p. 12).
10. 32014 R 0853: Regulamento de Execução (UE) n.º 853/2014 da Comissão, de 5 de agosto de 2014, que revoga o Regulamento (CE) n.º 1151/2009 que impõe condições especiais à importação de óleo de girassol originário ou expedido da Ucrânia (JO L 233 de 6.8.2014, p. 25).

11. 32019 R 1793: Regulamento de Execução (UE) 2019/1793 da Comissão, de 22 de outubro de 2019, relativo ao aumento temporário dos controlos oficiais e às medidas de emergência que regem a entrada na União de determinadas mercadorias provenientes de certos países terceiros, que dá execução aos Regulamentos (UE) 2017/625 e (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga os Regulamentos (CE) n.º 669/2009, (UE) n.º 884/2014, (UE) 2015/175, (UE) 2017/186 e (UE) 2018/1660 da Comissão (JO L 277 de 29.10.2019, p. 89), com a redação que lhe foi dada por:
- 32020 R 1540: Regulamento de Execução (UE) 2020/1540 da Comissão, de 22 de outubro de 2020 (JO L 353 de 23.10.2020, p. 4),
  - 32021 R 0608: Regulamento de Execução (UE) 2021/608 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 119),
  - 32021 R 1900: Regulamento de Execução (UE) 2021/1900 da Comissão, de 27 de outubro de 2021 (JO L 387 de 3.11.2021, p. 78),
  - 32021 R 2246: Regulamento de Execução (UE) 2021/2246 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 453 de 17.12.2021, p. 5),
  - 32022 R 0913: Regulamento de Execução (UE) 2022/913 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 1),
  - 32022 R 2389: Regulamento de Execução (UE) 2022/2389 da Comissão, de 7 de dezembro de 2022 (JO L 316 de 8.12.2022, p. 42).

## CAPÍTULO 2

### CONTROLOS OFICIAIS

1. 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos, que altera os Regulamentos (CE) n.º 999/2001, (CE) n.º 396/2005, (CE) n.º 1069/2009, (CE) n.º 1107/2009, (UE) n.º 1151/2012, (UE) n.º 652/2014, (UE) 2016/429 e (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho, os Regulamentos (CE) n.º 1/2005 e (CE) n.º 1099/2009 do Conselho, e as Diretivas 98/58/CE, 1999/74/CE, 2007/43/CE, 2008/119/CE e 2008/120/CE do Conselho, e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 854/2004 e (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 89/608/CEE, 89/662/CEE, 90/425/CEE, 91/496/CEE, 96/23/CE, 96/93/CE e 97/78/CE do Conselho e a Decisão 92/438/CEE do Conselho (Regulamento sobre os controlos oficiais) (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32019 R 0478: Regulamento Delegado (UE) 2019/478 da Comissão, de 14 de janeiro de 2019 (JO L 82 de 25.3.2019, p. 4),
  - 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 10 de outubro de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51),
  - 32021 R 1756: Regulamento (UE) 2021/1756 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 357 de 8.10.2021, p. 27).

2. 32018 R 0631: Regulamento Delegado (UE) 2018/631 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2018, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho através da criação de laboratórios de referência da União Europeia para as pragas dos vegetais (JO L 105 de 25.4.2018, p. 1).
  
3. 32019 R 0624: Regulamento Delegado (UE) 2019/624 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2019, relativo a regras específicas aplicáveis à realização de controlos oficiais da produção de carne e às zonas de produção e de afinação de moluscos bivalves vivos em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 131 de 17.5.2019, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 1422: Regulamento Delegado (UE) 2021/1422 da Comissão, de 26 de abril de 2021 (JO L 307 de 1.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 2258: Regulamento Delegado (UE) 2022/2258 da Comissão, de 9 de setembro de 2022 (JO L 299 de 18.11.2022, p. 5).
  
4. 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 15 de março de 2019, que estabelece disposições práticas uniformes para a realização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão no que se refere aos controlos oficiais (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32020 R 2108: Regulamento de Execução (UE) 2020/2108 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 427 de 17.12.2020, p. 1),

- 32021 R 1709: Regulamento de Execução (UE) 2021/1709 da Comissão, de 23 de setembro de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 84),
  - 32022 R 2503: Regulamento de Execução (UE) 2022/2503 da Comissão, de 19 de dezembro de 2022 (JO L 325 de 20.12.2022, p. 58).
5. 32019 R 0723: Regulamento de Execução (UE) 2019/723 da Comissão, de 2 de maio de 2019, que estabelece as normas de aplicação do Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao modelo normalizado de formulário a utilizar nos relatórios anuais apresentados pelos Estados-Membros (JO L 124 de 13.5.2019, p. 1).
  6. 32019 R 1012: Regulamento Delegado (UE) 2019/1012 da Comissão, de 12 de março de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelecendo derrogações das regras relativas à designação dos pontos de controlo e dos requisitos mínimos aplicáveis aos postos de controlo fronteiriços (JO L 165 de 21.6.2019, p. 4).
  7. 32019 R 1013: Regulamento de Execução (UE) 2019/1013 da Comissão, de 16 de abril de 2019, relativo à notificação prévia de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias que entram na União (JO L 165 de 21.6.2019, p. 8).
  8. 32019 R 1014: Regulamento de Execução (UE) 2019/1014 da Comissão, de 12 de junho de 2019, que estabelece regras pormenorizadas sobre os requisitos mínimos respeitantes aos postos de controlo fronteiriços, incluindo os centros de inspeção, e ao formato, categorias e abreviaturas a utilizar nas listas de postos de controlo fronteiriços e de pontos de controlo (JO L 165 de 21.6.2019, p. 10).
  9. 32019 R 1081: Regulamento Delegado (UE) 2019/1081 da Comissão, de 8 de março de 2019, que estabelece regras sobre os requisitos de formação específicos aplicáveis ao pessoal encarregado de realizar determinados controlos físicos nos postos de controlo fronteiriços (JO L 171 de 26.6.2019, p. 1).

10. 32019 R 1602: Regulamento Delegado (UE) 2019/1602 da Comissão, de 23 de abril de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere ao Documento Sanitário Comum de Entrada que acompanha as remessas de animais e mercadorias até ao seu destino (JO L 250 de 30.9.2019, p. 6).
11. 32019 R 1666: Regulamento Delegado (UE) 2019/1666 da Comissão, de 24 de junho de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às condições de monitorização do transporte e da chegada de remessas de determinadas mercadorias, desde o posto de controlo fronteiriço de chegada até ao estabelecimento do local de destino na União (JO L 255 de 4.10.2019, p. 1).
12. 32019 R 1715: Regulamento de Execução (UE) 2019/1715 da Comissão, de 30 de setembro de 2019, que estabelece regras aplicáveis ao funcionamento do sistema de gestão da informação sobre os controlos oficiais e dos seus componentes de sistema (JO L 261 de 14.10.2019, p. 37), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 0547: Regulamento de Execução (UE) 2021/547 da Comissão, de 29 de março de 2021 (JO L 109 de 30.3.2021, p. 60).
13. 32019 R 1793: Regulamento de Execução (UE) 2019/1793 da Comissão, de 22 de outubro de 2019, relativo ao aumento temporário dos controlos oficiais e às medidas de emergência que regem a entrada na União de determinadas mercadorias provenientes de certos países terceiros, que dá execução aos Regulamentos (UE) 2017/625 e (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga os Regulamentos (CE) n.º 669/2009, (UE) n.º 884/2014, (UE) 2015/175, (UE) 2017/186 e (UE) 2018/1660 da Comissão (JO L 277 de 29.10.2019, p. 89), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32020 R 0625: Regulamento de Execução (UE) 2020/625 da Comissão, de 6 de maio de 2020. (JO L 144 de 7.5.2020, p. 13),

- 32021 R 0608: Regulamento de Execução (UE) 2021/608 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 119),
  - 32021 R 1900: Regulamento de Execução (UE) 2021/1900 da Comissão, de 27 de outubro de 2021 (JO L 387 de 3.11.2021, p. 78),
  - 32021 R 2246: Regulamento de Execução (UE) 2021/2246 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 453 de 17.12.2021, p. 5),
  - 32022 R 0913: Regulamento de Execução (UE) 2022/913 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 1).
14. 32019 R 1873: Regulamento de Execução (UE) 2019/1873 da Comissão, de 7 de novembro de 2019, relativo aos procedimentos aplicáveis aos postos de controlo fronteiriço para a realização coordenada, pelas autoridades competentes, dos controlos oficiais intensificados de produtos de origem animal, produtos germinais, subprodutos animais e produtos compostos (JO L 289 de 8.11.2019, p. 50).
15. 32019 R 2074: Regulamento Delegado (UE) 2019/2074 da Comissão, de 23 de setembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras relativas aos controlos oficiais específicos de remessas de determinados animais e mercadorias originários da União e que regressam à União na sequência de uma recusa de entrada num país terceiro (JO L 316 de 6.12.2019, p. 6).

16. 32019 R 2090: Regulamento Delegado (UE) 2019/2090 da Comissão, de 19 de junho de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos casos de suspeita de incumprimento ou de incumprimento comprovado das regras da União aplicáveis à utilização ou aos resíduos de substâncias farmacologicamente ativas autorizadas em medicamentos veterinários ou como aditivos para a alimentação animal ou das regras da União aplicáveis à utilização ou aos resíduos de substâncias farmacologicamente ativas proibidas ou não autorizadas (JO L 317 de 9.12.2019, p. 28).
  
17. 32019 R 2122: Regulamento Delegado (UE) 2019/2122 da Comissão, de 10 de outubro de 2019, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a determinadas categorias de animais e mercadorias isentas de controlos oficiais nos postos de controlo fronteiriços e aos controlos específicos das bagagens pessoais dos passageiros e das pequenas remessas de mercadorias enviadas a pessoas singulares não destinadas a ser colocadas no mercado, e que altera o Regulamento (UE) n.º 142/2011 da Comissão (JO L 321 de 12.12.2019, p. 45), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 2089: Regulamento Delegado (UE) 2021/2089 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 149),
  - 32022 R 0887: Regulamento Delegado (UE) 2022/887 da Comissão, de 28 de março de 2022 (JO L 154 de 7.6.2022, p. 23).
  
18. 32019 R 2123: Regulamento Delegado (UE) 2019/2123 da Comissão, de 10 de outubro de 2019, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às regras relativas aos casos e condições em que os controlos de identidade e os controlos físicos de determinadas mercadorias podem ser efetuados em pontos de controlo e os controlos documentais podem ser efetuados à distância dos postos de controlo fronteiriços (JO L 321 de 12.12.2019, p. 64).

19. 32019 R 2124: Regulamento Delegado (UE) 2019/2124 da Comissão, de 10 de outubro de 2019, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às regras de controlo oficial das remessas de animais e mercadorias em trânsito ou objeto de transbordo ou de prosseguimento do transporte na União e que altera os Regulamentos (CE) n.º 798/2008, (CE) n.º 1251/2008, (CE) n.º 119/2009, (UE) n.º 206/2010, (UE) n.º 605/2010, (UE) n.º 142/2011 e (UE) n.º 28/2012 da Comissão, o Regulamento de Execução (UE) 2016/759 da Comissão e a Decisão 2007/777/CE da Comissão (JO L 321 de 12.12.2019, p. 73), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32020 R 2190: Regulamento Delegado (UE) 2020/2190 da Comissão, de 29 de outubro de 2020 (JO L 434 de 23.12.2020, p. 3).
20. 32019 R 2125: Regulamento Delegado (UE) 2019/2125 da Comissão, de 10 de outubro de 2019, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às regras relativas à realização de controlos oficiais específicos dos materiais de embalagem de madeira, à notificação de determinadas remessas e às medidas a tomar em caso de incumprimento (JO L 321 de 12.12.2019, p. 99).
21. 32019 R 2126: Regulamento Delegado (UE) 2019/2126 da Comissão, de 10 de outubro de 2019, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a regras sobre controlos oficiais específicos de determinadas categorias de animais e mercadorias, a medidas a tomar após a realização desses controlos e a determinadas categorias de animais e mercadorias isentas de controlos oficiais nos postos de controlo fronteiriços (JO L 321 de 12.12.2019, p. 104).

22. 32019 R 2127: Regulamento Delegado (UE) 2019/2127 da Comissão, de 10 de outubro de 2019, que altera o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à data de aplicação de certas disposições das Diretivas 91/496/CEE, 97/78/CE e 2000/29/CE do Conselho (JO L 321 de 12.12.2019, p. 111).
23. 32019 R 2128: Regulamento de Execução (UE) 2019/2128 da Comissão, de 12 de novembro de 2019, que estabelece o modelo de certificado oficial e as regras de emissão dos certificados oficiais para mercadorias entregues a navios que saem da União e se destinam a abastecer os navios ou a ser consumidas pela tripulação e pelos passageiros, ou a uma base militar da OTAN ou dos Estados Unidos (JO L 321 de 12.12.2019, p. 114).
24. 32019 R 2129: Regulamento de Execução (UE) 2019/2129 da Comissão, de 25 de novembro de 2019, que estabelece regras para a aplicação uniforme das taxas de frequência dos controlos de identidade e dos controlos físicos de determinadas remessas de animais e mercadorias que entram na União (JO L 321 de 12.12.2019, p. 122), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 2141: Regulamento de Execução (UE) 2021/2141 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 5).
25. 32019 R 2130: Regulamento de Execução (UE) 2019/2130 da Comissão, de 25 de novembro de 2019, que estabelece regras pormenorizadas sobre as operações a efetuar durante e após os controlos documentais, de identidade e físicos de animais e mercadorias sujeitos a controlos oficiais em postos de controlo fronteiriços (JO L 321 de 12.12.2019, p. 128).
26. 32020 R 1158: Regulamento de Execução (UE) 2020/1158 da Comissão, de 5 de agosto de 2020, relativo às condições de importação de géneros alimentícios e alimentos para animais originários de países terceiros na sequência do acidente ocorrido na central nuclear de Chernobil (JO L 257 de 6.8.2020, p. 1).

27. 32020 D 1550: Decisão de Execução (UE) 2020/1550 da Comissão, de 23 de outubro de 2020, que estabelece o programa plurianual de controlos para o período 2021-2025 a executar pelos peritos da Comissão nos Estados-Membros a fim de verificar a aplicação da legislação da União sobre a cadeia agroalimentar (JO L 354 de 26.10.2020, p. 9).
28. 32020 R 1641: Regulamento de Execução (UE) 2020/1641 da Comissão, de 5 de novembro de 2020, relativo às importações de moluscos bivalves, equinodermes, tunicados e gastrópodes marinhos vivos, refrigerados, congelados ou transformados destinados ao consumo humano provenientes dos Estados Unidos da América (JO L 370 de 6.11.2020, p. 4), com a redação que lhe foi dada por:
- 32022 R 0158: Regulamento de Execução (UE) 2022/158 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2022 (JO L 26 de 7.2.2022, p. 1).
29. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),

- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
- 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).

30. 32021 R 0403: Regulamento de Execução (UE) 2021/403 da Comissão, de 24 março de 2021, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação entre Estados-Membros de remessas de determinadas categorias de animais terrestres e respetivos produtos germinais e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga a Decisão 2010/470/UE (JO L 113 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32022 R 0037: Regulamento de Execução (UE) 2022/37 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 92),
  - 32022 R 0055: Regulamento de Execução (UE) 2022/55 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 4),
  - 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19).

31. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
  - 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

32. 32021 R 0630: Regulamento Delegado (UE) 2021/630 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2021, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a certas categorias de mercadorias isentas dos controlos oficiais nos postos de controlo fronteiriços e que altera a Decisão 2007/275/CE da Comissão (JO L 132 de 19.4.2021, p. 17), com a redação que lhe foi dada por:
- 32022 R 0887: Regulamento Delegado (UE) 2022/887 da Comissão, de 28 de março de 2022 (JO L 154 de 7.6.2022, p. 23).
33. 32021 R 0632: Regulamento de Execução (UE) 2021/632 da Comissão, de 13 de abril de 2021, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às listas de animais, produtos de origem animal, produtos germinais, subprodutos animais e produtos derivados, produtos compostos, bem como feno e palha sujeitos a controlos oficiais nos postos de controlo fronteiriços, e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2019/2007 da Comissão e a Decisão 2007/275/CE da Comissão (JO L 132 de 19.4.2021, p. 24), com a redação que lhe foi dada por:
- 32022 R 1322: Regulamento de Execução (UE) 2022/1322 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 200 de 29.7.2022, p. 25).
34. 32021 R 1353: Regulamento Delegado (UE) 2021/1353 da Comissão, de 17 de maio de 2021, que completa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos casos e às condições em que as autoridades competentes podem designar laboratórios oficiais que não cumpram as condições relativamente a todos os métodos que utilizem para os controlos oficiais ou outras atividades oficiais (JO L 291 de 13.8.2021, p. 20).

35. 32021 R 1355: Regulamento de Execução (UE) 2021/1355 da Comissão, de 12 de agosto de 2021, relativo aos programas nacionais plurianuais de controlo de resíduos de pesticidas a elaborar pelos Estados-Membros (JO L 291 de 13.8.2021, p. 120).
36. 32021 R 1533: Regulamento de Execução (UE) 2021/1533 da Comissão, de 17 de setembro de 2021, que impõe condições especiais à importação de géneros alimentícios e alimentos para animais originários ou expedidos do Japão após o acidente na central nuclear de Fukushima e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2016/6 (JO L 330 de 20.9.2021, p. 72).
37. 32022 R 0931: Regulamento Delegado (UE) 2022/931 da Comissão, de 23 de março de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelecendo regras para a realização de controlos oficiais no que diz respeito aos contaminantes presentes nos géneros alimentícios (JO L 162 de 17.6.2022, p. 7).
38. 32022 R 0932: Regulamento de Execução (UE) 2022/932 da Comissão, de 9 de junho de 2022, relativo a disposições práticas uniformes para a realização dos controlos oficiais no que se refere aos contaminantes presentes nos géneros alimentícios, ao conteúdo adicional específico dos planos nacionais de controlo plurianuais e às disposições adicionais específicas para a sua elaboração (JO L 162 de 17.6.2022, p. 13).
39. 32022 D 0575: Decisão de Execução (UE) 2022/575 da Comissão, de 6 de abril de 2022, relativa a medidas de emergência para prevenir a introdução na União da febre aftosa através de remessas de feno e palha provenientes de países terceiros ou territórios e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2020/2208 (JO L 109 de 8.4.2022, p. 69).

40. 32022 R 0671: Regulamento Delegado (UE) 2022/671 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras específicas aplicáveis aos controlos oficiais realizados pelas autoridades competentes a animais, produtos de origem animal e produtos germinais, bem como às medidas de acompanhamento a tomar pela autoridade competente em caso de incumprimento das regras de identificação e registo de bovinos, ovinos e caprinos ou de incumprimento durante o trânsito na União de determinados bovinos, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 494/98 da Comissão (JO L 122 de 25.4.2022, p. 17).
41. 32022 R 1428: Regulamento de Execução (UE) 2022/1428 da Comissão, de 24 de agosto de 2022, que estabelece métodos de amostragem e de análise para o controlo das substâncias perfluoroalquiladas em determinados géneros alimentícios (JO L 221 de 26.8.2022, p. 66).
42. 32022 R 1644: Regulamento Delegado (UE) 2022/1644 da Comissão, de 7 de julho de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho com requisitos específicos para a realização de controlos oficiais da utilização de substâncias farmacologicamente ativas autorizadas como medicamentos veterinários ou como aditivos para a alimentação animal e de substâncias farmacologicamente ativas proibidas ou não autorizadas e respetivos resíduos (JO L 248 de 26.9.2022, p. 3).
43. 32022 R 1646: Regulamento de Execução (UE) 2022/1646 da Comissão, de 23 de setembro de 2022, relativo a disposições práticas uniformes para a realização dos controlos oficiais no que se refere à utilização de substâncias farmacologicamente ativas autorizadas como medicamentos veterinários ou como aditivos para a alimentação animal e de substâncias farmacologicamente ativas proibidas ou não autorizadas e respetivos resíduos, ao conteúdo específico dos planos nacionais de controlo plurianuais e às disposições específicas para a sua elaboração (JO L 248 de 26.9.2022, p. 32).

44. 32022 R 2292: Regulamento Delegado (UE) 2022/2292 da Comissão, de 6 de setembro de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos requisitos para a entrada na União de remessas de animais destinados à produção de géneros alimentícios e determinadas mercadorias destinadas ao consumo humano (JO L 304 de 24.11.2022, p. 1).
  
45. 32023 R 0174: Regulamento de Execução (UE) 2023/174 da Comissão, de 26 de janeiro de 2023, que altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/1793 relativo ao aumento temporário dos controlos oficiais e às medidas de emergência que regem a entrada na União de determinadas mercadorias provenientes de certos países terceiros, que dá execução aos Regulamentos (UE) 2017/625 e (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 25 de 27.1.2023, p. 36).

## CAPÍTULO 3

### COMITÉS

1. 32002 R 0178: Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32003 R 1642: Regulamento (CE) n.º 1642/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de julho de 2003 (JO L 245 de 29.9.2003, p. 4),
  - 32006 R 0575: Regulamento (CE) n.º 575/2006 da Comissão, de 7 de abril de 2006 (JO L 100 de 8.4.2006, p. 3),
  - 32008 R 0202: Regulamento (CE) n.º 202/2008 da Comissão, de 4 de março de 2008 (JO L 60 de 5.3.2008, p. 17),
  - 32009 R 0596: Regulamento (CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009 (JO L 188 de 18.7.2009, p. 14),
  - 32014 R 0652: Regulamento (UE) n.º 652/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 (JO L 189 de 27.6.2014, p. 1),
  - 32017 R 0228: Regulamento (UE) 2017/228 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2017 (JO L 35 de 10.2.2017, p. 10),

- 32019 R 1381: Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (JO L 231 de 6.9.2019, p. 1).
  
- 2. 31977 D 0505: Decisão 77/505/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1977, que institui um Comité Zootécnico Permanente (JO L 206 de 12.8.1977, p. 11).

## CAPÍTULO 4

### AUTORIDADE EUROPEIA PARA A SEGURANÇA DOS ALIMENTOS

1. 32003 R 1304: Regulamento (CE) n.º 1304/2003 da Comissão, de 23 de julho de 2003, relativo ao procedimento aplicado pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos em relação aos pedidos de pareceres científicos que lhe são apresentados (JO L 185 de 24.7.2003, p. 6).
2. 32004 D 0478: Decisão 2004/478/CE da Comissão, de 29 de abril de 2004, relativa à adoção de um plano geral de gestão de crises no domínio dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais (JO L 160 de 30.4.2004, p. 98).
3. 32006 R 0575: Regulamento (CE) n.º 575/2006 da Comissão, de 7 de abril de 2006, que altera o Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao número e à designação dos painéis científicos permanentes da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (JO L 100 de 8.4.2006, p. 3).
4. 32006 D 0478: Decisão 2006/478/CE do Conselho, de 19 de junho de 2006, que nomeia metade dos membros do Conselho de Administração da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (JO L 189 de 12.7.2006, p. 7).
5. 32008 D 0486: Decisão 2008/486/CE do Conselho, de 23 de junho de 2008, que nomeia metade dos membros do Conselho de Administração da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (JO L 165 de 26.6.2008, p. 8).

## CAPÍTULO 5

### ATOS DE ADESÃO

#### SECÇÃO A

##### ATO DE ADESÃO DE 2003

1. 12003 T: Ato relativo às condições de adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca e às adaptações aos Tratados em que se funda a União Europeia (JO L 236 de 23.9.2003, p. 33), incluindo o Protocolo n.º 10 relativo a Chipre.
  
2. 32004 R 0866: Regulamento (CE) n.º 866/2004 do Conselho, de 29 de abril 2004, relativo a um regime de acordo com o artigo 2.º do Protocolo n.º 10 ao Ato de Adesão (JO L 161 de 30.4.2004, p. 128), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32005 R 0293: Regulamento (CE) n.º 293/2005 do Conselho, de 17 de fevereiro de 2005 (JO L 50 de 23.2.2005, p. 1),
  - 32005 R 0601: Regulamento (CE) n.º 601/2005 da Comissão, de 18 de abril de 2005 (JO L 99 de 19.4.2005, p. 10),
  - 32005 R 1283: Regulamento (CE) n.º 1283/2005 da Comissão, de 3 de agosto de 2005 (JO L 203 de 4.8.2005, p. 8),

- 32013 R 0685: Regulamento (UE) n.º 685/2013 do Conselho, de 15 de julho de 2013 (JO L 196 de 19.7.2013, p. 1).
3. 32004 R 1480: Regulamento (CE) n.º 1480/2004 da Comissão, de 10 de agosto de 2004, que estabelece regras específicas relativamente às mercadorias que chegam de zonas onde o Governo de Chipre não exerce controlo efetivo a zonas onde o Governo exerce um controlo efetivo (JO L 272 de 20.8.2004, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 0531: Regulamento de Execução (UE) n.º 531/2011 da Comissão, de 31 de maio de 2011 (JO L 146 de 1.6.2011, p. 4),
  - 32022 R 1166: Regulamento de Execução (UE) 2022/1166 da Comissão, de 6 de julho de 2022 (JO L 181 de 7.7.2022, p. 11).
4. 32004 D 0604: Decisão 2004/604/CE da Comissão, de 7 de julho de 2004, relativa à autorização da Câmara do Comércio cipriota turca em conformidade com o n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 866/2004 do Conselho (JO L 272 de 20.8.2004, p. 12).
5. 32007 D 0330: Decisão 2007/330/CE da Comissão, de 4 de maio de 2007, que levanta as proibições à circulação de determinados produtos de origem animal na Ilha de Chipre, no âmbito do Regulamento (CE) n.º 866/2004 do Conselho, e que define condições para a circulação desses produtos (JO L 123 de 12.5.2007, p. 30), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 D 0586: Decisão de Execução (UE) 2021/586 da Comissão, de 12 de abril de 2021 (JO L 126 de 13.4.2021, p. 1).

## SECÇÃO B

### ATO DE ADESÃO DE 2005

6. 12005 SA: Ato relativo às condições de adesão da República da Bulgária e da Roménia e às adaptações dos Tratados em que se funda a União Europeia (JO L 157 de 21.6.2005, p. 217).

## SECÇÃO C

### ATO DE ADESÃO DE 2012

7. 12012 J: Ato relativo às condições de adesão da República da Croácia e às adaptações do Tratado da União Europeia, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica (JO L 112 de 24.4.2012, p. 21).

## PARTE II

### QUESTÕES VETERINÁRIAS

São Marinho aplica todas as obrigações decorrentes de acordos internacionais celebrados pela UE, na medida em que essas obrigações digam respeito a regras veterinárias necessárias ao bom funcionamento do presente Acordo.

#### CAPÍTULO 1

##### SISTEMA DE CONTROLO NO MERCADO INTERNO

1. 32016 R 0429: Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, relativo às doenças animais transmissíveis e que altera e revoga determinados atos no domínio da saúde animal («Lei da Saúde Animal») (JO L 84 de 31.3.2016, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1),
  - 32018 R 1629: Regulamento Delegado (UE) 2018/1629 da Comissão, de 25 de julho de 2018 (JO L 272 de 31.10.2018, p. 11).

## SECÇÃO A

### ANIMAIS VIVOS, SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES

2. 31993 D 0444: Decisão 93/444/CEE da Comissão, de 2 de julho de 1993, relativa às normas que regem o comércio intracomunitário de certos animais vivos e produtos destinados à exportação para países terceiros (JO L 208 de 19.8.1993, p. 34).
3. 31994 D 0338: Decisão 94/338/CE da Comissão, de 25 de maio de 1994, que fixa normas de execução da Diretiva 90/425/CEE do Conselho relativamente à colheita de amostras para efeitos de controlo veterinário no local de destino (JO L 151 de 17.6.1994, p. 36).
4. 31994 D 0339: Decisão 94/339/CE da Comissão, de 25 de maio de 1994, que fixa regras de execução do n.º 1 do artigo 9.º da Diretiva 90/425/CEE do Conselho, relativa aos controlos veterinários e zootécnicos aplicáveis ao comércio intracomunitário de certos animais vivos e produtos na perspetiva da realização do mercado interno (JO L 151 de 17.6.1994, p. 38).
5. 32015 D 0315: Decisão de Execução (UE) 2015/315 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2015, relativa a determinadas medidas de proteção contra a gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 na Alemanha (JO L 56 de 27.2.2015, p. 68).
6. 32015 D 0522: Decisão de Execução (UE) 2015/522 da Comissão, de 25 de março de 2015, relativa a determinadas medidas de proteção respeitantes à gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 na Hungria (JO L 82 de 27.3.2015, p. 111).

7. 32018 R 1882: Regulamento de Execução (UE) 2018/1882 da Comissão, de 3 de dezembro de 2018, relativo à aplicação de determinadas regras de prevenção e controlo de doenças a categorias de doenças listadas e que estabelece uma lista de espécies e grupos de espécies que apresentam um risco considerável de propagação dessas doenças listadas (JO L 308 de 4.12.2018, p. 21), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32022 R 0925: Regulamento de Execução (UE) 2022/925 da Comissão, de 14 de junho de 2022 (JO L 160 de 15.6.2022, p. 30).
  
8. 32019 R 2035: Regulamento Delegado (UE) 2019/2035 da Comissão, de 28 de junho de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às regras aplicáveis aos estabelecimentos que detêm animais terrestres e aos centros de incubação, e à rastreabilidade de determinados animais terrestres detidos e ovos para incubação (JO L 314 de 5.12.2019, p. 115), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32020 R 1625: Regulamento Delegado (UE) 2020/1625 da Comissão, de 25 de agosto de 2020 (JO L 366 de 4.11.2020, p. 1).
  
9. 32020 D 0368: Decisão de Execução (UE) 2020/368 da Comissão, de 3 de março de 2020, que aprova o plano de erradicação da peste suína africana nos suínos selvagens em certas zonas da Eslováquia (JO L 67 de 5.3.2020, p. 137).

10. 32020 R 0688: Regulamento Delegado (UE) 2020/688 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos de saúde animal aplicáveis à circulação na União de animais terrestres e de ovos para incubação (JO L 174 de 3.6.2020, p. 140), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 1706: Regulamento Delegado (UE) 2021/1706 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 56),
  - 32023 R 0118: Regulamento Delegado (UE) 2023/118 da Comissão, de 23 de setembro de 2022 (JO L 16 de 18.1.2023, p. 1).
  
11. 32020 R 0689: Regulamento Delegado (UE) 2020/689 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a regras em matéria de vigilância, programas de erradicação e estatuto de indemnidade de doença para certas doenças listadas e doenças emergentes (JO L 174 de 3.6.2020, p. 211), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 0881: Regulamento Delegado (UE) 2021/881 da Comissão, de 23 de março de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 10).
  
12. 32020 R 0990: Regulamento Delegado (UE) 2020/990 da Comissão, de 28 de abril de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos de saúde animal e de certificação aplicáveis à circulação na União de animais aquáticos e de produtos de origem animal provenientes de animais aquáticos (JO L 221 de 10.7.2020, p. 42).

13. 32020 R 0999: Regulamento de Execução (UE) 2020/999 da Comissão, de 9 de julho de 2020, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à aprovação de estabelecimentos de produtos germinais e à rastreabilidade dos produtos germinais de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos (JO L 221 de 10.7.2020, p. 99).
  
14. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),

- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
15. 32021 R 0520: Regulamento de Execução (UE) 2021/520 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece regras para a aplicação do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à rastreabilidade de determinados animais terrestres detidos (JO L 104 de 25.3.2021, p. 39), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1064: Decisão de Execução (UE) 2021/1064 da Comissão, de 28 de junho de 2021 (JO L 229 de 29.6.2021, p. 8).

16. 32021 D 0641: Decisão de Execução (UE) 2021/641 da Comissão, de 16 de abril de 2021, relativa a medidas de emergência contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade em determinados Estados-Membros (JO L 134 de 20.4.2021, p. 166), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 D 0688: Decisão de Execução (UE) 2021/688 da Comissão, de 23 de abril de 2021 (JO L 143 de 27.4.2021, p. 44),
  - 32021 D 0766: Decisão de Execução (UE) 2021/766 da Comissão, de 7 de maio de 2021 (JO L 165 I de 11.5.2021, p. 1),
  - 32021 D 0846: Decisão de Execução (UE) 2021/846 da Comissão, de 25 de maio de 2021 (JO L 187 de 27.5.2021, p. 2),
  - 32021 D 0906: Decisão de Execução (UE) 2021/906 da Comissão, de 3 de junho de 2021 (JO L 199 I de 7.6.2021, p. 1),
  - 32021 D 0989: Decisão de Execução (UE) 2021/989 da Comissão, de 17 de junho de 2021 (JO L 218 de 18.6.2021, p. 41),
  - 32021 D 1084: Decisão de Execução (UE) 2021/1084 da Comissão, de 30 de junho de 2021 (JO L 235 de 2.7.2021, p. 14),
  - 32021 D 1146: Decisão de Execução (UE) 2021/1146 da Comissão, de 12 de julho de 2021 (JO L 247 I de 13.7.2021, p. 1),

- 32021 D 1186: Decisão de Execução (UE) 2021/1186 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 257 de 19.7.2021, p. 5),
- 32021 D 1307: Decisão de Execução (UE) 2021/1307 da Comissão, de 6 de agosto de 2021 (JO L 285 de 9.8.2021, p. 1),
- 32021 D 1395: Decisão de Execução (UE) 2021/1395 da Comissão, de 20 de agosto de 2021 (JO L 300 de 24.8.2021, p. 70),
- 32021 D 1454: Decisão de Execução (UE) 2021/1454 da Comissão, de 6 de setembro de 2021 (JO L 316 de 7.9.2021, p. 1),
- 32021 D 1485: Decisão de Execução (UE) 2021/1485 da Comissão, de 15 de setembro de 2021 (JO L 328 de 16.9.2021, p. 4),
- 32021 D 1766: Decisão de Execução (UE) 2021/1766 da Comissão, de 7 de outubro de 2021 (JO L 358 de 8.10.2021, p. 1),
- 32021 D 1872: Decisão de Execução (UE) 2021/1872 da Comissão, de 25 de outubro de 2021 (JO L 379 de 26.10.2021, p. 53),
- 32021 D 1908: Decisão de Execução (UE) 2021/1908 da Comissão, de 3 de novembro de 2021 (JO L 390 de 4.11.2021, p. 39),
- 32021 D 1982: Decisão de Execução (UE) 2021/1982 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 403 de 15.11.2021, p. 1),

- 32021 D 2100: Decisão de Execução (UE) 2021/2100 da Comissão, de 29 de novembro de 2021 (JO L 428 de 30.11.2021, p. 3),
- 32021 D 2186: Decisão de Execução (UE) 2021/2186 da Comissão, de 9 de dezembro de 2021 (JO L 444 de 10.12.2021, p. 110),
- 32021 D 2310: Decisão de Execução (UE) 2021/2310 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 461 I de 27.12.2021, p. 1),
- 32022 D 0053: Decisão de Execução (UE) 2022/53 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 9 de 14.1.2022, p. 44),
- 32022 D 0106: Decisão de Execução (UE) 2022/106 da Comissão, de 21 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 11),
- 32022 D 0145: Decisão de Execução (UE) 2022/145 da Comissão, de 31 de janeiro de 2022 (JO L 24 de 3.2.2022, p. 6),
- 32022 D 0198: Decisão de Execução (UE) 2022/198 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 56),
- 32022 D 0257: Decisão de Execução (UE) 2022/257 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 42 de 23.2.2022, p. 9),
- 32022 D 0349: Decisão de Execução (UE) 2022/349 da Comissão, de 28 de fevereiro de 2022 (JO L 64 de 2.3.2022, p. 60),

- 32022 D 0417: Decisão de Execução (UE) 2022/417 da Comissão, de 8 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 42),
- 32022 D 0522: Decisão de Execução (UE) 2022/522 da Comissão, de 29 de março de 2022 (JO L 104 de 1.4.2022, p. 74),
- 32022 D 0623: Decisão de Execução (UE) 2022/623 da Comissão, de 11 de abril de 2022 (JO L 115 de 13.4.2022, p. 90),
- 32022 D 0690: Decisão de Execução (UE) 2022/690 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 128 de 2.5.2022, p. 3),
- 32022 D 0745: Decisão de Execução (UE) 2022/745 da Comissão, de 11 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 84),
- 32022 D 0817: Decisão de Execução (UE) 2022/817 da Comissão, de 20 de maio de 2022 (JO L 146 de 25.5.2022, p. 13),
- 32022 D 0898: Decisão de Execução (UE) 2022/898 da Comissão, de 3 de junho de 2022 (JO L 156 de 9.6.2022, p. 3),
- 32022 D 0963: Decisão de Execução (UE) 2022/963 da Comissão, de 17 de junho de 2022 (JO L 165 de 21.6.2022, p. 47),
- 32022 D 1021: Decisão de Execução (UE) 2022/1021 da Comissão, de 27 de junho de 2022 (JO L 170 de 28.6.2022, p. 85),

- 32022 D 1200: Decisão de Execução (UE) 2022/1200 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 138),
- 32022 D 1320: Decisão de Execução (UE) 2022/1320 da Comissão, de 26 de julho de 2022 (JO L 199 de 28.7.2022, p. 12),
- 32022 D 1351: Decisão de Execução (UE) 2022/1351 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 203 de 3.8.2022, p. 3),
- 32022 D 1402: Decisão de Execução (UE) 2022/1402 da Comissão, de 12 de agosto de 2022 (JO L 213 de 16.8.2022, p. 65),
- 32022 D 1433: Decisão de Execução (UE) 2022/1433 da Comissão, de 26 de agosto de 2022 (JO L 223 de 29.8.2022, p. 1),
- 32022 D 1483: Decisão de Execução (UE) 2022/1483 da Comissão, de 6 de setembro de 2022 (JO L 233 de 8.9.2022, p. 52),
- 32022 D 1627: Decisão de Execução (UE) 2022/1627 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 244 de 21.9.2022, p. 19),
- 32022 D 1853: Decisão de Execução (UE) 2022/1853 da Comissão, de 30 de setembro de 2022 (JO L 257 de 5.10.2022, p. 13),
- 32022 D 1996: Decisão de Execução (UE) 2022/1996 da Comissão, de 14 de outubro de 2022 (JO L 273 de 21.10.2022, p. 24),

- 32022 D 2098: Decisão de Execução (UE) 2022/2098 da Comissão, de 25 de outubro de 2022 (JO L 281 de 31.10.2022, p. 73),
  - 32022 D 2176: Decisão de Execução (UE) 2022/2176 da Comissão, de 31 de outubro de 2022 (JO L 286 de 8.11.2022, p. 9),
  - 32022 D 2322: Decisão de Execução (UE) 2022/2322 da Comissão, de 21 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 164),
  - 32023 D 0009: Decisão de Execução (UE) 2023/9 da Comissão, de 20 de dezembro de 2022 (JO L 2 de 4.1.2023, p. 34),
  - 32023 D 0125: Decisão de Execução (UE) 2023/125 da Comissão, de 10 de janeiro de 2023 (JO L 16 de 18.1.2023, p. 42).
17. 32021 R 2037: Regulamento de Execução (UE) 2021/2037 da Comissão, de 22 de novembro de 2021, que estabelece regras de execução do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às derrogações das obrigações dos operadores de registo dos estabelecimentos de aquicultura e de conservação de arquivos (JO L 416 de 23.11.2021, p. 80).
18. 32022 R 1345: Regulamento de Execução (UE) 2022/1345 da Comissão, de 1 de agosto de 2022, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao registo e aprovação de estabelecimentos que detêm animais terrestres e que colhem, produzem, transformam ou armazenam produtos germinais (JO L 202 de 2.8.2022, p. 27).

19. 32022 D 2333: Decisão de Execução (UE) 2022/2333 da Comissão, de 23 de novembro de 2022, relativa a determinadas medidas de emergência contra a varíola ovina e caprina em Espanha e que revoga a Decisão de Execução (UE) 2022/1913 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 22).

## SECÇÃO B

### PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

20. 32013 D 0443: Decisão de Execução 2013/443/UE da Comissão, de 27 de agosto de 2013, relativa a determinadas medidas de proteção respeitantes à gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H7N7 em Itália, incluindo o estabelecimento de outras zonas submetidas a restrições, e que revoga a Decisão de Execução 2013/439/UE (JO L 230 de 29.8.2013, p. 20), com a redação que lhe foi dada por:
- 32013 D 0453: Decisão de Execução 2013/453/UE da Comissão, de 11 de setembro de 2013 (JO L 244 de 13.9.2013, p. 34).
21. 32015 D 0315: Decisão de Execução (UE) 2015/315 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2015, relativa a determinadas medidas de proteção contra a gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 na Alemanha (JO L 56 de 27.2.2015, p. 68).

22. 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 15 de março de 2019, que estabelece disposições práticas uniformes para a realização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão no que se refere aos controlos oficiais (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51), com a redação que lhe foi dada por:
- 32020 R 2108: Regulamento de Execução (UE) 2020/2108 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020 (JO L 427 de 17.12.2020, p. 1),
  - 32021 R 1709: Regulamento de Execução (UE) 2021/1709 da Comissão, de 23 de setembro de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 84),
  - 32022 R 2503: Regulamento de Execução (UE) 2022/2503 da Comissão, de 19 de dezembro de 2022 (JO L 325 de 20.12.2022, p. 58).
23. 32020 R 0990: Regulamento Delegado (UE) 2020/990 da Comissão, de 28 de abril de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos de saúde animal e de certificação aplicáveis à circulação na União de animais aquáticos e de produtos de origem animal provenientes de animais aquáticos (JO L 221 de 10.7.2020, p. 42).
24. 32020 R 2154: Regulamento Delegado (UE) 2020/2154 da Comissão, de 14 de outubro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos de saúde animal, de certificação e de notificação aplicáveis à circulação na União de produtos de origem animal provenientes de animais terrestres (JO L 431 de 21.12.2020, p. 5).

25. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),

- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
- 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75),
- 32022 D 1189: Decisão de Execução (UE) 2022/1189 da Comissão, de 8 de julho de 2022, relativa a determinadas medidas de emergência respeitantes à peste suína africana na Alemanha (JO L 184 de 11.7.2022, p. 66).

## SECÇÃO C

### CERTIFICAÇÃO

26. 32020 R 0990: Regulamento Delegado (UE) 2020/990 da Comissão, de 28 de abril de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos de saúde animal e de certificação aplicáveis à circulação na União de animais aquáticos e de produtos de origem animal provenientes de animais aquáticos (JO L 221 de 10.7.2020, p. 42).

## SECÇÃO D

### FINANCIAMENTO DOS CONTROLOS

Ver a parte III, capítulo 6, do presente anexo.

## SECÇÃO E

### MEDIDAS DE SALVAGUARDA

27. 32001 D 0304: Decisão 2001/304/CE da Comissão, de 11 de abril de 2001, relativa à marcação e utilização de certos produtos animais no contexto da Decisão 2001/172/CE relativa a determinadas medidas de proteção contra a febre aftosa no Reino Unido (JO L 104 de 13.4.2001, p. 6), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32002 L 0049: Decisão 2002/49/CE da Comissão, de 23 de janeiro de 2002 (JO L 189 de 18.7.2002, p. 12).
28. 32002 D 0153: Decisão 2002/153/CE da Comissão, de 20 de fevereiro de 2002, relativa a determinadas medidas de proteção contra a febre aftosa no Reino Unido, que revoga a Decisão 2001/740/CE e altera pela oitava vez a Decisão 2001/327/CE (JO L 50 de 21.2.2002, p. 98).
29. 32007 D 0314: Decisão 2007/314/CE da Comissão, de 30 de abril de 2007, relativa às medidas adotadas pela Eslovénia, na sequência de focos de peste suína clássica na Croácia (JO L 118 de 8.5.2007, p. 19).

30. 32006 D 0605: Decisão 2006/605/CE da Comissão, de 6 de setembro de 2006, relativa a determinadas medidas de proteção no que se refere ao comércio intracomunitário de aves de capoeira destinadas à reconstituição dos efetivos cinegéticos (JO L 246 de 8.9.2006, p. 12).
31. 32023 D 0110: Decisão de Execução (UE) 2023/110 da Comissão, de 12 de janeiro de 2023, que estabelece medidas de emergência relativas a casos confirmados de infestação pelo pequeno besouro das colmeias (*Aethina tumida*) em Itália e em França e que revoga a Decisão de Execução (UE) 2021/597 (JO L 13 de 16.1.2023, p. 5).
32. 32021 R 0605: Regulamento de Execução (UE) 2021/605 da Comissão, de 7 de abril de 2021, que estabelece medidas especiais de controlo da peste suína africana (JO L 129 de 15.4.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0623: Regulamento de Execução (UE) 2021/623 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 137),
  - 32021 R 0687: Regulamento de Execução (UE) 2021/687 da Comissão, de 26 de abril de 2021 (JO L 143 de 27.4.2021, p. 11),
  - 32021 R 0811: Regulamento de Execução (UE) 2021/811 da Comissão, de 20 de maio de 2021 (JO L 180 de 21.5.2021, p. 114),
  - 32021 R 0902: Regulamento de Execução (UE) 2021/902 da Comissão, de 3 de junho de 2021 (JO L 197 de 4.6.2021, p. 76),
  - 32021 R 0952: Regulamento de Execução (UE) 2021/952 da Comissão, de 11 de junho de 2021 (JO L 209 de 14.6.2021, p. 95),

- 32021 R 0994: Regulamento de Execução (UE) 2021/994 da Comissão, de 18 de junho de 2021 (JO L 219 de 21.6.2021, p. 1),
- 32021 R 1090: Regulamento de Execução (UE) 2021/1090 da Comissão, de 2 de julho de 2021 (JO L 236 de 5.7.2021, p. 10),
- 32021 R 1141: Regulamento de Execução (UE) 2021/1141 da Comissão, de 12 de julho de 2021 (JO L 247 de 13.7.2021, p. 55),
- 32021 R 1205: Regulamento de Execução (UE) 2021/1205 da Comissão, de 20 de julho de 2021 (JO L 261 de 22.7.2021, p. 8),
- 32021 R 1268: Regulamento de Execução (UE) 2021/1268 da Comissão, de 29 de julho de 2021 (JO L 277 de 2.8.2021, p. 99),
- 32021 R 1371: Regulamento de Execução (UE) 2021/1371 da Comissão, de 16 de agosto de 2021 (JO L 294 de 17.8.2021, p. 14),
- 32021 R 1453: Regulamento de Execução (UE) 2021/1453 da Comissão, de 3 de setembro de 2021 (JO L 313 de 6.9.2021, p. 35),
- 32021 R 1714: Regulamento de Execução (UE) 2021/1714 da Comissão, de 24 de setembro de 2021 (JO L 342 de 27.9.2021, p. 5),
- 32021 R 1794: Regulamento de Execução (UE) 2021/1794 da Comissão, de 8 de outubro de 2021 (JO L 361 de 12.10.2021, p. 4),

- 32021 R 1850: Regulamento de Execução (UE) 2021/1850 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 374 de 22.10.2021, p. 12),
- 32021 R 1907: Regulamento de Execução (UE) 2021/1907 da Comissão, de 3 de novembro de 2021 (JO L 390 de 4.11.2021, p. 1),
- 32021 R 2024: Regulamento de Execução (UE) 2021/2024 da Comissão, de 18 de novembro de 2021 (JO L 411 de 19.11.2021, p. 3),
- 32021 R 2110: Regulamento de Execução (UE) 2021/2110 da Comissão, de 30 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 108),
- 32021 R 2249: Regulamento de Execução (UE) 2021/2249 da Comissão, de 16 de dezembro de 2021 (JO L 453 de 17.12.2021, p. 48),
- 32021 R 2308: Regulamento de Execução (UE) 2021/2308 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 461 de 27.12.2021, p. 40),
- 32022 R 0065: Regulamento de Execução (UE) 2022/65 da Comissão, de 17 de janeiro de 2022 (JO L 11 de 18.1.2022, p. 13),
- 32022 R 0097: Regulamento de Execução (UE) 2022/97 da Comissão, de 25 de janeiro de 2022 (JO L 17 de 26.1.2022, p. 3),
- 32022 R 0136: Regulamento de Execução (UE) 2022/136 da Comissão, de 31 de janeiro de 2022 (JO L 22 de 1.2.2022, p. 5),

- 32022 R 0205: Regulamento de Execução (UE) 2022/205 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2022 (JO L 34 de 16.2.2022, p. 6),
- 32022 R 0587: Regulamento de Execução (UE) 2022/587 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 11),
- 32022 R 0705: Regulamento de Execução (UE) 2022/705 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 64),
- 32022 R 0743: Regulamento de Execução (UE) 2022/743 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 45),
- 32022 R 0852: Regulamento de Execução (UE) 2022/852 da Comissão, de 20 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 23),
- 32022 R 0889: Regulamento de Execução (UE) 2022/889 da Comissão, de 3 de junho de 2022 (JO L 154 de 7.6.2022, p. 37),
- 32022 R 0917: Regulamento de Execução (UE) 2022/917 da Comissão, de 13 de junho de 2022 (JO L 159 de 14.6.2022, p. 3),
- 32022 R 0946: Regulamento de Execução (UE) 2022/946 da Comissão, de 17 de junho de 2022 (JO L 164 de 20.6.2022, p. 23),
- 32022 R 1196: Regulamento de Execução (UE) 2022/1196 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 77),

- 32022 R 1234: Regulamento de Execução (UE) 2022/1234 da Comissão, de 18 de julho de 2022 (JO L 190 de 19.7.2022, p. 79),
- 32022 R 1325: Regulamento de Execução (UE) 2022/1325 da Comissão, de 28 de julho de 2022 (JO L 200 de 29.7.2022, p. 109),
- 32022 R 1366: Regulamento de Execução (UE) 2022/1366 da Comissão, de 4 de agosto de 2022 (JO L 205 de 5.8.2022, p. 234),
- 32022 R 1413: Regulamento de Execução (UE) 2022/1413 da Comissão, de 19 de agosto de 2022 (JO L 217 de 22.8.2022, p. 6),
- 32022 R 1460: Regulamento de Execução (UE) 2022/1460 da Comissão, de 2 de setembro de 2022 (JO L 229 de 5.9.2022, p. 27),
- 32022 R 1617: Regulamento de Execução (UE) 2022/1617 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 47),
- 32022 R 1841: Regulamento de Execução (UE) 2022/1841 da Comissão, de 30 de setembro de 2022 (JO L 254 de 3.10.2022, p. 3),
- 32022 R 1911: Regulamento de Execução (UE) 2022/1911 da Comissão, de 6 de outubro de 2022 (JO L 261 de 7.10.2022, p. 6),
- 32022 R 2067: Regulamento de Execução (UE) 2022/2067 da Comissão, de 25 de outubro de 2022 (JO L 277 de 27.10.2022, p. 106),

- 32022 R 2204: Regulamento de Execução (UE) 2022/2204 da Comissão, de 11 de novembro de 2022 (JO L 293 de 14.11.2022, p. 5),
  - 32022 R 2348: Regulamento de Execução (UE) 2022/2348 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 311 de 2.12.2022, p. 97),
  - 32022 R 2437: Regulamento de Execução (UE) 2022/2437 da Comissão, de 9 de dezembro de 2022 (JO L 319 de 13.12.2022, p. 16),
  - 32022 R 2486: Regulamento de Execução (UE) 2022/2486 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 33).
33. 32022 D 1189: Decisão de Execução (UE) 2022/1189 da Comissão, de 8 de julho de 2022, relativa a determinadas medidas de emergência respeitantes à peste suína africana na Alemanha (JO L 184 de 11.7.2022, p. 66).
34. 32022 D 1639: Decisão de Execução (UE) 2022/1639 da Comissão, de 21 de setembro de 2022, relativa a determinadas medidas de emergência provisórias contra a varíola ovina e caprina em Espanha (JO L 247 de 23.9.2022, p. 69).

## SECÇÃO F

### NOTIFICAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DOENÇAS LISTADAS

35. 32020 R 2002: Regulamento de Execução (UE) 2020/2002 da Comissão, de 7 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à notificação e à comunicação a nível da União de doenças listadas, aos formatos e procedimentos para a apresentação e comunicação dos programas de vigilância da União e dos programas de erradicação e para o pedido de reconhecimento do estatuto de indemnidade de doença, bem como ao sistema informatizado de informações (JO L 412 de 8.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32022 R 1183: Regulamento de Execução (UE) 2022/1183 da Comissão, de 8 de julho de 2022 (JO L 184 de 11.7.2022, p. 6).

## CAPÍTULO 2

### SISTEMA DE CONTROLO DAS IMPORTAÇÕES

#### SECÇÃO A

#### ANIMAIS VIVOS

1. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

2. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
  - 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
  - 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),

- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),

- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),

- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),

- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),

- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),
- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).

## SECÇÃO B

### PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

3. 32005 D 0092: Decisão 2005/92/CE da Comissão, de 2 de fevereiro de 2005, relativa às condições de sanidade animal, à certificação e às disposições transitórias no que diz respeito à introdução e ao período de armazenamento das remessas de determinados produtos de origem animal em zonas francas, entrepostos francos e instalações de operadores de meios de transporte marítimo transfronteiriço na Comunidade (JO L 31 de 4.2.2005, p. 62), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32005 D 0755: Decisão 2005/755/CE da Comissão, de 25 de outubro de 2005 (JO L 284 de 27.10.2005, p. 8).
  
4. 32005 D 0093: Decisão 2005/93/CE da Comissão, de 2 de fevereiro de 2005, relativa às disposições transitórias respeitantes à introdução e ao período de armazenamento das remessas de determinados produtos de origem animal em entrepostos aduaneiros na Comunidade (JO L 31 de 4.2.2005, p. 64), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32005 D 0755: Decisão 2005/755/CE da Comissão, de 25 de outubro de 2005 (JO L 284 de 27.10.2005, p. 8).
  
5. 32019 R 1871: Regulamento (UE) 2019/1871 da Comissão, de 7 de novembro de 2019, relativo aos valores de referência para a tomada de medidas para substâncias farmacologicamente ativas não autorizadas presentes nos géneros alimentícios de origem animal e que revoga a Decisão 2005/34/CE (JO L 289 de 8.11.2019, p. 41).

6. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).
7. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),

- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
- 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),

- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),

- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),

- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),

- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),

- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
  - 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
  - 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
  - 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),
  - 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).
8. 31992 D 0563: Decisão 92/563/CEE da Comissão, de 19 de novembro de 1992, relativa à base de dados respeitante às condições comunitárias de importação prevista pelo projeto Shift (JO L 361 de 10.12.1992, p. 45).
9. 31997 D 0394: Decisão 97/394/CE da Comissão, de 6 de junho de 1997, que define os dados mínimos para as bases de dados relativas aos animais e aos produtos introduzidos na Comunidade (JO L 164 de 21.6.1997, p. 42).

## SECÇÃO C

### MEDIDAS DE SALVAGUARDA

10. 32002 D 0251: Decisão 2002/251/CE da Comissão, de 27 de março de 2002, relativa a certas medidas de proteção no que diz respeito à carne de aves de capoeira e a determinados produtos da pesca e da aquicultura destinados ao consumo humano e importados da Tailândia (JO L 84 de 28.3.2002, p. 77), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32003 D 0895: Decisão 2003/895/CE da Comissão, de 19 de dezembro de 2003 (JO L 333 de 20.12.2003, p. 92).
11. 32002 D 0805: Decisão 2002/805/CE da Comissão, de 15 de outubro de 2002, relativa a certas medidas de proteção no que diz respeito a determinados produtos de origem animal destinados à alimentação animal importados da Ucrânia (JO L 278 de 16.10.2002, p. 24).
12. 32002 D 0994: Decisão 2002/994/CE da Comissão, de 20 de dezembro de 2002, relativa a certas medidas de proteção no que diz respeito aos produtos de origem animal importados da China (JO L 348 de 21.12.2002, p. 154), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32004 D 0621: Decisão 2004/621/CE da Comissão, de 26 de agosto de 2004 (JO L 279 de 28.8.2004, p. 44),
  - 32005 D 0573: Decisão 2005/573/CE da Comissão, de 22 de julho de 2005 (JO L 193 de 23.7.2005, p. 41),

- 32008 D 0463: Decisão 2008/463/CE da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 160 de 19.6.2008, p. 34),
  - 32008 D 0639: Decisão 2008/639/CE da Comissão, de 30 de julho de 2008 (JO L 207 de 5.8.2008, p. 30),
  - 32009 D 0799: Decisão 2009/799/CE da Comissão, de 29 de outubro de 2009 (JO L 285 de 31.10.2009, p. 42),
  - 32012 D 0482: Decisão de Execução 2012/482/UE da Comissão, de 20 de agosto de 2012 (JO L 226 de 22.8.2012, p. 5),
  - 32015 D 1068: Decisão de Execução (UE) 2015/1068 da Comissão, de 1 de julho de 2015 (JO L 174 de 3.7.2015, p. 30).
13. 32003 D 0459: Decisão 2003/459/CE da Comissão, de 20 de junho de 2003, relativa a determinadas medidas de proteção no que diz respeito ao vírus da varíola símia (JO L 154 de 21.6.2003, p. 112).
14. 32004 D 0225: Decisão 2004/225/CE da Comissão, de 2 de março de 2004, relativa a medidas de proteção respeitantes a determinados animais vivos e produtos de animais originários ou provenientes da Albânia (JO L 68 de 6.3.2004, p. 34).
15. 32006 D 0027: Decisão 2006/27/CE da Comissão, de 16 de janeiro de 2006, relativa às condições especiais que regem a carne e os produtos à base de carne de equídeos, importados do México e destinados ao consumo humano (JO L 19 de 24.1.2006, p. 30).

16. 32006 D 0146: Decisão 2006/146/CE da Comissão, de 21 de fevereiro de 2006, que adota medidas de proteção em relação a determinados morcegos frugívoros, cães e gatos provenientes da Malásia (península) e da Austrália (JO L 55 de 25.2.2006, p. 44).
17. 32007 D 0642: Decisão 2007/642/CE da Comissão, de 4 de outubro de 2007, relativa a medidas de emergência aplicáveis aos produtos da pesca importados da Albânia e destinados ao consumo humano (JO L 260 de 5.10.2007, p. 21).
18. 32008 D 0161: Decisão 2008/161/CE da Comissão, de 22 de fevereiro de 2008, relativa a determinadas medidas de proteção relacionadas com a gripe aviária de alta patogenicidade em Israel e que estabelece derrogações à Decisão 2006/696/CE (JO L 52 de 27.2.2008, p. 21).
19. 32008 R 1252: Regulamento (CE) n.º 1252/2008 da Comissão, de 12 de dezembro de 2008, que estabelece uma derrogação ao Regulamento (CE) n.º 1251/2008 e suspende as importações para a Comunidade de remessas de determinados animais de aquicultura provenientes da Malásia (JO L 337 de 16.12.2008, p. 76).

## SECÇÃO D

### FINANCIAMENTO DOS CONTROLOS

Ver a parte III, capítulo 6, do presente anexo.

## SECÇÃO E

### DIVERSOS

20. 31978 D 0685: Decisão 78/685/CEE da Comissão, de 26 de julho de 1978, que estabelece a fixação de uma lista de doenças epizoóticas de acordo com as disposições da Diretiva 72/462/CEE (JO L 227 de 18.8.1978, p. 32).
  
21. 31986 D 0474: Decisão 86/474/CEE da Comissão, de 11 de setembro de 1986, relativa à realização dos controlos efetuados *in loco* no âmbito do regime aplicável às importações de animais das espécies bovina e suína bem como de carne fresca provenientes de países terceiros (JO L 279 de 30.9.1986, p. 55).

## CAPÍTULO 3

### IDENTIFICAÇÃO E REGISTO DE ANIMAIS E REGISTO DOS SEUS MOVIMENTOS

#### SECÇÃO A

#### BOVINOS

1. 32000 R 1760: Regulamento (CE) n.º 1760/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de julho de 2000, que estabelece um regime de identificação e registo de bovinos e relativo à rotulagem da carne de bovino e dos produtos à base de carne de bovino, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 820/97 do Conselho (JO L 204 de 11.8.2000, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 12003 T: Ato de Adesão de 2003 (JO L 236 de 23.9.2003, p. 432),
  - 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
  - 32014 R 0653: Regulamento (UE) n.º 653/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 (JO L 189 de 27.6.2014, p. 33),
  - 32016 R 0429: Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016 (JO L 84 de 31.3.2016, p. 1).

2. 32022 R 0160: Regulamento de Execução (UE) 2022/160 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2022, que estabelece frequências mínimas uniformes de certos controlos oficiais destinados a verificar o cumprimento dos requisitos de saúde animal da União em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1082/2003 e (CE) n.º 1505/2006 (JO L 26 de 7.2.2022, p. 11).
3. 31999 D 0317: Decisão 99/317/CE da Comissão, de 28 de abril de 1999, que reconhece o carácter plenamente operacional das bases de dados finlandesas relativas aos bovinos (JO L 122 de 12.5.1999, p. 40).
4. 31999 D 0375: Decisão 1999/375/CE da Comissão, de 19 de maio de 1999, que reconhece o carácter plenamente operacional da base de dados luxemburguesa relativa aos bovinos (JO L 144 de 9.6.1999, p. 34).
5. 31999 D 0376: Decisão 1999/376/CE da Comissão, de 19 de maio de 1999, que reconhece o carácter plenamente operacional da base de dados dinamarquesa relativa aos bovinos relativa aos bovinos (JO L 144 de 9.6.1999, p. 35).
6. 31999 D 0377: Decisão 1999/377/CE da Comissão, de 19 de maio de 1999, que reconhece o carácter plenamente operacional da base de dados belga relativa aos bovinos relativa aos bovinos (JO L 144 de 9.6.1999, p. 36).
7. 31999 D 0546: Decisão 1999/546/CE da Comissão, de 13 de julho de 1999, que reconhece o carácter plenamente operacional das bases de dados neerlandesas relativas aos bovinos (JO L 209 de 7.8.1999, p. 32).
8. 31999 D 0571: Decisão 1999/571/CE da Comissão, de 28 de julho de 1999, que reconhece o carácter plenamente operacional da base de dados austríaca relativa aos bovinos (JO L 217 de 17.8.1999, p. 62).

9. 31999 D 0693: Decisão 1999/693/CE da Comissão, de 5 de outubro de 1999, que reconhece a total operacionalidade de base de dados sueca «bovinos» relativa aos bovinos (JO L 273 de 23.10.1999, p. 14).
10. 31999 D 0696: Decisão 1999/696/CE da Comissão, de 11 de outubro de 1999, que reconhece o caráter plenamente operacional das bases de dados da Irlanda do Norte relativas aos bovinos (JO L 275 de 26.10.1999, p. 32).
11. 32001 D 0399: Decisão 2001/399/CE da Comissão, de 7 de maio de 2001, que reconhece o caráter plenamente operacional da base de dados francesa relativa aos bovinos relativa aos bovinos (JO L 140 de 24.5.2001, p. 69).
12. 32002 D 0067: Decisão 2002/67/CE da Comissão, de 28 de janeiro de 2002, que reconhece o caráter plenamente operacional da base de dados alemã relativa aos bovinos (JO L 26 de 30.1.2002, p. 17).
13. 32004 D 0588: Decisão 2004/588/CE da Comissão, de 3 de junho de 2004, que reconhece o caráter plenamente operacional da base de dados maltesa relativa aos bovinos relativa aos bovinos (JO L 257 de 4.8.2004, p. 8).
14. 32004 D 0590: Decisão 2004/590/CE da Comissão, de 4 de junho de 2004, que reconhece o caráter plenamente operacional da base de dados cipriota relativa aos bovinos relativa aos bovinos (JO L 260 de 6.8.2004, p. 9).
15. 32006 D 0132: Decisão 2006/132/CE da Comissão, de 13 de fevereiro de 2006, que reconhece o caráter plenamente operacional da base de dados italiana relativa aos bovinos (JO L 52 de 23.2.2006, p. 33).
16. 32010 D 0692: Decisão 2010/692/UE da Comissão, de 15 de novembro de 2010, que reconhece o caráter plenamente operacional da base de dados letã relativa aos bovinos (JO L 299 de 17.11.2010, p. 45).

17. 32011 D 0685: Decisão de Execução 2011/685/UE da Comissão, de 13 de outubro de 2011, que reconhece o caráter plenamente operacional da base de dados lituana relativa aos bovinos (JO L 269 de 14.10.2011, p. 36).

## SECÇÃO B

### OVINOS E CAPRINOS

18. 32022 R 0160: Regulamento de Execução (UE) 2022/160 da Comissão, de 4 de fevereiro de 2022, que estabelece frequências mínimas uniformes de certos controlos oficiais destinados a verificar o cumprimento dos requisitos de saúde animal da União em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1082/2003 e (CE) n.º 1505/2006 (JO L 26 de 7.2.2022, p. 11).
19. 32005 D 0597: Decisão 2005/597/CE da Comissão, de 2 de agosto de 2005, que reconhece o sistema de identificação e registo de ovinos na República da Irlanda, em conformidade com o n.º 2, alínea d), do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 21/2004 do Conselho (JO L 204 de 5.8.2005, p. 21).

## SECÇÃO C

### EQUÍDEOS

20. 32015 R 0262: Regulamento de Execução (UE) 2015/262 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2015, que estabelece normas relativas aos métodos de identificação de equídeos, nos termos das Diretivas 90/427/CEE e 2009/156/CE do Conselho (Regulamento relativo ao passaporte para equídeos) (JO L 59 de 3.3.2015, p. 1).

## CAPÍTULO 4

### MEDIDAS DE CONTROLO PARA DOENÇAS ANIMAIS

1. 32022 R 0139: Regulamento Delegado (UE) 2022/139 da Comissão, de 16 de novembro de 2021, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à gestão, armazenamento e substituição de reservas dos bancos de antigénios, vacinas e reagentes de diagnóstico da União e aos requisitos de bioproteção, biossegurança e biocontenção para o funcionamento desses bancos (JO L 23 de 2.2.2022, p. 1).

### SECÇÃO A

#### FEBRE AFTOSA

2. 32021 R 2156: Regulamento Delegado (UE) 2021/2156 da Comissão, de 17 de setembro de 2021, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho mediante a criação de um laboratório de referência da União Europeia para a febre do vale do Rift (JO L 436 de 7.12.2021, p. 26).

## SECÇÃO B

### PESTE SUÍNA CLÁSSICA

3. 32021 R 0934: Regulamento de Execução (UE) 2021/934 da Comissão, de 9 de junho de 2021, que estabelece medidas especiais de controlo da peste suína clássica (JO L 204 de 10.6.2021, p. 18), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 2158: Regulamento de Execução (UE) 2021/2158 da Comissão, de 6 de dezembro de 2021 (JO L 436 de 7.12.2021, p. 35).

## SECÇÃO C

### PESTE EQUINA

## SECÇÃO D

### GRIPE AVIÁRIA

## SECÇÃO E

### DOENÇAS DOS PEIXES E DOS MOLUSCOS

4. 32021 D 0260: Decisão de Execução (UE) 2021/260 da Comissão, de 11 de fevereiro de 2021, que aprova medidas nacionais concebidas para limitar o impacto de certas doenças dos animais aquáticos em conformidade com o artigo 226.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Decisão 2010/221/UE da Comissão (JO L 59 de 19.2.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32022 D 0181: Decisão de Execução (UE) 2022/181 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2022 (JO L 29 de 10.2.2022, p. 40),
  - 32022 D 1188: Decisão de Execução (UE) 2022/1188 da Comissão, de 8 de julho de 2022 (JO L 184 de 11.7.2022, p. 59).

## SECÇÃO F

### ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS

5. 32001 R 0999: Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32001 R 1248: Regulamento (CE) n.º 1248/2001 da Comissão, de 22 de junho de 2001 (JO L 173 de 27.6.2001, p. 12),

- 32001 R 1326: Regulamento (CE) n.º 1326/2001 da Comissão, de 29 de junho de 2001 (JO L 177 de 30.6.2001, p. 60),
- 32002 R 0270: Regulamento (CE) n.º 270/2002 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2002 (JO L 45 de 15.2.2002, p. 4),
- 32002 R 1494: Regulamento (CE) n.º 1494/2002 da Comissão, de 21 de agosto de 2002 (JO L 225 de 22.8.2002, p. 3),
- 12003 T: Ato de Adesão de 2003 (JO L 236 de 23.9.2003, p. 434),
- 32003 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2003 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2003 (JO L 37 de 13.2.2003, p. 7),
- 32003 R 1053: Regulamento (CE) n.º 1053/2003 da Comissão, de 19 de junho de 2003 (JO L 152 de 20.6.2003, p. 8),
- 32003 R 1128: Regulamento (CE) n.º 1128/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 1),
- 32003 R 1139: Regulamento (CE) n.º 1139/2003 da Comissão, de 27 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 22),
- 32003 R 1234: Regulamento (CE) n.º 1234/2003 da Comissão, de 10 de julho de 2003 (JO L 173 de 11.7.2003, p. 6),

- 32003 R 1809: Regulamento (CE) n.º 1809/2003 da Comissão, de 15 de outubro de 2003 (JO L 265 de 16.10.2003, p. 10),
- 32003 R 1915: Regulamento (CE) n.º 1915/2003 da Comissão, de 30 de outubro de 2003 (JO L 283 de 31.10.2003, p. 29),
- 32003 R 2245: Regulamento (CE) n.º 2245/2003 da Comissão, de 19 de dezembro de 2003 (JO L 333 de 20.12.2003, p. 28),
- 32004 R 0876: Regulamento (CE) n.º 876/2004 da Comissão, de 29 de abril de 2004 (JO L 162 de 30.4.2004, p. 52),
- 32004 R 1471: Regulamento (CE) n.º 1471/2004 da Comissão, de 18 de agosto de 2004 (JO L 271 de 19.8.2004, p. 24),
- 32004 R 1492: Regulamento (CE) n.º 1492/2004 da Comissão, de 23 de agosto de 2004 (JO L 274 de 24.8.2004, p. 3),
- 32004 R 1993: Regulamento (CE) n.º 1993/2004 da Comissão, de 19 de novembro de 2004 (JO L 344 de 20.11.2004, p. 12),
- 32005 R 0036: Regulamento (CE) n.º 36/2005 da Comissão, de 12 de janeiro de 2005 (JO L 10 de 13.1.2005, p. 9),
- 32005 R 0214: Regulamento (CE) n.º 214/2005 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2005 (JO L 37 de 10.2.2005, p. 9),

- 32005 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2005 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2005 (JO L 46 de 17.2.2005, p. 31),
- 32005 R 0932: Regulamento (CE) n.º 932/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2005 (JO L 163 de 23.6.2005, p. 1),
- 32005 R 1292: Regulamento (CE) n.º 1292/2005 da Comissão, de 5 de agosto de 2005 (JO L 205 de 6.8.2005, p. 3),
- 32005 R 1974: Regulamento (CE) n.º 1974/2005 da Comissão, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 317 de 3.12.2005, p. 4),
- 32006 R 0253: Regulamento (CE) n.º 253/2006 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2006 (JO L 44 de 15.2.2006, p. 9),
- 32006 R 0339: Regulamento (CE) n.º 339/2006 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2006 (JO L 55 de 25.2.2006, p. 5),
- 32006 R 0657: Regulamento (CE) n.º 657/2006 da Comissão, de 10 de abril de 2006 (JO L 116 de 29.4.2006, p. 9),
- 32006 R 0688: Regulamento (CE) n.º 688/2006 da Comissão, de 4 de maio de 2006 (JO L 120 de 5.5.2006, p. 10),
- 32006 R 1041: Regulamento (CE) n.º 1041/2006 da Comissão, de 7 de julho de 2006 (JO L 187 de 8.7.2006, p. 10),

- 32006 R 1923: Regulamento (CE) n.º 1923/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 (JO L 404 de 30.12.2006, p. 1),
- 32007 R 0722: Regulamento (CE) n.º 722/2007 da Comissão, de 25 de junho de 2007 (JO L 164 de 26.6.2007, p. 7),
- 32007 R 0727: Regulamento (CE) n.º 727/2007 da Comissão, de 26 de junho de 2007 (JO L 165 de 27.6.2007, p. 8),
- 32007 R 1275: Regulamento (CE) n.º 1275/2007 da Comissão, de 29 de outubro de 2007 (JO L 284 de 30.10.2007, p. 8),
- 32007 R 1428: Regulamento (CE) n.º 1428/2007 da Comissão, de 4 de dezembro de 2007 (JO L 317 de 5.12.2007, p. 61),
- 32008 R 0021: Regulamento (CE) n.º 21/2008 da Comissão, de 11 de janeiro de 2008 (JO L 9 de 12.1.2008, p. 3),
- 32008 R 0315: Regulamento (CE) n.º 315/2008 da Comissão, de 4 de abril de 2008 (JO L 94 de 5.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0357: Regulamento (CE) n.º 357/2008 da Comissão, de 22 de abril de 2008 (JO L 111 de 23.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0553: Regulamento (CE) n.º 553/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 158 de 18.6.2008, p. 5),

- 32008 R 0571: Regulamento (CE) n.º 571/2008 da Comissão, de 19 de junho de 2008 (JO L 161 de 20.6.2008, p. 4),
- 32008 R 0746: Regulamento (CE) n.º 746/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 202 de 31.7.2008, p. 11),
- 32008 R 0956: Regulamento (CE) n.º 956/2008 da Comissão, de 29 de setembro de 2008 (JO L 260 de 30.9.2008, p. 8),
- 32009 R 0103: Regulamento (CE) n.º 103/2009 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2009 (JO L 34 de 4.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0162: Regulamento (CE) n.º 162/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0163: Regulamento (CE) n.º 163/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 17),
- 32009 R 0220: Regulamento (CE) n.º 220/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 155),
- 32010 R 0956: Regulamento (UE) n.º 956/2010 da Comissão, de 22 de outubro de 2010 (JO L 279 de 23.10.2010, p. 10),
- 32011 R 0189: Regulamento (UE) n.º 189/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2011 (JO L 53 de 26.2.2011, p. 56),

- 32012 R 1064: Regulamento (UE) n.º 1064/2012 da Comissão, de 13 de novembro de 2012 (JO L 314 de 14.11.2012, p. 13),
- 32013 R 0056: Regulamento (UE) n.º 56/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 3),
- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32013 R 0630: Regulamento (UE) n.º 630/2013 da Comissão, de 28 de junho de 2013 (JO L 179 de 29.6.2013, p. 60),
- 32014 R 1148: Regulamento (UE) n.º 1148/2014 da Comissão, de 28 de outubro de 2014 (JO L 308 de 29.10.2014, p. 66),
- 32015 R 0728: Regulamento (UE) 2015/728 da Comissão, de 6 de maio de 2015 (JO L 116 de 7.5.2015, p. 1),
- 32015 R 1162: Regulamento (UE) 2015/1162 da Comissão, de 15 de julho de 2015 (JO L 188 de 16.7.2015, p. 3),
- 32016 R 0027: Regulamento (UE) 2016/27 da Comissão, de 13 de janeiro de 2016 (JO L 9 de 14.1.2016, p. 4),
- 32016 R 1396: Regulamento (UE) 2016/1396 da Comissão, de 18 de agosto de 2016 (JO L 225 de 19.8.2016, p. 76),

- 32017 R 0110: Regulamento (UE) 2017/110 da Comissão, de 23 de janeiro de 2017 (JO L 18 de 24.1.2017, p. 42),
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1),
- 32017 R 0736: Regulamento de Execução (UE) 2017/736 da Comissão, de 26 de abril de 2017 (JO L 110 de 27.4.2017, p. 2),
- 32017 R 0893: Regulamento (UE) 2017/893 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 92),
- 32017 R 0894: Regulamento (UE) 2017/894 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 117),
- 32017 R 1972: Regulamento (UE) 2017/1972 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 14),
- 32018 R 0221: Regulamento (UE) 2018/221 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 43 de 16.2.2018, p. 6),
- 32018 R 0969: Regulamento (UE) 2018/969 da Comissão, de 9 de julho de 2018 (JO L 174 de 10.7.2018, p. 12),
- 32019 R 0319: Regulamento (UE) 2019/319 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 61 de 28.2.2019, p. 1),

- 32019 R 1091: Regulamento (UE) 2019/1091 da Comissão, de 26 de junho de 2019 (JO L 173 de 27.6.2019, p. 42),
  - 32020 R 0772: Regulamento (UE) 2020/772 da Comissão, de 11 de junho de 2020 (JO L 184 de 12.6.2020, p. 43),
  - 32020 R 1593: Regulamento (UE) 2020/1593 da Comissão, de 29 de outubro de 2020 (JO L 360 de 30.10.2020, p. 13),
  - 32021 R 1176: Regulamento (UE) 2021/1176 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 56),
  - 32021 R 1372: Regulamento (UE) 2021/1372 da Comissão, de 17 de agosto de 2021 (JO L 295 de 18.8.2021, p. 1),
  - 32022 R 0175: Regulamento (UE) 2022/175 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2022 (JO L 29 de 10.2.2022, p. 1),
  - 32022 R 2246: Regulamento (UE) 2022/2246 da Comissão, de 15 de novembro de 2022 (JO L 295 de 16.11.2022, p. 1).
6. 32007 D 0411: Decisão 2007/411/CE da Comissão, de 14 de junho de 2007, que proíbe a colocação no mercado de produtos derivados de bovinos nascidos ou criados no Reino Unido antes de 1 de agosto de 1996, qualquer que seja a finalidade, exclui esses animais de determinadas medidas de controlo e erradicação estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Decisão 2005/598/CE (JO L 155 de 15.6.2007, p. 74).

7. 32007 D 0453: Decisão 2007/453/CE da Comissão, de 29 de junho de 2007, que estabelece o estatuto em matéria de EEB de Estados-Membros, países terceiros e suas regiões, em função do respetivo risco de EEB (JO L 172 de 30.6.2007, p. 84), com a redação que lhe foi dada por:
- 32008 D 0829: Decisão 2008/829/CE da Comissão, de 30 de outubro de 2008 (JO L 294 de 1.11.2008, p. 14),
  - 32009 D 0830: Decisão 2009/830/CE da Comissão, de 11 de novembro de 2009 (JO L 295 de 12.11.2009, p. 11),
  - 32010 D 0749: Decisão 2010/749/UE da Comissão, de 2 de dezembro de 2010 (JO L 318 de 4.12.2010, p. 47),
  - 32012 D 0111: Decisão de Execução 2012/111/UE da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 50 de 23.2.2012, p. 49),
  - 32012 D 0489: Decisão de Execução 2012/489/UE da Comissão, de 24 de agosto de 2012 (JO L 231 de 28.8.2012, p. 13),
  - 32013 D 0429: Decisão de Execução 2013/429/UE da Comissão, de 9 de agosto de 2013 (JO L 217 de 13.8.2013, p. 37),
  - 32014 D 0732: Decisão de Execução 2014/732/UE da Comissão, de 20 de outubro de 2014 (JO L 302 de 22.10.2014, p. 58),
  - 32015 D 1356: Decisão de Execução (UE) 2015/1356 da Comissão, de 4 de agosto de 2015 (JO L 209 de 6.8.2015, p. 5),

- 32016 D 0600: Decisão de Execução (UE) 2016/600 da Comissão, de 15 de abril de 2016 (JO L 103 de 19.4.2016, p. 41),
- 32016 D 0701: Decisão de Execução (UE) 2016/701 da Comissão, de 4 de maio de 2016 (JO L 121 de 11.5.2016, p. 22),
- 32016 D 1100: Decisão de Execução (UE) 2016/1100 da Comissão, de 5 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 47),
- 32017 D 1396: Decisão de Execução (UE) 2017/1396 da Comissão, de 26 de julho de 2017 (JO L 197 de 28.7.2017, p. 9),
- 32019 D 0599: Decisão de Execução (UE) 2019/599 da Comissão, de 11 de abril de 2019 (JO L 103 de 12.4.2019, p. 31),
- 32019 D 1773: Decisão de Execução (UE) 2019/1773 da Comissão, de 23 de outubro de 2019 (JO L 270 de 24.10.2019, p. 116),
- 32020 D 0919: Decisão de Execução (UE) 2020/919 da Comissão, de 30 de junho de 2020 (JO L 209 de 2.7.2020, p. 19),
- 32020 D 2212: Decisão de Execução (UE) 2020/2212 da Comissão, de 22 de dezembro de 2020 (JO L 438 de 28.12.2020, p. 44),
- 32021 D 1321: Decisão de Execução (UE) 2021/1321 da Comissão, de 6 de agosto de 2021 (JO L 286 de 10.8.2021, p. 17),

- 32022 D 1377: Decisão de Execução (UE) 2022/1377 da Comissão, de 4 de agosto de 2022 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 51).
8. 32007 D 0667: Decisão 2007/667/CE da Comissão, de 15 de outubro de 2007, que autoriza a utilização, até ao fim da sua vida produtiva, de bovinos de risco na Alemanha, após a confirmação oficial da presença de EEB (JO L 271 de 16.10.2007, p. 16).
9. 32009 D 0719: Decisão 2009/719/CE da Comissão, de 28 de setembro de 2009, que autoriza alguns Estados-Membros a rever o respetivo programa anual de vigilância da EEB (JO L 256 de 29.9.2009, p. 35), com a redação que lhe foi dada por:
- 32010 D 0066: Decisão 2010/66/UE da Comissão, de 5 de fevereiro de 2010 (JO L 35 de 6.2.2010, p. 21),
  - 32011 D 0358: Decisão de Execução 2011/358/UE da Comissão, de 17 de junho de 2011 (JO L 161 de 21.6.2011, p. 29),
  - 32013 D 0076: Decisão de Execução 2013/76/UE da Comissão, de 4 de fevereiro de 2013 (JO L 35 de 6.2.2013, p. 6),
  - 32016 D 0851: Decisão de Execução (UE) 2016/851 da Comissão, de 26 de maio de 2016 (JO L 141 de 28.5.2016, p. 131).
10. 32013 D 0137: Decisão de Execução 2013/137/UE da Comissão, de 15 de março de 2013, que autoriza a utilização, até ao fim da sua vida produtiva, de bovinos de risco em Espanha, após a confirmação oficial da presença de EEB (JO L 75 de 19.3.2013, p. 37).

11. 32013 R 0631: Regulamento de Execução (UE) n.º 631/2013 da Comissão, de 28 de junho de 2013, que revoga o Regulamento (CE) n.º 546/2006 e o Regulamento de Execução (UE) n.º 233/2012 (JO L 179 de 29.6.2013, p. 84).

## SECÇÃO G

### DOENÇAS ZOONÓTICAS

12. 32003 R 2160: Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, relativo ao controlo de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar (JO L 325 de 12.12.2003, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32007 R 1237: Regulamento (CE) n.º 1237/2007 da Comissão, de 23 de outubro de 2007 (JO L 280 de 24.10.2007, p. 5),
  - 32009 R 0213: Regulamento (CE) n.º 213/2009 da Comissão, de 18 de março de 2009 (JO L 73 de 19.3.2009, p. 5),
  - 32009 R 0596: Regulamento (CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009 (JO L 188 de 18.7.2009, p. 14),
  - 32011 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011 (JO L 138 de 26.5.2011, p. 45),
  - 32011 R 1086: Regulamento de Execução (UE) n.º 1086/2011 da Comissão, de 27 de outubro de 2011 (JO L 281 de 28.10.2011, p. 7),

- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
  - 32016 R 0429: Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016 (JO L 84 de 31.3.2016, p. 1).
13. 32003 L 0099: Diretiva 2003/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, relativa à vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos, que altera a Decisão 90/424/CEE do Conselho e revoga a Diretiva 92/117/CEE do Conselho (JO L 325 de 12.12.2003, p. 31), com a redação que lhe foi dada por:
- 32006 L 0104: Diretiva 2006/104/CE do Conselho, de 20 de novembro de 2006 (JO L 363 de 20.12.2006, p. 352),
  - 32009 R 0219: Regulamento (CE) n.º 219/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 109),
  - 32013 L 0020: Diretiva 2013/20/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013
14. 32004 D 0564: Decisão 2004/564/CE da Comissão, de 20 de julho de 2004, relativa aos laboratórios comunitários de referência para a epidemiologia de zoonoses e para as salmonelas e aos laboratórios nacionais de referência para as salmonelas (JO L 251 de 27.7.2004, p. 14).
15. 32006 R 1177: Regulamento (CE) n.º 1177/2006 da Comissão, de 1 de agosto de 2006, que aplica o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente à utilização de métodos específicos de controlo no âmbito dos programas nacionais de controlo de salmonelas nas aves de capoeira (JO L 212 de 2.8.2006, p. 3).

16. 32006 D 0759: Decisão 2006/759/CE da Comissão, de 8 de novembro de 2006, que aprova determinados programas nacionais para o controlo de salmonelas em bandos de reprodução de *Gallus gallus* (JO L 311 de 10.11.2006, p. 46).
17. 32007 D 0843: Decisão 2007/843/CE da Comissão, de 11 de dezembro de 2007, relativa à aprovação de programas de controlo de salmonelas em bandos de reprodução de *Gallus gallus* em determinados países terceiros, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera a Decisão 2006/696/CE no que se refere a certos requisitos de saúde pública na importação de aves de capoeira e ovos para incubação (JO L 332 de 18.12.2007, p. 81), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32011 D 0238: Decisão 2011/238/UE da Comissão, de 13 de abril de 2011 (JO L 100 de 14.4.2011, p. 73).
18. 32007 D 0848: Decisão 2007/848/CE da Comissão, de 11 de dezembro de 2007, que aprova determinados programas nacionais de controlo de salmonelas em bandos de galinhas poedeiras de *Gallus gallus* (JO L 333 de 19.12.2007, p. 83).
19. 32007 D 0849: Decisão 2007/849/CE da Comissão, de 12 de dezembro de 2007, que aprova alterações ao programa nacional de controlo de salmonelas em bandos de reprodução de *Gallus gallus* apresentado pela Finlândia (JO L 333 de 19.12.2007, p. 85).
20. 32007 D 0873: Decisão 2007/873/CE da Comissão, de 18 de dezembro de 2007, que aprova o programa nacional de controlo de salmonelas em bandos de reprodução de *Gallus gallus* apresentado pela Bulgária (JO L 344 de 28.12.2007, p. 45).

21. 32007 D 0874: Decisão 2007/874/CE da Comissão, de 18 de dezembro de 2007, que aprova o programa nacional de controlo de salmonelas em bandos de reprodução de *Gallus gallus* apresentado pela Roménia (JO L 344 de 28.12.2007, p. 46).
22. 32008 D 0055: Decisão 2008/55/CE da Comissão, de 20 de dezembro de 2007, relativa a uma participação financeira da Comunidade para a realização, nos Estados-Membros, de um estudo sobre a prevalência de *Salmonella* spp. e de *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina em efetivos de suínos reprodutores (JO L 14 de 17.1.2008, p. 10).
23. 32008 D 0815: Decisão 2008/815/CE da Comissão, de 20 de outubro de 2008, que aprova determinados programas nacionais de controlo de salmonelas em bandos de frangos de *Gallus gallus* (JO L 283 de 28.10.2008, p. 43).
24. 32008 R 1291: Regulamento (CE) n.º 1291/2008 da Comissão, de 18 de dezembro de 2008, relativo à aprovação de programas de controlo de salmonelas em certos países terceiros, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, e à lista dos programas de vigilância da gripe aviária em certos países terceiros e que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 798/2008 (JO L 340 de 19.12.2008, p. 22), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32011 R 0364: Regulamento (UE) 364/2011 da Comissão, de 13 de abril de 2011 (JO L 100 de 14.4.2011, p. 30),
  - 32013 R 0519: Regulamento (UE) n.º 519/2013 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 74).

25. 32009 D 0771: Decisão 2009/771/CE da Comissão, de 20 de outubro de 2009, que aprova determinados programas nacionais de controlo de salmonelas em perus (JO L 275 de 21.10.2009, p. 28).
26. 32010 R 0200: Regulamento (UE) n.º 200/2010 da Comissão, de 10 de março de 2010, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere ao objetivo da União de redução da prevalência de serótipos de salmonela em bandos adultos de reprodução de *Gallus gallus* (JO L 61 de 11.3.2010, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011 (JO L 138 de 26.5.2011, p. 45),
  - 32019 R 0268: Regulamento (UE) 2019/268 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2019 (JO L 46 de 18.2.2019, p. 11).
27. 32010 R 0254: Regulamento (UE) n.º 254/2010 da Comissão, de 10 de março de 2010, que aprova um programa de controlo de salmonelas em aves de capoeira em certos países terceiros em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho e que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 798/2008 no que diz respeito à situação do estatuto do controlo de salmonelas em certos países terceiros (JO L 80 de 26.3.2010, p. 1).

28. 32011 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere ao objetivo da União Europeia de redução da prevalência de determinados serótipos de *Salmonella* em galinhas poedeiras de *Gallus gallus* e que altera o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 e o Regulamento (UE) n.º 200/2010 da Comissão (JO L 138 de 26.5.2011, p. 45), com a redação que lhe foi dada por:
- 32019 R 0268: Regulamento (UE) 2019/268 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2019 (JO L 46 de 18.2.2019, p. 11).
29. 32012 R 0200: Regulamento (UE) n.º 200/2012 da Comissão, de 8 de março de 2012, relativo ao objetivo da União de redução de *Salmonella Enteritidis* e *Salmonella Typhimurium* em bandos de perus, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 71 de 9.3.2012, p. 31), com a redação que lhe foi dada por:
- 32019 R 0268: Regulamento (UE) 2019/268 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2019 (JO L 46 de 18.2.2019, p. 11).
30. 32012 R 1190: Regulamento (UE) n.º 1190/2012 da Comissão, de 12 de dezembro de 2012, relativo ao objetivo da União de redução de *Salmonella Enteritidis* e *Salmonella Typhimurium* em bandos de perus, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 340 de 13.12.2012, p. 29), com a redação que lhe foi dada por:
- 32019 R 0268: Regulamento (UE) 2019/268 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2019 (JO L 46 de 18.2.2019, p. 11).

31. 32013 D 0403: Decisão de Execução 2013/403/UE da Comissão, de 25 de julho de 2013, que aprova determinados programas alterados de erradicação, controlo e vigilância de doenças animais e zoonoses para 2013 e que altera a Decisão de Execução 2012/761/UE no que diz respeito à participação financeira da União em certos programas aprovados por aquela decisão (JO L 202 de 27.7.2013, p. 30).
32. 32013 D 0766: Decisão de Execução 2013/766/UE da Comissão, de 13 de dezembro de 2013, que aprova determinados programas alterados de erradicação, controlo e vigilância de doenças animais e zoonoses para 2013, que altera a Decisão 2008/897/CE que aprova programas anuais e plurianuais para 2009 e anos subsequentes e que altera a Decisão de Execução 2012/761/UE no que diz respeito à participação financeira da União em certos programas aprovados por aquela decisão (JO L 338 de 17.12.2013, p. 109).
33. 32016 R 0015: Regulamento de Execução (UE) 2016/15 da Comissão, de 7 de janeiro de 2016, que aprova o programa de controlo de salmonelas em galinhas poedeiras apresentado pela antiga República jugoslava da Macedónia e altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 798/2008 no que diz respeito à entrada relativa à antiga República jugoslava da Macedónia na lista de países terceiros a partir dos quais os ovos de mesa podem ser introduzidos na União (JO L 5 de 8.1.2016, p. 1).
34. 32017 D 0302: Decisão de Execução (UE) 2017/302 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2017, que estabelece conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para a criação intensiva de aves de capoeira ou de suínos, nos termos da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 43 de 21.2.2017, p. 231).
35. 32020 D 1729: Decisão de Execução (UE) 2020/1729 da Comissão, de 17 de novembro de 2020, relativa à vigilância e comunicação de dados sobre a resistência antimicrobiana em bactérias zoonóticas e comensais e que revoga a Decisão de Execução 2013/652/UE da Comissão (JO L 387 de 19.11.2020, p. 8).

## SECÇÃO H

### OUTRAS DOENÇAS

36. 31998 D 0502: Decisão 98/502/CE da Comissão, de 27 de julho de 1998, relativa à utilização dum matadouro por parte da Itália, nos termos do disposto no ponto 7 do anexo II da Diretiva 92/119/CEE do Conselho (JO L 225 de 12.8.1998, p. 33).
37. 32007 D 0488: Decisão 2007/488/CE da Comissão, de 11 de julho de 2007, que, ao abrigo da Diretiva 92/119/CEE do Conselho, concede à Itália derrogações aplicáveis ao transporte, nas vias públicas e privadas situadas dentro das zonas de proteção em Cremona, de suínos para abate num matadouro (JO L 182 de 12.7.2007, p. 34).
38. 32008 R 0180: Regulamento (CE) n.º 180/2008 da Comissão, de 28 de fevereiro de 2008, relativo ao laboratório comunitário de referência para as doenças dos equídeos que não a peste equina e que altera o anexo VII do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 56 de 29.2.2008, p. 4), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 0208: Regulamento (UE) n.º 208/2011 da Comissão, de 2 de março de 2011 (JO L 58 de 3.3.2011, p. 29),
  - 32011 R 0880: Regulamento (UE) n.º 880/2011 da Comissão, de 2 de setembro de 2011 (JO L 228 de 3.9.2011, p. 8),
  - 32013 R 0072: Regulamento de Execução (UE) n.º 72/2013 da Comissão, de 25 de janeiro de 2013 (JO L 26 de 26.1.2013, p. 9),

- 32017 R 0793: Regulamento de Execução (UE) 2017/793 da Comissão, de 10 de maio de 2017 (JO L 120 de 11.5.2017, p. 5).
39. 32022 R 2304: Regulamento de Execução (UE) 2022/2304 da Comissão, de 24 de novembro de 2022, que designa o laboratório de referência da União Europeia para a febre do vale do Rift (JO L 305 de 25.11.2022, p. 51).

## SECÇÃO I

### NOTIFICAÇÃO DE DOENÇAS

40. 32005 D 0176: Decisão 2005/176/CE da Comissão, de 1 de março de 2005, que estabelece a forma codificada e os códigos para a notificação de doenças dos animais nos termos da Diretiva 82/894/CEE do Conselho (JO L 59 de 5.3.2005, p. 40), com a redação que lhe foi dada por:
- 32006 D 0924: Decisão 2006/924/CE da Comissão, de 13 de dezembro de 2006 (JO L 354 de 14.12.2006, p. 48),
  - 32008 D 0755: Decisão 2008/755/CE da Comissão, de 24 de setembro de 2008 (JO L 258 de 26.9.2008, p. 72),
  - 32009 D 0847: Decisão 2009/847/CE da Comissão, de 20 de novembro de 2009 (JO L 307 de 21.11.2009, p. 7),
  - 32010 D 0160: Decisão 2010/160/UE da Comissão, de 17 de março de 2010 (JO L 68 de 18.3.2010, p. 21).

## SECÇÃO J

### DOENÇAS LISTADAS

41. 32020 R 0687: Regulamento Delegado (UE) 2020/687 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às regras de prevenção e controlo de certas doenças listadas (JO L 174 de 3.6.2020, p. 64), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1140: Regulamento Delegado (UE) 2021/1140 da Comissão, de 5 de maio de 2021 (JO L 247 de 13.7.2021, p. 50).
42. 32020 R 0689: Regulamento Delegado (UE) 2020/689 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a regras em matéria de vigilância, programas de erradicação e estatuto de indemnidade de doença para certas doenças listadas e doenças emergentes (JO L 174 de 3.6.2020, p. 211), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0881: Regulamento Delegado (UE) 2021/881 da Comissão, de 23 de março de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 10).
43. 32020 R 0690: Regulamento de Execução (UE) 2020/690 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às doenças listadas sujeitas aos programas de vigilância da União, ao âmbito geográfico desses programas e às doenças listadas relativamente às quais pode ser estabelecido o estatuto de indemnidade de doença dos compartimentos (JO L 174 de 3.6.2020, p. 341).

44. 32021 R 0620: Regulamento de Execução (UE) 2021/620 da Comissão, de 15 de abril de 2021, que estabelece regras de execução do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à aprovação do estatuto de indemnidade de doença e de não vacinação de determinados Estados-Membros ou respetivas zonas ou compartimentos no que diz respeito a determinadas doenças listadas e à aprovação de programas de erradicação para essas doenças listadas. (JO L 131 de 16.4.2021, p. 78), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1008: Regulamento de Execução (UE) 2021/1008 da Comissão, de 21 de junho de 2021 (JO L 222 de 22.6.2021, p. 12),
  - 32021 R 1911: Regulamento de Execução (UE) 2021/1911 da Comissão, de 27 de outubro de 2021 (JO L 389 de 4.11.2021, p. 2),
  - 32022 R 0214: Regulamento de Execução (UE) 2022/214 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 16),
  - 32022 R 1218: Regulamento de Execução (UE) 2022/1218 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 65).

## SECÇÃO K

### DIVERSOS

45. 32007 D 0142: Decisão 2007/142/CE da Comissão, de 28 de fevereiro de 2007, que institui uma Equipa de Emergência Veterinária da Comunidade para assistir a Comissão no apoio aos Estados-Membros e países terceiros em questões veterinárias relacionadas com determinadas doenças animais (JO L 62 de 1.3.2007, p. 27).

## CAPÍTULO 5

### COMÉRCIO DE ANIMAIS VIVOS, SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES NA UNIÃO

#### SECÇÃO A

#### BOVINOS E SUÍNOS

1. 32003 D 0886: Decisão 2003/886/CE da Comissão, de 10 de dezembro de 2003, que estabelece os critérios relativos às informações a fornecer em conformidade com a Diretiva 64/432/CEE do Conselho (JO L 332 de 19.12.2003, p. 53).
2. 32004 D 0315: Decisão 2004/315/CE da Comissão, de 26 de março de 2004, que reconhece o sistema de redes de vigilância para as explorações de bovinos instalado nos Estados-Membros ou em regiões dos Estados-Membros em conformidade com a Diretiva 64/432/CEE (JO L 100 de 6.4.2004, p. 43).
3. 32018 D 0718: Decisão de Execução (UE) 2018/718 da Comissão, de 14 de maio de 2018, relativa à suspensão do estatuto de oficialmente indemne de tuberculose atribuído a Malta no respeitante aos efetivos de bovinos e que altera o anexo I da Decisão 2003/467/CE (JO L 120 de 16.5.2018, p. 12).

4. 32019 R 2035: Regulamento Delegado (UE) 2019/2035 da Comissão, de 28 de junho de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às regras aplicáveis aos estabelecimentos que detêm animais terrestres e aos centros de incubação, e à rastreabilidade de determinados animais terrestres detidos e ovos para incubação (JO L 314 de 5.12.2019, p. 115), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32020 R 1625: Regulamento Delegado (UE) 2020/1625 da Comissão, de 25 de agosto de 2020 (JO L 366 de 4.11.2020, p. 1).

## SECÇÃO B

### AVES DE CAPOEIRA E OVOS PARA INCUBAÇÃO

5. 31992 D 0339: Decisão 92/339/CEE da Comissão, de 2 de junho de 1992, que estabelece o estatuto da Irlanda relativamente à doença de Newcastle (JO L 188 de 8.7.1992, p. 33).
6. 31992 D 0381: Decisão 92/381/CEE da Comissão, de 3 de julho de 1992, que estabelece o estatuto duma região do Reino Unido relativamente à doença de Newcastle (JO L 198 de 17.7.1992, p. 56).
7. 31993 D 0152: Decisão 93/152/CEE da Comissão, de 8 de fevereiro de 1993, que estabelece os critérios relativos às vacinas a utilizar contra a doença de Newcastle no âmbito dos programas de vacinação de rotina (JO L 59 de 12.3.1993, p. 35), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32010 D 0633: Decisão 2010/633/UE da Comissão, de 22 de outubro de 2010 (JO L 279 de 23.10.2010, p. 33).

8. 31994 D 0327: Decisão 94/327/CE da Comissão, de 19 de maio de 1994, que fixa os critérios para a pesquisa anual da doença de Newcastle em aves de capoeira de reprodução, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Diretiva 90/539/CEE do Conselho (JO L 146 de 11.6.1994, p. 17).
9. 31997 D 0262: Decisão 97/262/CE da Comissão, de 4 de abril de 1997, que suspende o estatuto da Irlanda relativamente à doença de Newcastle (JO L 104 de 22.4.1997, p. 33).
10. 31997 D 0263: Decisão 97/263/CE da Comissão, de 4 de abril de 1997, que suspende o estatuto de uma região do Reino Unido relativamente à doença de Newcastle (JO L 104 de 22.4.1997, p. 34).
11. 32003 D 0644: Decisão 2003/644/CE da Comissão, de 8 de setembro de 2003, que estabelece garantias complementares, em matéria de salmonelas, na expedição para a Finlândia e a Suécia de aves de capoeira de reprodução e de pintos do dia destinados a ser introduzidos em bandos de aves de capoeira de reprodução ou em bandos de aves de capoeira de rendimento (JO L 228 de 12.9.2003, p. 29).
12. 32004 D 0235: Decisão 2004/235/CE da Comissão, de 1 de março de 2004, que estabelece garantias complementares exigíveis em matéria de salmonelas, aquando da expedição para a Finlândia e a Suécia de galinhas poedeiras (JO L 72 de 11.3.2004, p. 86).
13. 32007 D 0017: Decisão 2007/17/CE da Comissão, de 22 de dezembro de 2006, que aprova planos de aprovação de estabelecimentos para efeitos de comércio intracomunitário de aves de capoeira e de ovos para incubação, nos termos da Diretiva 90/539/CEE do Conselho (JO L 7 de 12.1.2007, p. 33).
14. 32013 D 0346: Decisão de Execução 2013/346/UE da Comissão, de 28 de junho de 2013, que aprova o plano apresentado pela Croácia para a aprovação de estabelecimentos para efeitos de comércio intra-União de aves de capoeira e de ovos para incubação nos termos da Diretiva 2009/158/CE do Conselho (JO L 183 de 2.7.2013, p. 12).

15. 32017 D 0811: Decisão de Execução (UE) 2017/811 da Comissão, de 10 de maio de 2017, que aprova o plano alterado apresentado pela Bélgica para a aprovação de estabelecimentos para efeitos de comércio intra-União de aves de capoeira e de ovos para incubação nos termos da Diretiva 2009/158/CE do Conselho (JO L 121 de 12.5.2017, p. 47).
  
16. 32019 R 2035: Regulamento Delegado (UE) 2019/2035 da Comissão, de 28 de junho de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às regras aplicáveis aos estabelecimentos que detêm animais terrestres e aos centros de incubação, e à rastreabilidade de determinados animais terrestres detidos e ovos para incubação (JO L 314 de 5.12.2019, p. 115), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 2168: Regulamento Delegado (UE) 2021/2168 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 438 de 8.12.2021, p. 38).
  
17. 32020 R 0688: Regulamento Delegado (UE) 2020/688 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos de saúde animal aplicáveis à circulação na União de animais terrestres e de ovos para incubação (JO L 174 de 3.6.2020, p. 140), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 1706: Regulamento Delegado (UE) 2021/1706 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 56).

## SECÇÃO C

### ANIMAIS DE AQUICULTURA

18. 32003 D 0634: Decisão 2003/634/CE da Comissão, de 28 de agosto de 2003, que aprova programas com vista à obtenção do estatuto de zonas aprovadas e de explorações aprovadas em zonas não aprovadas no que diz respeito à septicemia hemorrágica viral (SHV) e à necrose hematopoética infecciosa (NHI) nos peixes (JO L 220 de 3.9.2003, p. 8), com a redação que lhe foi dada por:
- 32003 D 0904: Decisão 2003/904/CE da Comissão, de 15 de dezembro de 2003 (JO L 340 de 24.12.2003, p. 69),
  - 32004 D 0328: Decisão 2004/328/CE da Comissão, de 5 de abril de 2004 (JO L 104 de 8.4.2004, p. 129),
  - 32005 D 0067: Decisão 2005/67/CE da Comissão, de 28 de janeiro de 2005 (JO L 27 de 29.1.2005, p. 55),
  - 32005 D 0414: Decisão 2005/414/CE da Comissão, de 30 de maio de 2005 (JO L 141 de 4.6.2005, p. 29),
  - 32005 D 0770: Decisão 2005/770/CE da Comissão, de 3 de novembro de 2005 (JO L 291 de 5.11.2005, p. 33),
  - 32006 D 0685: Decisão 2006/685/CE da Comissão, de 6 de outubro de 2006 (JO L 282 de 13.10.2006, p. 44),

- 32007 D 0570: Decisão 2007/570/CE da Comissão, de 20 de agosto de 2007 (JO L 217 de 22.8.2007, p. 36).
19. 32008 R 0737: Regulamento (CE) n.º 737/2008 da Comissão, de 28 de julho de 2008, que designa os laboratórios comunitários de referência no domínio das doenças dos crustáceos, da raiva e da tuberculose bovina, que define responsabilidades e tarefas adicionais dos laboratórios comunitários de referência no domínio da raiva e da tuberculose bovina e que altera o anexo VII do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 201 de 30.7.2008, p. 29), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 0208: Regulamento (UE) n.º 208/2011 da Comissão, de 2 de março de 2011 (JO L 58 de 3.3.2011, p. 29),
  - 32011 R 0880: Regulamento (UE) n.º 880/2011 da Comissão, de 2 de setembro de 2011 (JO L 228 de 3.9.2011, p. 8),
  - 32013 R 0072: Regulamento de Execução (UE) n.º 72/2013 da Comissão, de 25 de janeiro de 2013 (JO L 26 de 26.1.2013, p. 9),
  - 32013 R 0415: Regulamento (UE) n.º 415/2013 da Comissão, de 6 de maio de 2013 (JO L 125 de 7.5.2013, p. 7).
20. 32020 R 0689: Regulamento Delegado (UE) 2020/689 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a regras em matéria de vigilância, programas de erradicação e estatuto de indemnidade de doença para certas doenças listadas e doenças emergentes (JO L 174 de 3.6.2020, p. 211), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0881: Regulamento Delegado (UE) 2021/881 da Comissão, de 23 de março de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 10).

21. 32020 R 0691: Regulamento Delegado (UE) 2020/691 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis aos estabelecimentos de aquicultura e aos transportadores de animais aquáticos (JO L 174 de 3.6.2020, p. 345).
  
22. 32020 R 2236: Regulamento de Execução (UE) 2020/2236 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de animais aquáticos e de determinados produtos de origem animal provenientes de animais aquáticos e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1251/2008 (JO L 442 de 30.12.2020, p. 410), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1).

23. 32021 D 0260: Decisão de Execução (UE) 2021/260 da Comissão, de 11 de fevereiro de 2021, que aprova medidas nacionais concebidas para limitar o impacto de certas doenças dos animais aquáticos em conformidade com o artigo 226.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Decisão 2010/221/UE da Comissão (JO L 59 de 19.2.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32022 D 0181: Decisão de Execução (UE) 2022/181 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2022 (JO L 29 de 10.2.2022, p. 40),
- 32022 D 1188: Decisão de Execução (UE) 2022/1188 da Comissão, de 8 de julho de 2022 (JO L 184 de 11.7.2022, p. 59).

## SECÇÃO D

### EMBRIÕES DE BOVINOS

24. 32020 R 0686: Regulamento Delegado (UE) 2020/686 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à aprovação de estabelecimentos de produtos germinais e aos requisitos de rastreabilidade e de saúde animal aplicáveis à circulação na União de produtos germinais de determinados animais terrestres detidos (JO L 174 de 3.6.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0880: Regulamento Delegado (UE) 2021/880 da Comissão, de 5 de março de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 1).

## SECÇÃO E

### SÉMEN DE BOVINOS

25. 32020 R 0686: Regulamento Delegado (UE) 2020/686 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à aprovação de estabelecimentos de produtos germinais e aos requisitos de rastreabilidade e de saúde animal aplicáveis à circulação na União de produtos germinais de determinados animais terrestres detidos (JO L 174 de 3.6.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0880: Regulamento Delegado (UE) 2021/880 da Comissão, de 5 de março de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 1).

## SECÇÃO F

### SÉMEN DE SUÍNOS

26. 32020 R 0686: Regulamento Delegado (UE) 2020/686 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à aprovação de estabelecimentos de produtos germinais e aos requisitos de rastreabilidade e de saúde animal aplicáveis à circulação na União de produtos germinais de determinados animais terrestres detidos (JO L 174 de 3.6.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0880: Regulamento Delegado (UE) 2021/880 da Comissão, de 5 de março de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 1).

## SECÇÃO G

### OUTROS ANIMAIS, SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES

27. 32005 R 1739: Regulamento (CE) n.º 1739/2005 da Comissão, de 21 de outubro de 2005, que define as condições de polícia sanitária para a circulação de animais de circo entre os Estados-Membros (JO L 279 de 22.10.2005, p. 47).
28. 32010 D 0436: Decisão 2010/436/UE da Comissão, de 9 de agosto de 2010, que aplica a Decisão 2000/258/CE do Conselho no que se refere às provas de proficiência para efeitos de manter as autorizações dos laboratórios para realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação anti-rábica (JO L 209 de 10.8.2010, p. 19).
29. 32010 D 0591: Decisão 2010/591/UE da Comissão, de 1 de outubro de 2010, que autoriza um laboratório na Rússia a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação anti-rábica (JO L 260 de 2.10.2010, p. 21).
30. 32011 D 0091: Decisão 2011/91/UE da Comissão, de 10 de fevereiro de 2011, que autoriza um laboratório da República da Coreia a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação anti-rábica (JO L 37 de 11.2.2011, p. 18).
31. 32011 D 0396: Decisão de Execução 2011/396/UE da Comissão, de 4 de julho de 2011, que autoriza um laboratório no Japão a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação anti-rábica (JO L 176 de 5.7.2011, p. 51).
32. 32012 D 0304: Decisão de Execução 2012/304/UE da Comissão, de 11 de junho de 2012, que autoriza laboratórios na Croácia e no México a proceder a testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica (JO L 152 de 13.6.2012, p. 50).

33. 32012 D 0752: Decisão de Execução 2012/752/UE da Comissão, de 4 de dezembro de 2012, que autoriza um laboratório na antiga República jugoslava da Macedónia a realizar testes serológicos para controlar a eficácia da vacinação antirrábica (JO L 334 de 6.12.2012, p. 47).
34. 32013 D 0224: Decisão de Execução 2013/224/UE da Comissão, de 17 de maio de 2013, que autoriza um laboratório na Croácia a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica (JO L 135 de 22.5.2013, p. 21).
35. 32013 D 0261: Decisão de Execução 2013/261/UE da Comissão, de 3 de junho de 2013, que autoriza um laboratório na Ucrânia a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica (JO L 152 de 5.6.2013, p. 50).
36. 32013 D 0709: Decisão de Execução 2013/709/UE da Comissão, de 2 de dezembro de 2013, que autoriza um laboratório nos Estados Unidos da América a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica (JO L 323 de 4.12.2013, p. 34).
37. 32014 D 0514: Decisão de Execução 2014/514/UE da Comissão, de 31 de julho de 2014, que autoriza laboratórios da República da Coreia a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica (JO L 231 de 2.8.2014, p. 11).
38. 32015 D 0130: Decisão de Execução (UE) 2015/130 da Comissão, de 26 de janeiro de 2015, que autoriza laboratórios na China a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica (JO L 21 de 28.1.2015, p. 20).
39. 32016 D 0423: Decisão de Execução (UE) 2016/423 da Comissão, de 18 de março de 2016, que autoriza certos laboratórios no Egito, nos Emirados Árabes Unidos e nos Estados Unidos da América a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica em cães, gatos e furões (JO L 75 de 22.3.2016, p. 70).

40. 32017 D 0009: Decisão de Execução (UE) 2017/9 da Comissão, de 4 de janeiro de 2017, que autoriza determinados laboratórios em Marrocos e em Taiwan a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica em cães, gatos e furões (JO L 3 de 6.1.2017, p. 32).
41. 32017 D 0223: Decisão de Execução (UE) 2017/223 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2017, que autoriza um laboratório no Brasil a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica em cães, gatos e furões (JO L 34 de 9.2.2017, p. 34).
42. 32018 D 0193: Decisão de Execução (UE) 2018/193 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2018, que autoriza laboratórios no Brasil e na Federação da Rússia a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica em cães, gatos e furões (JO L 36 de 9.2.2018, p. 18).
43. 32019 D 1664: Decisão de Execução (UE) 2019/1664 da Comissão, de 30 de setembro de 2019, que autoriza um laboratório na Ucrânia a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica em cães, gatos e furões (JO L 252 de 2.10.2019, p. 38).
44. 32020 D 0528: Decisão de Execução (UE) 2020/528 da Comissão, de 14 de abril de 2020, que autoriza laboratórios no Brasil, na China, na Coreia do Sul e nos Estados Unidos da América a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica em cães, gatos e furões (JO L 118 de 16.4.2020, p. 26).

45. 32020 R 0686: Regulamento Delegado (UE) 2020/686 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à aprovação de estabelecimentos de produtos germinais e aos requisitos de rastreabilidade e de saúde animal aplicáveis à circulação na União de produtos germinais de determinados animais terrestres detidos (JO L 174 de 3.6.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0880: Regulamento Delegado (UE) 2021/880 da Comissão, de 5 de março de 2021 (JO L 194 de 2.6.2021, p. 1).
46. 32021 D 0545: Decisão de Execução (UE) 2021/545 da Comissão, de 26 de março de 2021, que autoriza laboratórios no Brasil, no Camboja, na China, no México, na África do Sul, na Tunísia, na Ucrânia e no Reino Unido a realizar testes serológicos de controlo da eficácia da vacinação antirrábica em cães, gatos e furões (JO L 110 de 30.3.2021, p. 34).
47. 32021 R 0403: Regulamento de Execução (UE) 2021/403 da Comissão, de 24 março de 2021, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação entre Estados-Membros de remessas de determinadas categorias de animais terrestres e respetivos produtos germinais e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga a Decisão 2010/470/UE (JO L 113 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),

- 32022 R 0037: Regulamento de Execução (UE) 2022/37 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 92),
  - 32022 R 0055: Regulamento de Execução (UE) 2022/55 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 4),
  - 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19).
48. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),

- 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
- 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),

- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),

- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),

- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),

- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),

- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),
- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).

## CAPÍTULO 6

### CIRCULAÇÃO SEM CARÁTER COMERCIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA

1. 32013 R 0576: Regulamento (UE) n.º 576/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, relativo à circulação sem caráter comercial de animais de companhia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 998/2003 (JO L 178 de 28.6.2013, p. 1).
  
2. 32013 R 0577: Regulamento de Execução (UE) n.º 577/2013 da Comissão, de 28 de junho de 2013, relativo aos modelos de documentos de identificação para a circulação sem caráter comercial de cães, gatos e furões, ao estabelecimento de listas de territórios e países terceiros e aos requisitos em matéria de formato, configuração e línguas das declarações que atestam o cumprimento de determinadas condições previstas no Regulamento (UE) n.º 576/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 178 de 28.6.2013, p. 109), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32014 R 1219: Regulamento de Execução (UE) n.º 1219/2014 da Comissão, de 13 de novembro de 2014 (JO L 329 de 14.11.2014, p. 23),
  
  - 32016 R 0561: Regulamento de Execução (UE) 2016/561 da Comissão, de 11 de abril de 2016 (JO L 96 de 12.4.2016, p. 26),
  
  - 32019 R 1293: Regulamento de Execução (UE) 2019/1293 da Comissão, de 29 de julho de 2019 (JO L 204 de 2.8.2019, p. 3),
  
  - 32020 R 2016: Regulamento de Execução (UE) 2020/2016 da Comissão, de 9 de dezembro de 2020 (JO L 415 de 10.12.2020, p. 39).

3. 32018 R 0772: Regulamento Delegado (UE) 2018/772 da Comissão, de 21 de novembro de 2017, que completa o Regulamento (UE) n.º 576/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às medidas sanitárias preventivas para o controlo da infeção por *Echinococcus multilocularis* em cães e que revoga o Regulamento Delegado (UE) n.º 1152/2011 (JO L 130 de 28.5.2018, p. 1).
  
4. 32018 R 0878: Regulamento de execução (UE) 2018/878 da Comissão, de 18 de junho de 2018, que adota a lista dos Estados-Membros ou partes do território de Estados-Membros que satisfazem as regras de classificação estabelecidas no artigo 2.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento Delegado (UE) 2018/772 relativo à aplicação de medidas sanitárias preventivas para o controlo da infeção por *Echinococcus multilocularis* em cães (JO L 155 de 19.6.2018, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32020 R 2017: Regulamento de Execução (UE) 2020/2017 da Comissão, de 9 de dezembro de 2020 (JO L 415 de 10.12.2020, p. 43).
  
5. 32021 R 1933: Regulamento Delegado (UE) 2021/1933 da Comissão, de 14 de julho de 2021, que complementa o Regulamento (UE) n.º 576/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à circulação sem caráter comercial de aves de companhia para um Estado-Membro a partir de um território ou país terceiro (JO L 396 de 10.11.2021, p. 4).
  
6. 32021 R 1938: Regulamento de Execução (UE) 2021/1938 da Comissão, de 9 de novembro de 2021, que estabelece o modelo de documento de identificação para a circulação sem caráter comercial de aves de companhia para um Estado-Membro a partir de um território ou país terceiro e que revoga a Decisão 2007/25/CE (JO L 396 de 10.11.2021, p. 47).

## CAPÍTULO 7

### PROIBIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS E CONTROLO DE RESÍDUOS

#### SECÇÃO A

#### PROIBIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS

1. 31996 L 0022: Diretiva 96/22/CE do Conselho, de 29 de abril de 1996, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias  $\beta$ -agonistas em produção animal e que revoga as Diretivas 81/602/CEE, 88/146/CEE e 88/299/CEE (JO L 125 de 23.5.1996, p. 3), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32003 L 0074: Diretiva 2003/74/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro de 2003 (JO L 262 de 14.10.2003, p. 17),
  - 32008 L 0097: Diretiva 2008/97/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008 (JO L 318 de 28.11.2008, p. 9).
2. 31999 D 0879: Decisão 1999/879/CE do Conselho, de 17 de dezembro de 1999, relativo à colocação no mercado e à administração de somatotrofina bovina (BST) e que revoga a Decisão 90/218/CEE (JO L 331 de 23.12.1999, p. 71).

## SECÇÃO B

### CONTROLOS DE RESÍDUOS

3. 32021 R 0808: Regulamento de Execução (UE) 2021/808 da Comissão, de 22 de março de 2021, relativo ao desempenho dos métodos analíticos para os resíduos de substâncias farmacologicamente ativas utilizadas em animais produtores de géneros alimentícios e à interpretação dos resultados, bem como aos métodos a utilizar na amostragem, e que revoga as Decisões 2002/657/CE e 98/179/CE (JO L 180 de 21.5.2021, p. 84).

## CAPÍTULO 8

### REQUISITOS APLICÁVEIS À IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O presente capítulo não prejudica quaisquer das disposições específicas estabelecidas nos acordos internacionais da UE enumerados no capítulo 9 da presente parte.

#### SECÇÃO A

#### ANIMAIS VIVOS, SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES

#### SUBSECÇÃO 1

#### BOVINOS, SUÍNOS E OVINOS

1. 32001 R 0999: Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32001 R 1248: Regulamento (CE) n.º 1248/2001 da Comissão, de 22 de junho de 2001 (JO L 173 de 27.6.2001, p. 12),
  - 32001 R 1326: Regulamento (CE) n.º 1326/2001 da Comissão, de 29 de junho de 2001 (JO L 177 de 30.6.2001, p. 60),
  - 32002 R 0270: Regulamento (CE) n.º 270/2002 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2002 (JO L 45 de 15.2.2002, p. 4),

- 32002 R 1494: Regulamento (CE) n.º 1494/2002 da Comissão, de 21 de agosto de 2002 (JO L 225 de 22.8.2002, p. 3),
- 12003 T: Ato de Adesão de 2003 (JO L 236 de 23.9.2003, p. 434),
- 32003 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2003 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2003 (JO L 37 de 13.2.2003, p. 7),
- 32003 R 1053: Regulamento (CE) n.º 1053/2003 da Comissão, de 19 de junho de 2003 (JO L 152 de 20.6.2003, p. 8),
- 32003 R 1128: Regulamento (CE) n.º 1128/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 1),
- 32003 R 1139: Regulamento (CE) n.º 1139/2003 da Comissão, de 27 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 22),
- 32003 R 1234: Regulamento (CE) n.º 1234/2003 da Comissão, de 10 de julho de 2003 (JO L 173 de 11.7.2003, p. 6),
- 32003 R 1809: Regulamento (CE) n.º 1809/2003 da Comissão, de 15 de outubro de 2003 (JO L 265 de 16.10.2003, p. 10),
- 32003 R 1915: Regulamento (CE) n.º 1915/2003 da Comissão, de 30 de outubro de 2003 (JO L 283 de 31.10.2003, p. 29),
- 32003 R 2245: Regulamento (CE) n.º 2245/2003 da Comissão, de 19 de dezembro de 2003 (JO L 333 de 20.12.2003, p. 28),

- 32004 R 0876: Regulamento (CE) n.º 876/2004 da Comissão, de 29 de abril de 2004 (JO L 162 de 30.4.2004, p. 52),
- 32004 R 1471: Regulamento (CE) n.º 1471/2004 da Comissão, de 18 de agosto de 2004 (JO L 271 de 19.8.2004, p. 24),
- 32004 R 1492: Regulamento (CE) n.º 1492/2004 da Comissão, de 23 de agosto de 2004 (JO L 274 de 24.8.2004, p. 3),
- 32004 R 1993: Regulamento (CE) n.º 1993/2004 da Comissão, de 19 de novembro de 2004 (JO L 344 de 20.11.2004, p. 12),
- 32005 R 0036: Regulamento (CE) n.º 36/2005 da Comissão, de 12 de janeiro de 2005 (JO L 10 de 13.1.2005, p. 9),
- 32005 R 0214: Regulamento (CE) n.º 214/2005 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2005 (JO L 37 de 10.2.2005, p. 9),
- 32005 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2005 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2005 (JO L 46 de 17.2.2005, p. 31),
- 32005 R 0932: Regulamento (CE) n.º 932/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2005 (JO L 163 de 23.6.2005, p. 1),
- 32005 R 1292: Regulamento (CE) n.º 1292/2005 da Comissão, de 5 de agosto de 2005 (JO L 205 de 6.8.2005, p. 3),

- 32005 R 1974: Regulamento (CE) n.º 1974/2005 da Comissão, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 317 de 3.12.2005, p. 4),
- 32006 R 0253: Regulamento (CE) n.º 253/2006 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2006 (JO L 44 de 15.2.2006, p. 9),
- 32006 R 0339: Regulamento (CE) n.º 339/2006 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2006 (JO L 55 de 25.2.2006, p. 5),
- 32006 R 0657: Regulamento (CE) n.º 657/2006 da Comissão, de 10 de abril de 2006 (JO L 116 de 29.4.2006, p. 9),
- 32006 R 0688: Regulamento (CE) n.º 688/2006 da Comissão, de 4 de maio de 2006 (JO L 120 de 5.5.2006, p. 10),
- 32006 R 1041: Regulamento (CE) n.º 1041/2006 da Comissão, de 7 de julho de 2006 (JO L 187 de 8.7.2006, p. 10),
- 32006 R 1923: Regulamento (CE) n.º 1923/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 (JO L 404 de 30.12.2006, p. 1),
- 32007 R 0722: Regulamento (CE) n.º 722/2007 da Comissão, de 25 de junho de 2007 (JO L 164 de 26.6.2007, p. 7),
- 32007 R 0727: Regulamento (CE) n.º 727/2007 da Comissão, de 26 de junho de 2007 (JO L 165 de 27.6.2007, p. 8),

- 32007 R 1275: Regulamento (CE) n.º 1275/2007 da Comissão, de 29 de outubro de 2007 (JO L 284 de 30.10.2007, p. 8),
- 32007 R 1428: Regulamento (CE) n.º 1428/2007 da Comissão, de 4 de dezembro de 2007 (JO L 317 de 5.12.2007, p. 61),
- 32008 R 0021: Regulamento (CE) n.º 21/2008 da Comissão, de 11 de janeiro de 2008 (JO L 9 de 12.1.2008, p. 3),
- 32008 R 0315: Regulamento (CE) n.º 315/2008 da Comissão, de 4 de abril de 2008 (JO L 94 de 5.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0357: Regulamento (CE) n.º 357/2008 da Comissão, de 22 de abril de 2008 (JO L 111 de 23.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0553: Regulamento (CE) n.º 553/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 158 de 18.6.2008, p. 5),
- 32008 R 0571: Regulamento (CE) n.º 571/2008 da Comissão, de 19 de junho de 2008 (JO L 161 de 20.6.2008, p. 4),
- 32008 R 0746: Regulamento (CE) n.º 746/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 202 de 31.7.2008, p. 11),
- 32008 R 0956: Regulamento (CE) n.º 956/2008 da Comissão, de 29 de setembro de 2008 (JO L 260 de 30.9.2008, p. 8),

- 32009 R 0103: Regulamento (CE) n.º 103/2009 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2009 (JO L 34 de 4.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0162: Regulamento (CE) n.º 162/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0163: Regulamento (CE) n.º 163/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 17),
- 32009 R 0220: Regulamento (CE) n.º 220/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 155),
- 32011 R 0189: Regulamento (UE) n.º 189/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2011 (JO L 53 de 26.2.2011, p. 56),
- 32012 R 1064: Regulamento (UE) n.º 1064/2012 da Comissão, de 13 de novembro de 2012 (JO L 314 de 14.11.2012, p. 13),
- 32013 R 0056: Regulamento (UE) n.º 56/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 3),
- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32013 R 0630: Regulamento (UE) n.º 630/2013 da Comissão, de 28 de junho de 2013 (JO L 179 de 29.6.2013, p. 60),

- 32014 R 1148: Regulamento (UE) n.º 1148/2014 da Comissão, de 28 de outubro de 2014 (JO L 308 de 29.10.2014, p. 66),
- 32015 R 0728: Regulamento (UE) 2015/728 da Comissão, de 6 de maio de 2015 (JO L 116 de 7.5.2015, p. 1),
- 32015 R 1162: Regulamento (UE) 2015/1162 da Comissão, de 15 de julho de 2015 (JO L 188 de 16.7.2015, p. 3),
- 32016 R 0027: Regulamento (UE) 2016/27 da Comissão, de 13 de janeiro de 2016 (JO L 9 de 14.1.2016, p. 4),
- 32016 R 1396: Regulamento (UE) 2016/1396 da Comissão, de 18 de agosto de 2016 (JO L 225 de 19.8.2016, p. 76),
- 32017 R 0110: Regulamento (UE) 2017/110 da Comissão, de 23 de janeiro de 2017 (JO L 18 de 24.1.2017, p. 42),
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1),
- 32017 R 0736: Regulamento de Execução (UE) 2017/736 da Comissão, de 26 de abril de 2017 (JO L 110 de 27.4.2017, p. 2),
- 32017 R 0893: Regulamento (UE) 2017/893 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 92),

- 32017 R 0894: Regulamento (UE) 2017/894 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 117),
- 32017 R 1972: Regulamento (UE) 2017/1972 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 14),
- 32018 R 0221: Regulamento (UE) 2018/221 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 43 de 16.2.2018, p. 6),
- 32018 R 0969: Regulamento (UE) 2018/969 da Comissão, de 9 de julho de 2018 (JO L 174 de 10.7.2018, p. 12),
- 32019 R 0319: Regulamento (UE) 2019/319 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 61 de 28.2.2019, p. 1),
- 32019 R 1091: Regulamento (UE) 2019/1091 da Comissão, de 26 de junho de 2019 (JO L 173 de 27.6.2019, p. 42),
- 32020 R 0772: Regulamento (UE) 2020/772 da Comissão, de 11 de junho de 2020 (JO L 184 de 12.6.2020, p. 43),
- 32020 R 1593: Regulamento (UE) 2020/1593 da Comissão, de 29 de outubro de 2020 (JO L 360 de 30.10.2020, p. 13),
- 32021 R 1176: Regulamento (UE) 2021/1176 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 56),

- 32021 R 1372: Regulamento (UE) 2021/1372 da Comissão, de 17 de agosto de 2021 (JO L 295 de 18.8.2021, p. 1),
  - 32022 R 0175: Regulamento (UE) 2022/175 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2022 (JO L 29 de 10.2.2022, p. 1),
  - 32022 R 2246: Regulamento (UE) 2022/2246 da Comissão, de 15 de novembro de 2022 (JO L 295 de 16.11.2022, p. 1).
2. 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos, que altera os Regulamentos (CE) n.º 999/2001, (CE) n.º 396/2005, (CE) n.º 1069/2009, (CE) n.º 1107/2009, (UE) n.º 1151/2012, (UE) n.º 652/2014, (UE) 2016/429 e (UE) 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho, os Regulamentos (CE) n.º 1/2005 e (CE) n.º 1099/2009 do Conselho, e as Diretivas 98/58/CE, 1999/74/CE, 2007/43/CE, 2008/119/CE e 2008/120/CE do Conselho, e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 854/2004 e (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 89/608/CEE, 89/662/CEE, 90/425/CEE, 91/496/CEE, 96/23/CE, 96/93/CE e 97/78/CE do Conselho e a Decisão 92/438/CEE do Conselho (Regulamento sobre os controlos oficiais) (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32019 R 0478: Regulamento Delegado (UE) 2019/478 da Comissão, de 14 de janeiro de 2019 (JO L 82 de 25.3.2019, p. 4).

3. 32022 R 2292: Regulamento Delegado (UE) 2022/2292 da Comissão, de 6 de setembro de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos requisitos para a entrada na União de remessas de animais destinados à produção de géneros alimentícios e determinadas mercadorias destinadas ao consumo humano (JO L 304 de 24.11.2022, p. 1).
  
4. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

5. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),

- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
6. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),

- 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).
7. 32007 D 0453: Decisão 2007/453/CE da Comissão, de 29 de junho de 2007, que estabelece o estatuto em matéria de EEB de Estados-Membros, países terceiros e suas regiões, em função do respetivo risco de EEB (JO L 172 de 30.6.2007, p. 84), com a redação que lhe foi dada por:
- 32008 D 0829: Decisão 2008/829/CE da Comissão, de 30 de outubro de 2008 (JO L 294 de 1.11.2008, p. 14),
  - 32009 D 0830: Decisão 2009/830/CE da Comissão, de 11 de novembro de 2009 (JO L 295 de 12.11.2009, p. 11),
  - 32012 D 0111: Decisão de Execução 2012/111/UE da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 50 de 23.2.2012, p. 49),
  - 32012 D 0489: Decisão de Execução 2012/489/UE da Comissão, de 24 de agosto de 2012 (JO L 231 de 28.8.2012, p. 13),
  - 32013 D 0429: Decisão de Execução 2013/429/UE da Comissão, de 9 de agosto de 2013 (JO L 217 de 13.8.2013, p. 37),
  - 32014 D 0732: Decisão de Execução 2014/732/UE da Comissão (JO L 302 de 22.10.2014, p. 58),
  - 32015 D 1356: Decisão de Execução (UE) 2015/1356 da Comissão, de 4 de agosto de 2015 (JO L 209 de 6.8.2015, p. 5),

- 32016 D 0600: Decisão de Execução (UE) 2016/600 da Comissão, de 15 de abril de 2016 (JO L 103 de 19.4.2016, p. 41),
- 32016 D 0701: Decisão de Execução (UE) 2016/701 da Comissão, de 4 de maio de 2016 (JO L 121 de 11.5.2016, p. 22),
- 32016 D 1100: Decisão de Execução (UE) 2016/1100 da Comissão, de 5 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 47),
- 32017 D 1396: Decisão de Execução (UE) 2017/1396 da Comissão, de 26 de julho de 2017 (JO L 197 de 28.7.2017, p. 9),
- 32019 D 0599: Decisão de Execução (UE) 2019/599 da Comissão, de 11 de abril de 2019 (JO L 103 de 12.4.2019, p. 31),
- 32019 D 1773: Decisão de Execução (UE) 2019/1773 da Comissão, de 23 de outubro de 2019 (JO L 270 de 24.10.2019, p. 116),
- 32020 D 2212: Decisão de Execução (UE) 2020/2212 da Comissão, de 22 de dezembro de 2020 (JO L 438 de 28.12.2020, p. 44),
- 32021 D 1321: Decisão de Execução (UE) 2021/1321 da Comissão, de 6 de agosto de 2021 (JO L 286 de 10.8.2021, p. 17),
- 32022 D 1377: Decisão de Execução (UE) 2022/1377 da Comissão, de 4 de agosto de 2022 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 51).

## SUBSECÇÃO 2

### EQUÍDEOS

8. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
  - 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),

- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),

- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),

- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),

- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),

- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),

- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).
9. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),

- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
10. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),

- 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

### SUBSECÇÃO 3

#### AVES DE CAPOEIRA, OVOS DE INCUBAÇÃO, PINTOS DO DIA E OVOS ISENTOS DE ORGANISMOS PATOGENICOS ESPECIFICADOS AP

11. 32003 R 2160: Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, relativo ao controlo de salmonelas e outros agentes zoonóticos específicos de origem alimentar (JO L 325 de 12.12.2003, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32007 R 1237: Regulamento (CE) n.º 1237/2007 da Comissão, de 23 de outubro de 2007 (JO L 280 de 24.10.2007, p. 5),
  - 32009 R 0213: Regulamento (CE) n.º 213/2009 da Comissão, de 18 de março de 2009 (JO L 73 de 19.3.2009, p. 5),
  - 32011 R 1086: Regulamento (UE) n.º 1086/2011 da Comissão, de 27 de outubro de 2011 (JO L 281 de 28.10.2011, p. 7),
  - 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
  - 32016 R 0429: Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016 (JO L 84 de 31.3.2016, p. 1).

12. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).
13. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),

- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
14. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),

- 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
  - 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).
15. 32007 D 0843: Decisão 2007/843/CE da Comissão, de 11 de dezembro de 2007, relativa à aprovação de programas de controlo de salmonelas em bandos de reprodução de *Gallus gallus* em determinados países terceiros, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2160/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera a Decisão 2006/696/CE no que se refere a certos requisitos de saúde pública na importação de aves de capoeira e ovos para incubação (JO L 332 de 18.12.2007, p. 81), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 D 0238: Decisão 2011/238/UE da Comissão, de 13 de abril de 2011 (JO L 100 de 14.4.2011, p. 73).

## SUBSECÇÃO 4

### ANIMAIS DE AQUICULTURA - PEIXES

16. 32020 R 2236: Regulamento de Execução (UE) 2020/2236 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de animais aquáticos e de determinados produtos de origem animal provenientes de animais aquáticos e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1251/2008 (JO L 442 de 30.12.2020, p. 410), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1).

17. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
  - 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

## SUBSECÇÃO 5

### EMBRIÕES DE BOVINOS

18. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),

- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
19. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),

- 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
- 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),

- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),

- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),

- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),

- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),

- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),
- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).

## SUBSECÇÃO 6

### SÉMEN DE BOVINOS

20. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),

- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
- 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).

21. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
  - 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
  - 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),

- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),

- 32022 D 1980: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 272 de 20.10.2022, p. 21),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),

- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),

- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),

- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),

- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).

## SUBSECÇÃO 7

### ÓVULOS E EMBRIÕES DE SUÍNOS

22. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),

- 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),

- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),

- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),

- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),

- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),

- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5).

## SUBSECÇÃO 8

### SÉMEN DE SUÍNOS

23. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),

- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
24. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),

- 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
- 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),

- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),

- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),

- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),

- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),

- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),
- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).

## SUBSECÇÃO 9

### SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES DE EQUÍDEOS

25. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),

- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
26. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),

- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
- 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),

- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),

- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),

- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),

- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),

- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),
- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).

## SUBSECÇÃO 10

### SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES DE BOVINOS E CAPRINOS

27. 32001 R 0999: Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32001 R 1248: Regulamento (CE) n.º 1248/2001 da Comissão, de 22 de junho de 2001 (JO L 173 de 27.6.2001, p. 12),
  - 32001 R 1326: Regulamento (CE) n.º 1326/2001 da Comissão, de 29 de junho de 2001 (JO L 177 de 30.6.2001, p. 60),

- 32002 R 0270: Regulamento (CE) n.º 270/2002 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2002 (JO L 45 de 15.2.2002, p. 4),
- 32002 R 1494: Regulamento (CE) n.º 1494/2002 da Comissão, de 21 de agosto de 2002 (JO L 225 de 22.8.2002, p. 3),
- 12003T: Ato de Adesão de 2003 (JO L 236 de 23.9.2003, p. 432),
- 32003 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2003 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2003 (JO L 37 de 13.2.2003, p. 7),
- 32003 R 1053: Regulamento (CE) n.º 1053/2003 da Comissão, de 19 de junho de 2003 (JO L 152 de 20.6.2003, p. 8),
- 32003 R 1128: Regulamento (CE) n.º 1128/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 1),
- 32003 R 1139: Regulamento (CE) n.º 1139/2003 da Comissão, de 27 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 22),
- 32003 R 1234: Regulamento (CE) n.º 1234/2003 da Comissão, de 10 de julho de 2003 (JO L 173 de 11.7.2003, p. 6),
- 32003 R 1809: Regulamento (CE) n.º 1809/2003 da Comissão, de 15 de outubro de 2003 (JO L 265 de 16.10.2003, p. 10),

- 32003 R 1915: Regulamento (CE) n.º 1915/2003 da Comissão, de 30 de outubro de 2003 (JO L 283 de 31.10.2003, p. 29),
- 32003 R 2245: Regulamento (CE) n.º 2245/2003 da Comissão, de 19 de dezembro de 2003 (JO L 333 de 20.12.2003, p. 28),
- 32004 R 0876: Regulamento (CE) n.º 876/2004 da Comissão, de 29 de abril de 2004 (JO L 162 de 30.4.2004, p. 52),
- 32004 R 1471: Regulamento (CE) n.º 1471/2004 da Comissão, de 18 de agosto de 2004 (JO L 271 de 19.8.2004, p. 24),
- 32004 R 1492: Regulamento (CE) n.º 1492/2004 da Comissão, de 23 de agosto de 2004 (JO L 274 de 24.8.2004, p. 3),
- 32004 R 1993: Regulamento (CE) n.º 1993/2004 da Comissão, de 19 de novembro de 2004 (JO L 344 de 20.11.2004, p. 12),
- 32005 R 0036: Regulamento (CE) n.º 36/2005 da Comissão, de 12 de janeiro de 2005 (JO L 10 de 13.1.2005, p. 9),
- 32005 R 0214: Regulamento (CE) n.º 214/2005 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2005 (JO L 37 de 10.2.2005, p. 9),
- 32005 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2005 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2005 (JO L 46 de 17.2.2005, p. 31),

- 32005 R 0932: Regulamento (CE) n.º 932/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2005 (JO L 163 de 23.6.2005, p. 1),
- 32005 R 1292: Regulamento (CE) n.º 1292/2005 da Comissão, de 5 de agosto de 2005 (JO L 205 de 6.8.2005, p. 3),
- 32005 R 1974: Regulamento (CE) n.º 1974/2005 da Comissão, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 317 de 3.12.2005, p. 4),
- 32006 R 0253: Regulamento (CE) n.º 253/2006 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2006 (JO L 44 de 15.2.2006, p. 9),
- 32006 R 0339: Regulamento (CE) n.º 339/2006 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2006 (JO L 55 de 25.2.2006, p. 5),
- 32006 R 0657: Regulamento (CE) n.º 657/2006 da Comissão, de 10 de abril de 2006 (JO L 116 de 29.4.2006, p. 9),
- 32006 R 0688: Regulamento (CE) n.º 688/2006 da Comissão, de 4 de maio de 2006 (JO L 120 de 5.5.2006, p. 10),
- 32006 R 1041: Regulamento (CE) n.º 1041/2006 da Comissão, de 7 de julho de 2006 (JO L 187 de 8.7.2006, p. 10),
- 32006 R 1923: Regulamento (CE) n.º 1923/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 (JO L 404 de 30.12.2006, p. 1),

- 32007 R 0722: Regulamento (CE) n.º 722/2007 da Comissão, de 25 de junho de 2007 (JO L 164 de 26.6.2007, p. 7),
- 32007 R 0727: Regulamento (CE) n.º 727/2007 da Comissão, de 26 de junho de 2007 (JO L 165 de 27.6.2007, p. 8),
- 32007 R 1275: Regulamento (CE) n.º 1275/2007 da Comissão, de 29 de outubro de 2007 (JO L 284 de 30.10.2007, p. 8),
- 32007 R 1428: Regulamento (CE) n.º 1428/2007 da Comissão, de 4 de dezembro de 2007 (JO L 317 de 5.12.2007, p. 61),
- 32008 R 0021: Regulamento (CE) n.º 21/2008 da Comissão, de 11 de janeiro de 2008 (JO L 9 de 12.1.2008, p. 3),
- 32008 R 0315: Regulamento (CE) n.º 315/2008 da Comissão, de 4 de abril de 2008 (JO L 94 de 5.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0357: Regulamento (CE) n.º 357/2008 da Comissão, de 22 de abril de 2008 (JO L 111 de 23.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0553: Regulamento (CE) n.º 553/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 158 de 18.6.2008, p. 5),
- 32008 R 0571: Regulamento (CE) n.º 571/2008 da Comissão, de 19 de junho de 2008 (JO L 161 de 20.6.2008, p. 4),

- 32008 R 0746: Regulamento (CE) n.º 746/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 202 de 31.7.2008, p. 11),
- 32008 R 0956: Regulamento (CE) n.º 956/2008 da Comissão, de 29 de setembro de 2008 (JO L 260 de 30.9.2008, p. 8),
- 32009 R 0103: Regulamento (CE) n.º 103/2009 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2009 (JO L 34 de 4.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0162: Regulamento (CE) n.º 162/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0163: Regulamento (CE) n.º 163/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 17),
- 32009 R 0220: Regulamento (CE) n.º 220/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 155),
- 32011 R 0189: Regulamento (UE) n.º 189/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2011 (JO L 53 de 26.2.2011, p. 56),
- 32012 R 1064: Regulamento (UE) n.º 1064/2012 da Comissão, de 13 de novembro de 2012 (JO L 314 de 14.11.2012, p. 13),
- 32013 R 0056: Regulamento (UE) n.º 56/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 3),

- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32013 R 0630: Regulamento (UE) n.º 630/2013 da Comissão, de 28 de junho de 2013 (JO L 179 de 29.6.2013, p. 60),
- 32014 R 1148: Regulamento (UE) n.º 1148/2014 da Comissão, de 28 de outubro de 2014 (JO L 308 de 29.10.2014, p. 66),
- 32015 R 0728: Regulamento (UE) 2015/728 da Comissão, de 6 de maio de 2015 (JO L 116 de 7.5.2015, p. 1),
- 32015 R 1162: Regulamento (UE) 2015/1162 da Comissão, de 15 de julho de 2015 (JO L 188 de 16.7.2015, p. 3),
- 32016 R 0027: Regulamento (UE) 2016/27 da Comissão, de 13 de janeiro de 2016 (JO L 9 de 14.1.2016, p. 4),
- 32016 R 1396: Regulamento (UE) 2016/1396 da Comissão, de 18 de agosto de 2016 (JO L 225 de 19.8.2016, p. 76),
- 32017 R 0110: Regulamento (UE) 2017/110 da Comissão, de 23 de janeiro de 2017 (JO L 18 de 24.1.2017, p. 42),
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1),

- 32017 R 0736: Regulamento de Execução (UE) 2017/736 da Comissão, de 26 de abril de 2017 (JO L 110 de 27.4.2017, p. 2),
- 32017 R 0893: Regulamento (UE) 2017/893 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 92),
- 32017 R 0894: Regulamento (UE) 2017/894 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 117),
- 32017 R 1972: Regulamento (UE) 2017/1972 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 14),
- 32018 R 0221: Regulamento (UE) 2018/221 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 43 de 16.2.2018, p. 6),
- 32018 R 0969: Regulamento (UE) 2018/969 da Comissão, de 9 de julho de 2018 (JO L 174 de 10.7.2018, p. 12),
- 32019 R 0319: Regulamento (UE) 2019/319 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 61 de 28.2.2019, p. 1),
- 32019 R 1091: Regulamento (UE) 2019/1091 da Comissão, de 26 de junho de 2019 (JO L 173 de 27.6.2019, p. 42),
- 32020 R 0772: Regulamento (UE) 2020/772 da Comissão, de 11 de junho de 2020 (JO L 184 de 12.6.2020, p. 43),

- 32020 R 1593: Regulamento (UE) 2020/1593 da Comissão, de 29 de outubro de 2020 (JO L 360 de 30.10.2020, p. 13),
  - 32021 R 1176: Regulamento (UE) 2021/1176 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 56),
  - 32021 R 1372: Regulamento (UE) 2021/1372 da Comissão, de 17 de agosto de 2021 (JO L 295 de 18.8.2021, p. 1),
  - 32022 R 0175: Regulamento (UE) 2022/175 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2022 (JO L 29 de 10.2.2022, p. 1),
  - 32022 R 2246: Regulamento (UE) 2022/2246 da Comissão, de 15 de novembro de 2022 (JO L 295 de 16.11.2022, p. 1).
28. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),

- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
- 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
- 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),
- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),

- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),
- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),

- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),
- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),

- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),
- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),

- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),
- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),

- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
  - 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
  - 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
  - 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5),
  - 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75).
29. 32007 D 0453: Decisão 2007/453/CE da Comissão, de 29 de junho de 2007, que estabelece o estatuto em matéria de EEB de Estados-Membros, países terceiros e suas regiões, em função do respetivo risco de EEB (JO L 172 de 30.6.2007, p. 84), com a redação que lhe foi dada por:
- 32008 D 0829: Decisão 2008/829/CE da Comissão, de 30 de outubro de 2008 (JO L 294 de 1.11.2008, p. 14),
  - 32009 D 0830: Decisão 2009/830/CE da Comissão, de 11 de novembro de 2009 (JO L 295 de 12.11.2009, p. 11),
  - 32012 D 0111: Decisão de Execução 2012/111/UE da Comissão, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 50 de 23.2.2012, p. 49),

- 32012 D 0489: Decisão de Execução 2012/489/UE da Comissão, de 24 de agosto de 2012 (JO L 231 de 28.8.2012, p. 13),
- 32013 D 0429: Decisão de Execução 2013/429/UE da Comissão, de 9 de agosto de 2013 (JO L 217 de 13.8.2013, p. 37),
- 32014 D 0732: Decisão de Execução 2014/732/UE da Comissão, de 20 de outubro de 2014 (JO L 302 de 22.10.2014, p. 58),
- 32015 D 1356: Decisão de Execução (UE) 2015/1356 da Comissão, de 4 de agosto de 2015 (JO L 209 de 6.8.2015, p. 5),
- 32016 D 0600: Decisão de Execução (UE) 2016/600 da Comissão, de 15 de abril de 2016 (JO L 103 de 19.4.2016, p. 41),
- 32016 D 0701: Decisão de Execução (UE) 2016/701 da Comissão, de 4 de maio de 2016 (JO L 121 de 11.5.2016, p. 22),
- 32016 D 1100: Decisão de Execução (UE) 2016/1100 da Comissão, de 5 de julho de 2016 (JO L 182 de 7.7.2016, p. 47),
- 32017 D 1396: Decisão de Execução (UE) 2017/1396 da Comissão, de 26 de julho de 2017 (JO L 197 de 28.7.2017, p. 9),
- 32019 D 0599: Decisão de Execução (UE) 2019/599 da Comissão, de 11 de abril de 2019 (JO L 103 de 12.4.2019, p. 31),

- 32019 D 1773: Decisão de Execução (UE) 2019/1773 da Comissão, de 23 de outubro de 2019 (JO L 270 de 24.10.2019, p. 116),
- 32020 D 2212: Decisão de Execução (UE) 2020/2212 da Comissão, de 22 de dezembro de 2020 (JO L 438 de 28.12.2020, p. 44),
- 32021 D 1321: Decisão de Execução (UE) 2021/1321 da Comissão, de 6 de agosto de 2021 (JO L 286 de 10.8.2021, p. 17),
- 32022 D 1377: Decisão de Execução (UE) 2022/1377 da Comissão, de 4 de agosto de 2022 (JO L 206 de 8.8.2022, p. 51).

## SUBSECÇÃO 11

### OUTROS ANIMAIS, SÉMEN, ÓVULOS E EMBRIÕES

30. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),

- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
31. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

32. 32021 R 0404: Regulamento de Execução (UE) 2021/404 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas a partir dos quais é permitida a entrada na União de animais, produtos germinais e produtos de origem animal< em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0634: Regulamento de Execução (UE) 2021/634 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 132 de 19.4.2021, p. 108),
  - 32021 R 1178: Regulamento de Execução (UE) 2021/1178 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 63),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
  - 32021 R 1692: Regulamento de Execução (UE) 2021/1692 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 334 de 22.9.2021, p. 9),
  - 32021 R 1727: Regulamento de Execução (UE) 2021/1727 da Comissão, de 29 de setembro de 2021 (JO L 345 de 30.9.2021, p. 1),
  - 32021 R 1937: Regulamento de Execução (UE) 2021/1937 da Comissão, de 9 de novembro de 2021 (JO L 396 de 10.11.2021, p. 36),

- 32021 R 1977: Regulamento de Execução (UE) 2021/1977 da Comissão, de 12 de novembro de 2021 (JO L 402 de 15.11.2021, p. 60),
- 32021 R 2031: Regulamento de Execução (UE) 2021/2031 da Comissão, de 19 de novembro de 2021 (JO L 415 de 22.11.2021, p. 20),
- 32021 R 2107: Regulamento de Execução (UE) 2021/2107 da Comissão, de 26 de novembro de 2021 (JO L 429 de 1.12.2021, p. 92),
- 32021 R 2143: Regulamento de Execução (UE) 2021/2143 da Comissão, de 3 de dezembro de 2021 (JO L 433 de 6.12.2021, p. 11),
- 32021 R 2172: Regulamento de Execução (UE) 2021/2172 da Comissão, de 8 de dezembro de 2021 (JO L 440 de 9.12.2021, p. 1),
- 32021 R 2240: Regulamento de Execução (UE) 2021/2240 da Comissão, de 15 de dezembro de 2021 (JO L 450 de 16.12.2021, p. 137),
- 32021 R 2291: Regulamento de Execução (UE) 2021/2291 da Comissão, de 21 de dezembro de 2021 (JO L 458 de 22.12.2021, p. 494),
- 32022 R 0035: Regulamento de Execução (UE) 2022/35 da Comissão, de 6 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 14),
- 32022 R 0038: Regulamento de Execução (UE) 2022/38 da Comissão, de 12 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 126),

- 32022 R 0080: Regulamento de Execução (UE) 2022/80 da Comissão, de 19 de janeiro de 2022 (JO L 13 de 20.1.2022, p. 37),
- 32022 R 0104: Regulamento de Execução (UE) 2022/104 da Comissão, de 26 de janeiro de 2022 (JO L 18 de 27.1.2022, p. 4),
- 32022 R 0194: Regulamento de Execução (UE) 2022/194 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 (JO L 31 de 14.2.2022, p. 21),
- 32022 R 0215: Regulamento de Execução (UE) 2022/215 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2022 (JO L 37 de 18.2.2022, p. 28),
- 32022 R 0249: Regulamento de Execução (UE) 2022/249 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 16),
- 32022 R 0250: Regulamento de Execução (UE) 2022/250 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2022 (JO L 41 de 22.2.2022, p. 19),
- 32022 R 0305: Regulamento de Execução (UE) 2022/305 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2022 (JO L 46 de 25.2.2022, p. 84),
- 32022 R 0364: Regulamento de Execução (UE) 2022/364 da Comissão, de 3 de março de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 45),
- 32022 R 0416: Regulamento de Execução (UE) 2022/416 da Comissão, de 11 de março de 2022 (JO L 85 de 14.3.2022, p. 28),

- 32022 R 0424: Regulamento de Execução (UE) 2022/424 da Comissão, de 14 de março de 2022 (JO L 87 de 15.3.2022, p. 14),
- 32022 R 0528: Regulamento de Execução (UE) 2022/528 da Comissão, de 1 de abril de 2022 (JO L 105 de 4.4.2022, p. 14),
- 32022 R 0588: Regulamento de Execução (UE) 2022/588 da Comissão, de 8 de abril de 2022 (JO L 112 de 11.4.2022, p. 48),
- 32022 R 0649: Regulamento de Execução (UE) 2022/649 da Comissão, de 20 de abril de 2022 (JO L 119 de 21.4.2022, p. 5),
- 32022 R 0678: Regulamento de Execução (UE) 2022/678 da Comissão, de 26 de abril de 2022 (JO L 124 de 27.4.2022, p. 1),
- 32022 R 0704: Regulamento de Execução (UE) 2022/704 da Comissão, de 5 de maio de 2022 (JO L 132 de 6.5.2022, p. 10),
- 32022 R 0742: Regulamento de Execução (UE) 2022/742 da Comissão, de 13 de maio de 2022 (JO L 137 de 16.5.2022, p. 25),
- 32022 R 0792: Regulamento de Execução (UE) 2022/792 da Comissão, de 19 de maio de 2022 (JO L 141 de 20.5.2022, p. 18),
- 32022 R 0845: Regulamento de Execução (UE) 2022/845 da Comissão, de 30 de maio de 2022 (JO L 148 de 31.5.2022, p. 26),

- 32022 R 0914: Regulamento de Execução (UE) 2022/914 da Comissão, de 10 de junho de 2022 (JO L 158 de 13.6.2022, p. 27),
- 32022 R 0928: Regulamento de Execução (UE) 2022/928 da Comissão, de 15 de junho de 2022 (JO L 161 de 16.6.2022, p. 67),
- 32022 R 0976: Regulamento de Execução (UE) 2022/976 da Comissão, de 22 de junho de 2022 (JO L 167 de 24.6.2022, p. 38),
- 32022 R 1040: Regulamento de Execução (UE) 2022/1040 da Comissão, de 29 de junho de 2022 (JO L 173 de 30.6.2022, p. 61),
- 32022 R 1197: Regulamento de Execução (UE) 2022/1197 da Comissão, de 11 de julho de 2022 (JO L 185 de 12.7.2022, p. 117),
- 32022 R 1306: Regulamento de Execução (UE) 2022/1306 da Comissão, de 25 de julho de 2022 (JO L 197 de 26.7.2022, p. 102),
- 32022 R 1385: Regulamento de Execução (UE) 2022/1385 da Comissão, de 8 de agosto de 2022 (JO L 207 de 9.8.2022, p. 115),
- 32022 R 1429: Regulamento de Execução (UE) 2022/1429 da Comissão, de 25 de agosto de 2022 (JO L 221 de 26.8.2022, p. 74),
- 32022 R 1454: Regulamento de Execução (UE) 2022/1454 da Comissão, de 1 de setembro de 2022 (JO L 228 de 2.9.2022, p. 33),

- 32022 R 1618: Regulamento de Execução (UE) 2022/1618 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 90),
- 32022 R 1619: Regulamento de Execução (UE) 2022/1619 da Comissão, de 19 de setembro de 2022 (JO L 243 de 20.9.2022, p. 141),
- 32022 R 1676: Regulamento de Execução (UE) 2022/1676 da Comissão, de 29 de setembro de 2022 (JO L 252 de 30.9.2022, p. 17),
- 32022 R 2061: Regulamento de Execução (UE) 2022/2061 da Comissão, de 24 de outubro de 2022 (JO L 276 de 26.10.2022, p. 69),
- 32022 R 2183: Regulamento de Execução (UE) 2022/2183 da Comissão, de 8 de novembro de 2022 (JO L 288 de 9.11.2022, p. 21),
- 32022 R 2316: Regulamento de Execução (UE) 2022/2316 da Comissão, de 25 de novembro de 2022 (JO L 307 de 28.11.2022, p. 57),
- 32022 R 2329: Regulamento de Execução (UE) 2022/2329 da Comissão, de 28 de novembro de 2022 (JO L 308 de 29.11.2022, p. 5),
- 32022 R 2487: Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 da Comissão, de 16 de dezembro de 2022 (JO L 323 de 19.12.2022, p. 75),
- 32022 R 2361: Regulamento de Execução (UE) 2022/2361 da Comissão, de 1 de dezembro de 2022 (JO L 312 de 5.12.2022, p. 5).

33. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),

- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
- 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).

## SECÇÃO B

### PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

34. 32004 L 0041: Diretiva 2004/41/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, que revoga certas diretivas relativas à higiene dos géneros alimentícios e às regras sanitárias aplicáveis à produção e à comercialização de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano e altera as Diretivas 89/662/CEE e 92/118/CEE do Conselho e a Decisão 95/408/CE do Conselho (JO L 157 de 30.4.2004, p. 33).

## SUBSECÇÃO 1

### CARNE DE UNGULADOS

(BOVINOS DOMÉSTICOS, SUÍNOS DOMÉSTICOS, OVINOS E CAPRINOS DOMÉSTICOS, EQUÍDEOS DOMÉSTICOS, SUÍDEOS NÃO DOMÉSTICOS DE CRIAÇÃO, SUÍDEOS NÃO DOMÉSTICOS SELVAGENS, SOLÍPEDES NÃO DOMÉSTICOS SELVAGENS, ANIMAIS NÃO DOMÉSTICOS DE CRIAÇÃO EXCETO SUÍDEOS E SOLÍPEDES, ANIMAIS NÃO DOMÉSTICOS SELVAGENS EXCETO SUÍDEOS E SOLÍPEDES)

35. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

36. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),

- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
37. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),

- 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).
38. 32001 R 0999: Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32001 R 1248: Regulamento (CE) n.º 1248/2001 da Comissão, de 22 de junho de 2001 (JO L 173 de 27.6.2001, p. 12),
  - 32001 R 1326: Regulamento (CE) n.º 1326/2001 da Comissão, de 29 de junho de 2001 (JO L 177 de 30.6.2001, p. 60),
  - 32002 R 0270: Regulamento (CE) n.º 270/2002 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2002 (JO L 45 de 15.2.2002, p. 4),
  - 32002 R 1494: Regulamento (CE) n.º 1494/2002 da Comissão, de 21 de agosto de 2002 (JO L 225 de 22.8.2002, p. 3),
  - 12003 T: Ato de Adesão de 2003 (JO L 236 de 23.9.2003, p. 432),
  - 32003 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2003 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2003 (JO L 37 de 13.2.2003, p. 7),
  - 32003 R 1053: Regulamento (CE) n.º 1053/2003 da Comissão, de 19 de junho de 2003 (JO L 152 de 20.6.2003, p. 8),

- 32003 R 1128: Regulamento (CE) n.º 1128/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 1),
- 32003 R 1139: Regulamento (CE) n.º 1139/2003 da Comissão, de 27 de junho de 2003 (JO L 160 de 28.6.2003, p. 22),
- 32003 R 1234: Regulamento (CE) n.º 1234/2003 da Comissão, de 10 de julho de 2003 (JO L 173 de 11.7.2003, p. 6),
- 32003 R 1809: Regulamento (CE) n.º 1809/2003 da Comissão, de 15 de outubro de 2003 (JO L 265 de 16.10.2003, p. 10),
- 32003 R 1915: Regulamento (CE) n.º 1915/2003 da Comissão, de 30 de outubro de 2003 (JO L 283 de 31.10.2003, p. 29),
- 32003 R 2245: Regulamento (CE) n.º 2245/2003 da Comissão, de 19 de dezembro de 2003 (JO L 333 de 20.12.2003, p. 28),
- 32004 R 0876: Regulamento (CE) n.º 876/2004 da Comissão, de 29 de abril de 2004 (JO L 162 de 30.4.2004, p. 52),
- 32004 R 1471: Regulamento (CE) n.º 1471/2004 da Comissão, de 18 de agosto de 2004 (JO L 271 de 19.8.2004, p. 24),
- 32004 R 1492: Regulamento (CE) n.º 1492/2004 da Comissão, de 23 de agosto de 2004 (JO L 274 de 24.8.2004, p. 3),

- 32004 R 1993: Regulamento (CE) n.º 1993/2004 da Comissão, de 19 de novembro de 2004 (JO L 344 de 20.11.2004, p. 12),
- 32005 R 0036: Regulamento (CE) n.º 36/2005 da Comissão, de 12 de janeiro de 2005 (JO L 10 de 13.1.2005, p. 9),
- 32005 R 0214: Regulamento (CE) n.º 214/2005 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2005 (JO L 37 de 10.2.2005, p. 9),
- 32005 R 0260: Regulamento (CE) n.º 260/2005 da Comissão, de 16 de fevereiro de 2005 (JO L 46 de 17.2.2005, p. 31),
- 32005 R 0932: Regulamento (CE) n.º 932/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2005 (JO L 163 de 23.6.2005, p. 1),
- 32005 R 1292: Regulamento (CE) n.º 1292/2005 da Comissão, de 5 de agosto de 2005 (JO L 205 de 6.8.2005, p. 3),
- 32005 R 1974: Regulamento (CE) n.º 1974/2005 da Comissão, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 317 de 3.12.2005, p. 4),
- 32006 R 0253: Regulamento (CE) n.º 253/2006 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2006 (JO L 44 de 15.2.2006, p. 9),
- 32006 R 0339: Regulamento (CE) n.º 339/2006 da Comissão, de 24 de fevereiro de 2006 (JO L 55 de 25.2.2006, p. 5),

- 32006 R 0657: Regulamento (CE) n.º 657/2006 da Comissão, de 10 de abril de 2006 (JO L 116 de 29.4.2006, p. 9),
- 32006 R 0688: Regulamento (CE) n.º 688/2006 da Comissão, de 4 de maio de 2006 (JO L 120 de 5.5.2006, p. 10),
- 32006 R 1041: Regulamento (CE) n.º 1041/2006 da Comissão, de 7 de julho de 2006 (JO L 187 de 8.7.2006, p. 10),
- 32006 R 1923: Regulamento (CE) n.º 1923/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 (JO L 404 de 30.12.2006, p. 1),
- 32007 R 0722: Regulamento (CE) n.º 722/2007 da Comissão, de 25 de junho de 2007 (JO L 164 de 26.6.2007, p. 7),
- 32007 R 0727: Regulamento (CE) n.º 727/2007 da Comissão, de 26 de junho de 2007 (JO L 165 de 27.6.2007, p. 8),
- 32007 R 1275: Regulamento (CE) n.º 1275/2007 da Comissão, de 29 de outubro de 2007 (JO L 284 de 30.10.2007, p. 8),
- 32007 R 1428: Regulamento (CE) n.º 1428/2007 da Comissão, de 4 de dezembro de 2007 (JO L 317 de 5.12.2007, p. 61),
- 32008 R 0021: Regulamento (CE) n.º 21/2008 da Comissão, de 11 de janeiro de 2008 (JO L 9 de 12.1.2008, p. 3),

- 32008 R 0315: Regulamento (CE) n.º 315/2008 da Comissão, de 4 de abril de 2008 (JO L 94 de 5.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0357: Regulamento (CE) n.º 357/2008 da Comissão, de 22 de abril de 2008 (JO L 111 de 23.4.2008, p. 3),
- 32008 R 0553: Regulamento (CE) n.º 553/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 158 de 18.6.2008, p. 5),
- 32008 R 0571: Regulamento (CE) n.º 571/2008 da Comissão, de 19 de junho de 2008 (JO L 161 de 20.6.2008, p. 4),
- 32008 R 0746: Regulamento (CE) n.º 746/2008 da Comissão, de 17 de junho de 2008 (JO L 202 de 31.7.2008, p. 11),
- 32008 R 0956: Regulamento (CE) n.º 956/2008 da Comissão, de 29 de setembro de 2008 (JO L 260 de 30.9.2008, p. 8),
- 32009 R 0103: Regulamento (CE) n.º 103/2009 da Comissão, de 3 de fevereiro de 2009 (JO L 34 de 4.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0162: Regulamento (CE) n.º 162/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 11),
- 32009 R 0163: Regulamento (CE) n.º 163/2009 da Comissão, de 26 de fevereiro de 2009 (JO L 55 de 27.2.2009, p. 17),

- 32009 R 0220: Regulamento (CE) n.º 220/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009 (JO L 87 de 31.3.2009, p. 155),
- 32011 R 0189: Regulamento (UE) n.º 189/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2011 (JO L 53 de 26.2.2011, p. 56),
- 32012 R 1064: Regulamento (UE) n.º 1064/2012 da Comissão, de 13 de novembro de 2012 (JO L 314 de 14.11.2012, p. 13),
- 32013 R 0056: Regulamento (UE) n.º 56/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013 (JO L 21 de 24.1.2013, p. 3),
- 32013 R 0517: Regulamento (UE) n.º 517/2013 do Conselho, de 13 de maio de 2013 (JO L 158 de 10.6.2013, p. 1),
- 32013 R 0630: Regulamento (UE) n.º 630/2013 da Comissão, de 28 de junho de 2013 (JO L 179 de 29.6.2013, p. 60),
- 32014 R 1148: Regulamento (UE) n.º 1148/2014 da Comissão, de 28 de outubro de 2014 (JO L 308 de 29.10.2014, p. 66),
- 32015 R 0728: Regulamento (UE) 2015/728 da Comissão, de 6 de maio de 2015 (JO L 116 de 7.5.2015, p. 1),
- 32015 R 1162: Regulamento (UE) 2015/1162 da Comissão, de 15 de julho de 2015 (JO L 188 de 16.7.2015, p. 3),

- 32016 R 0027: Regulamento (UE) 2016/27 da Comissão, de 13 de janeiro de 2016 (JO L 9 de 14.1.2016, p. 4),
- 32016 R 1396: Regulamento (UE) 2016/1396 da Comissão, de 18 de agosto de 2016 (JO L 225 de 19.8.2016, p. 76),
- 32017 R 0110: Regulamento (UE) 2017/110 da Comissão, de 23 de janeiro de 2017 (JO L 18 de 24.1.2017, p. 42),
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1),
- 32017 R 0736: Regulamento de Execução (UE) 2017/736 da Comissão, de 26 de abril de 2017 (JO L 110 de 27.4.2017, p. 2),
- 32017 R 0893: Regulamento (UE) 2017/893 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 92),
- 32017 R 0894: Regulamento (UE) 2017/894 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 117),
- 32017 R 1972: Regulamento (UE) 2017/1972 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 14),
- 32018 R 0221: Regulamento (UE) 2018/221 da Comissão, de 15 de fevereiro de 2018 (JO L 43 de 16.2.2018, p. 6),

- 32018 R 0969: Regulamento (UE) 2018/969 da Comissão, de 9 de julho de 2018 (JO L 174 de 10.7.2018, p. 12),
- 32019 R 0319: Regulamento (UE) 2019/319 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2019 (JO L 61 de 28.2.2019, p. 1),
- 32019 R 1091: Regulamento (UE) 2019/1091 da Comissão, de 26 de junho de 2019 (JO L 173 de 27.6.2019, p. 42),
- 32020 R 1593: Regulamento (UE) 2020/1593 da Comissão, de 29 de outubro de 2020 (JO L 360 de 30.10.2020, p. 13),
- 32021 R 1176: Regulamento (UE) 2021/1176 da Comissão, de 16 de julho de 2021 (JO L 256 de 19.7.2021, p. 56),
- 32021 R 1372: Regulamento (UE) 2021/1372 da Comissão, de 17 de agosto de 2021 (JO L 295 de 18.8.2021, p. 1),
- 32022 R 0175: Regulamento (UE) 2022/175 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2022 (JO L 29 de 10.2.2022, p. 1),
- 32022 R 2246: Regulamento (UE) 2022/2246 da Comissão, de 15 de novembro de 2022 (JO L 295 de 16.11.2022, p. 1).

## SUBSECÇÃO 2

### CARNE DE AVES, CARNE DE AVES PICADA E CARNE DE AVES SEPARADA MECANICAMENTE, INCLUINDO RATITES E AVES DE CAÇA SELVAGENS

39. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

40. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
  - 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

### SUBSECÇÃO 3

#### CARNE DE COELHO E OUTRAS CARNES DE CAÇA SELVAGEM E DE CRIAÇÃO, COM EXCEÇÃO DAS ACIMA MENCIONADAS

41. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

42. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),

- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
43. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),

- 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

#### SUBSECÇÃO 4

#### PRODUTOS À BASE DE CARNE (INCLUINDO ESTÔMAGOS, BEXIGAS E INTESTINOS TRATADOS)

44. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

45. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
  - 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

## SUBSECÇÃO 5

### CARNE PICADA (EXCETO CARNE PICADA DE AVES) E PREPARAÇÕES À BASE DE CARNE

46. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
  - 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
  - 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
  - 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),

- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
  - 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
47. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),

- 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
- 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
- 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

## SUBSECÇÃO 6

### LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS

48. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

49. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),

- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),
  - 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
  - 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).
50. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),

- 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
- 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

## SUBSECÇÃO 7

### PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA (CONSUMO HUMANO)

51. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),

- 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
  - 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).
52. 32005 R 2074: Regulamento (CE) n.º 2074/2005 da Comissão, de 5 de dezembro de 2005, que estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e para a organização de controlos oficiais ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e do Regulamento n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, que derroga o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e altera os Regulamentos (CE) n.º 853/2004 e (CE) n.º 854/2004 (JO L 338 de 22.12.2005, p. 27), com a redação que lhe foi dada por:
- 32006 R 1664: Regulamento (CE) n.º 1664/2006 da Comissão, de 6 de novembro de 2006 (JO L 320 de 18.11.2006, p. 13),
  - 32007 R 1244: Regulamento (CE) n.º 1244/2007 da Comissão, de 24 de outubro de 2007 (JO L 281 de 25.10.2007, p. 12),
  - 32008 R 1022: Regulamento (CE) n.º 1022/2008 da Comissão, de 17 de outubro de 2008 (JO L 277 de 18.10.2008, p. 18),

- 32008 R 1250: Regulamento (CE) n.º 1250/2008 da Comissão, de 12 de dezembro de 2008 (JO L 337 de 16.12.2008, p. 31),
- 32011 R 0015: Regulamento (UE) n.º 15/2011 da Comissão, de 10 de janeiro de 2011 (JO L 6 de 11.1.2011, p. 3),
- 32011 R 0809: Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2011 da Comissão, de 11 de agosto de 2011 (JO L 207 de 12.8.2011, p. 1),
- 32012 R 1012: Regulamento de Execução (UE) n.º 1012/2012 da Comissão, de 5 de novembro de 2012 (JO L 306 de 6.11.2012, p. 1),
- 32014 R 0218: Regulamento (UE) n.º 218/2014 da Comissão, de 7 de março de 2014 (JO L 69 de 8.3.2014, p. 95),
- 32015 R 2285: Regulamento (UE) 2015/2285 da Comissão, de 8 de dezembro de 2015 (JO L 323 de 9.12.2015, p. 2),
- 32017 R 1973: Regulamento (UE) 2017/1973 da Comissão, de 30 de outubro de 2017 (JO L 281 de 31.10.2017, p. 21),
- 32017 R 1980: Regulamento (UE) 2017/1980 da Comissão, de 31 de outubro de 2017 (JO L 285 de 1.11.2017, p. 8),

- 32019 R 0627: Regulamento de Execução (UE) 2019/627 da Comissão, de 15 de março de 2019 (JO L 131 de 17.5.2019, p. 51),
  - 32019 R 1139: Regulamento de Execução (UE) 2019/1139 da Comissão, de 3 de julho de 2019 (JO L 180 de 4.7.2019, p. 12).
53. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),

- 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

## SUBSECÇÃO 8

### OVOS E OVOPRODUTOS

54. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

55. 32021 R 0405: Regulamento de Execução (UE) 2021/405 da Comissão, de 24 de março de 2021, que estabelece as listas de países terceiros ou regiões de países terceiros autorizados para a entrada na União de determinados animais e mercadorias destinados ao consumo humano, em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 114 de 31.3.2021, p. 118), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 0606: Regulamento de Execução (UE) 2021/606 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 129 de 15.4.2021, p. 65),
  - 32021 R 1327: Regulamento de Execução (UE) 2021/1327 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 28),
  - 32022 R 0034: Regulamento de Execução (UE) 2022/34 da Comissão, de 22 de dezembro de 2021 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 1),
  - 32022 R 0363: Regulamento de Execução (UE) 2022/363 da Comissão, de 24 de janeiro de 2022 (JO L 69 de 4.3.2022, p. 40),
  - 32022 R 1389: Regulamento de Execução (UE) 2022/1389 da Comissão, de 2 de agosto de 2022 (JO L 210 de 11.8.2022, p. 1),
  - 32022 R 2293: Regulamento de Execução (UE) 2022/2293 da Comissão, de 18 de novembro de 2022 (JO L 304 de 24.11.2022, p. 31).

## SUBSECÇÃO 9

### OUTROS PRODUTOS DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

56. 32020 R 0692: Regulamento Delegado (UE) 2020/692 da Comissão, de 30 de janeiro de 2020, que complementa o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às regras aplicáveis à entrada na União, e à circulação e ao manuseamento após a entrada, de remessas de determinados animais, produtos germinais e produtos de origem animal (JO L 174 de 3.6.2020, p. 379), com a redação que lhe foi dada por:
- 32021 R 1703: Regulamento Delegado (UE) 2021/1703 da Comissão, de 13 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 29),
  - 32021 R 1705: Regulamento Delegado (UE) 2021/1705 da Comissão, de 14 de julho de 2021 (JO L 339 de 24.9.2021, p. 40),
  - 32022 R 0054: Regulamento Delegado (UE) 2022/54 da Comissão, de 21 de outubro de 2021 (JO L 10 de 17.1.2022, p. 1).

57. 32020 R 2235: Regulamento de Execução (UE) 2020/2235 da Comissão, de 16 de dezembro de 2020, que estabelece regras de aplicação dos Regulamentos (UE) 2016/429 e (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos modelos de certificados sanitários, aos modelos de certificados oficiais e aos modelos de certificados sanitários/oficiais para a entrada na União e a circulação no interior da União de remessas de determinadas categorias de animais e mercadorias e à certificação oficial relativa a esses certificados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 599/2004, os Regulamentos de Execução (UE) n.º 636/2014 e (UE) 2019/628, a Diretiva 98/68/CE e as Decisões 2000/572/CE, 2003/779/CE e 2007/240/CE (JO L 442 de 30.12.2020, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:

- 32021 R 0617: Regulamento de Execução (UE) 2021/617 da Comissão, de 14 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 41),
- 32021 R 0619: Regulamento de Execução (UE) 2021/619 da Comissão, de 15 de abril de 2021 (JO L 131 de 16.4.2021, p. 72),
- 32021 R 1329: Regulamento de Execução (UE) 2021/1329 da Comissão, de 10 de agosto de 2021 (JO L 288 de 11.8.2021, p. 48),
- 32021 R 1469: Regulamento de Execução (UE) 2021/1469 da Comissão, de 10 de setembro de 2021 (JO L 321 de 13.9.2021, p. 21),
- 32021 R 1471: Regulamento de Execução (UE) 2021/1471 da Comissão, de 18 de agosto de 2021 (JO L 326 de 15.9.2021, p. 1),
- 32022 R 0036: Regulamento de Execução (UE) 2022/36 da Comissão, de 11 de janeiro de 2022 (JO L 8 de 13.1.2022, p. 36),

- 32022 R 0854: Regulamento de Execução (UE) 2022/854 da Comissão, de 31 de maio de 2022 (JO L 150 de 1.6.2022, p. 69),
- 32022 R 1219: Regulamento de Execução (UE) 2022/1219 da Comissão, de 14 de julho de 2022 (JO L 188 de 15.7.2022, p. 75).

## SECÇÃO C

### SUBPRODUTOS ANIMAIS (NÃO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO)

58. 32009 R 1069: Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1774/2002 (JO L 300 de 14.11.2009, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).

59. 32011 R 0142: Regulamento (UE) n.º 142/2011 da Comissão, de 25 de fevereiro de 2011, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que aplica a Diretiva 97/78/CE do Conselho no que se refere a certas amostras e certos artigos isentos de controlos veterinários nas fronteiras ao abrigo da referida diretiva (JO L 54 de 26.2.2011, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32011 R 0749: Regulamento (UE) n.º 749/2011 da Comissão, de 29 de julho de 2011 (JO L 198 de 30.7.2011, p. 3),
  - 32012 R 1063: Regulamento (UE) n.º 1063/2012 da Comissão, de 13 de novembro de 2012 (JO L 314 de 14.11.2012, p. 5),
  - 32012 R 1097: Regulamento de Execução (UE) n.º 1097/2012 da Comissão, de 23 de novembro de 2012 (JO L 326 de 24.11.2012, p. 3),
  - 32013 R 0294: Regulamento (UE) n.º 294/2013 da Comissão, de 14 de março de 2013 (JO L 98 de 6.4.2013, p. 1),
  - 32013 R 0555: Regulamento (UE) n.º 555/2013 da Comissão, de 14 de junho de 2013 (JO L 164 de 18.6.2013, p. 11),
  - 32013 R 0717: Regulamento (UE) n.º 717/2013 da Comissão, de 25 de julho de 2013 (JO L 201 de 26.7.2013, p. 31),
  - 32014 R 0592: Regulamento (UE) n.º 592/2014 da Comissão, de 3 de junho de 2014 (JO L 165 de 4.6.2014, p. 33),

- 32015 R 0009: Regulamento (UE) 2015/9 da Comissão, de 6 de janeiro de 2015 (JO L 3 de 7.1.2015, p. 10),
- 32017 R 0172: Regulamento (UE) 2017/172 da Comissão, de 1 de fevereiro de 2017 (JO L 28 de 2.2.2017, p. 1),
- 32017 R 0786: Regulamento (UE) 2017/786 da Comissão, de 8 de maio de 2017 (JO L 119 de 9.5.2017, p. 1),
- 32017 R 0893: Regulamento (UE) 2017/893 da Comissão, de 24 de maio de 2017 (JO L 138 de 25.5.2017, p. 92),
- 32017 R 1261: Regulamento (UE) 2017/1261 da Comissão, de 12 de julho de 2017 (JO L 182 de 13.7.2017, p. 31),
- 32017 R 1262: Regulamento (UE) 2017/1262 da Comissão, de 12 de julho de 2017 (JO L 182 de 13.7.2017, p. 34),
- 32019 R 1084: Regulamento de Execução (UE) 2019/1084 da Comissão, de 25 de junho de 2019 (JO L 171 de 26.6.2019, p. 100),
- 32019 R 1177: Regulamento de Execução (UE) 2019/1177 da Comissão, de 10 de julho de 2019 (JO L 185 de 11.7.2019, p. 26),
- 32019 R 2122: Regulamento Delegado (UE) 2019/2122 da Comissão, de 10 de outubro de 2019 (JO L 321 de 12.12.2019, p. 45),

- 32019 R 2124: Regulamento Delegado (UE) 2019/2124 da Comissão, de 10 de outubro de 2019 (JO L 321 de 12.12.2019, p. 73),
- 32020 R 0207: Regulamento de Execução (UE) 2020/207 da Comissão, de 14 de fevereiro de 2020 (JO L 43 de 17.2.2020, p. 69),
- 32020 R 0735: Regulamento (UE) 2020/735 da Comissão, de 2 de junho de 2020 (JO L 172 de 3.6.2020, p. 3),
- 32020 R 0757: Regulamento (UE) 2020/757 da Comissão, de 8 de junho de 2020 (JO L 179 de 9.6.2020, p. 5),
- 32020 R 0762: Regulamento (UE) 2020/762 da Comissão, de 9 de junho de 2020 (JO L 182 de 10.6.2020, p. 3),
- 32020 R 0797: Regulamento (UE) 2020/797 da Comissão, de 17 de junho de 2020 (JO L 194 de 18.6.2020, p. 1),
- 32020 R 1720: Regulamento (UE) 2020/1720 da Comissão, de 17 de novembro de 2020 (JO L 386 de 18.11.2020, p. 6),
- 32021 R 0899: Regulamento (UE) 2021/899 da Comissão, de 3 de junho de 2021 (JO L 197 de 4.6.2021, p. 68),
- 32021 R 1699: Regulamento de Execução (UE) 2021/1699 da Comissão, de 22 de setembro de 2021 (JO L 336 de 23.9.2021, p. 42),

- 32021 R 1891: Regulamento (UE) 2021/1891 da Comissão, de 26 de outubro de 2021 (JO L 384 de 29.10.2021, p. 84),
  - 32021 R 2089: Regulamento Delegado (UE) 2021/2089 da Comissão, de 21 de setembro de 2021 (JO L 427 de 30.11.2021, p. 149).
60. 32022 R 2292: Regulamento Delegado (UE) 2022/2292 da Comissão, de 6 de setembro de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos requisitos para a entrada na União de remessas de animais destinados à produção de géneros alimentícios e determinadas mercadorias destinadas ao consumo humano (JO L 304 de 24.11.2022, p. 1).

## SECÇÃO D

### LISTA DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

61. As listas de estabelecimentos de géneros alimentícios para países terceiros são propostas por países terceiros aprovados (constantes da lista) e mantidas pela Comissão Europeia em conformidade com os requisitos do artigo 127.º do Regulamento (UE) 2017/625, completado pelo Regulamento Delegado (UE) 2022/2292 da Comissão.

## SECÇÃO E

### LISTA DE ESTABELECIMENTOS DE SUBPRODUTOS ANIMAIS NÃO DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO

As listas de estabelecimentos de subprodutos animais são mantidas em conformidade com o artigo 30.º do Regulamento (UE) n.º 142/2011.

## SECÇÃO F

### LISTA DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZEM PRODUTOS GERMINAIS

Os estabelecimentos que produzem produtos germinais (sémen, oócitos e embriões) são estabelecidos em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 e o Regulamento Delegado (UE) 2020/686.

## CAPÍTULO 9

### ACORDOS INTERNACIONAIS DA UE

#### SECÇÃO A

##### ACORDO SOBRE O ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

1. 31994 D 0001: Decisão 94/1/CECA, CE do Conselho e da Comissão, de 13 de dezembro de 1993, relativa à celebração do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu entre as Comunidades Europeias, os seus Estados-Membros e a República da Áustria, a República da Finlândia, a República da Islândia, o Principado do Liechtenstein, o Reino da Noruega, o Reino da Suécia e a Confederação Suíça (JO L 1 de 3.1.1994, p. 1).
2. 21994 A 0103(01): Acordo sobre o Espaço Económico Europeu - Ato final - Declarações comuns - Declarações dos Governos dos Estados-Membros das Comunidades Europeias e dos Estados da EFTA - Acordos diversos - Ata Acordada - Declaração de uma ou de várias das partes contratantes relativos ao acordo sobre o Espaço Económico Europeu (JO L 1 de 3.1.1994, p. 3).
3. 21994 A 0103(51): Acordo sobre o Espaço Económico Europeu – Anexo I – Questões veterinárias e fitossanitárias – Lista prevista no artigo 17.º (JO L 1 de 3.1.1994, p. 220), na redação que lhe foi dada por:
  - 21999 D 0624(01): Decisão n.º 69/98 do Comité Misto do EEE, de 17 de julho de 1998 (JO L 158 de 24.6.1999, p. 1),

- 22000 D 1123(01): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/1999, de 25 de junho de 1999 (JO L 296 de 23.11.2000, p. 1),
- 22001 D 0118(01): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 126/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 1),
- 22001 D 0118(02): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 127/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 3),
- 22001 D 0118(03): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 128/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 6),
- 22001 D 0118(04): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 129/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 8),
- 22001 D 0118(05): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 130/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 10),
- 22001 D 0118(06): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 131/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 12),
- 22001 D 0118(07): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 132/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 14),
- 22001 D 0118(08): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 133/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 16),

- 22001 D 0118(09): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 134/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 1),
- 22001 D 0118(10): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 135/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 20),
- 22001 D 0118(11): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 136/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 22),
- 22001 D 0118(12): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 24),
- 22001 D 0118(13): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 138/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 26),
- 22001 D 0118(14): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 28),
- 22001 D 0118(15): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 30),
- 22001 D 0118(16): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 141/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 32),
- 22001 D 0118(17): Decisão do Comité Misto do EEE n.º 142/1999, de 5 de novembro de 1999 (JO L 15 de 18.1.2001, p. 34),

- 21999 D 0154: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 154/1999, de 26 de novembro de 1999 (JO L 61 de 1.3.2001, p. 1),
- 21999 D 0155: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 155/1999, de 26 de novembro de 1999 (JO L 61 de 1.3.2001, p. 3),
- 21999 D 0189: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 189/1999, de 18 de dezembro de 1999 (JO L 74 de 15.3.2001, p. 24),
- 22001 D 0025: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 25/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 1),
- 22001 D 0026: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 26/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 4),
- 22001 D 0027: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 27/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 6),
- 22001 D 0028: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 28/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 8),
- 22001 D 0029: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 29/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 10),
- 22001 D 0030: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 30/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 13),

- 22001 D 0031: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 31/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 15),
- 22001 D 0032: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 32/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 17),
- 22001 D 0033: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 33/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 19),
- 22001 D 0034: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 34/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 22),
- 22001 D 0035: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 35/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 26),
- 22001 D 0036: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 36/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 28),
- 22001 D 0037: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 37/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 30),
- 22001 D 0038: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 38/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 35),
- 22001 D 0039: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 39/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 40),

- 22001 D 0040: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 40/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 43),
- 22001 D 0041: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 41/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 47),
- 22001 D 0042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 42/2001, de 30 de março de 2001 (JO L 158 de 14.6.2001, p. 51),
- 22001 D 0054: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 54/2001, de 18 de maio de 2001 (JO L 165 de 21.6.2001, p. 58),
- 22001 D 0089: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 89/2001, de 13 de julho de 2001 (JO L 251 de 20.9.2001, p. 13),
- 22001 D 0101: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 101/2001, de 28 de setembro de 2001 (JO L 322 de 6.12.2001, p. 1),
- 22001 D 0102: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 102/2001, de 26 de outubro de 2001 (JO L 322 de 6.12.2001, p. 6),
- 22001 D 0124: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 124/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 1),
- 22001 D 0125: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 125/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 3),

- 22001 D 0126: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 126/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 5),
- 22001 D 0127: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 127/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 7),
- 22001 D 0128: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 128/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 9),
- 22001 D 0129: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 129/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 11),
- 22001 D 0130: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 130/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 13),
- 22001 D 0131: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 131/2001, de 23 de novembro de 2001 (JO L 22 de 24.1.2002, p. 15),
- 22001 D 0141: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 141/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 1),
- 22001 D 0142: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 142/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 3),
- 22001 D 0143: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 143/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 6),

- 22001 D 0144: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 144/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 8),
- 22001 D 0145: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 145/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 10),
- 22001 D 0146: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 146/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 12),
- 22001 D 0147: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 147/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 14),
- 22001 D 0148: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 148/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 17),
- 22001 D 0149: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 149/2001, de 11 de dezembro de 2001 (JO L 65 de 7.3.2002, p. 20),
- 22002 D 0069: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 69/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 1),
- 22002 D 0070: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 70/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 3),
- 22002 D 0266: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 71/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 5),

- 22002 D 0072: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 72/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 7),
- 22002 D 0073: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 73/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 9),
- 22002 D 0074: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 74/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 12),
- 22002 D 0075: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 75/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 14),
- 22002 D 0076: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 17),
- 22002 D 0077: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 77/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 20),
- 22002 D 0078: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 78/2002, de 25 de junho de 2002 (JO L 266 de 3.10.2002, p. 22),
- 22002 D 0096: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 96/2002, de 12 de julho de 2002 (JO L 298 de 31.10.2002, p. 1),
- 22002 D 0112: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 112/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 1),

- 22002 D 0113: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 113/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 3),
- 22002 D 0114: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 5),
- 22002 D 0115: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 115/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 6),
- 22002 D 0116: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 116/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 8),
- 22002 D 0117: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 117/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 9),
- 22002 D 0118: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 118/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 11),
- 22002 D 0119: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 119/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 13),
- 22002 D 0120: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 120/2002, de 27 de setembro de 2002 (JO L 336 de 12.12.2002, p. 15),
- 22002 D 0156: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 156/2002, de 6 de dezembro de 2002 (JO L 38 de 13. 2.2003, p. 1),

- 22002 D 0157: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 157/2002, de 6 de dezembro de 2002 (JO L 38 de 13.2.2003, p. 3),
- 22003 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2003, de 31 de janeiro de 2003 (JO L 94 de 10.4.2003, p. 43),
- 22003 D 0021: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 21/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 1),
- 22003 D 0022: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 22/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 3),
- 22003 D 0023: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 23/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 5),
- 22003 D 024: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 24/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 9),
- 22003 D 0025: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 25/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 11),
- 22003 D 0026: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 26/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 14),
- 22003 D 0027: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 27/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 17),

- 22003 D 0028: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 28/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 19),
- 22003 D 0029: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 29/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 21),
- 22003 D 0030: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 30/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 25),
- 22003 D 0031: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 31/2003, de 14 de março de 2003 (JO L 137 de 5.6.2003, p. 30),
- 22003 D 0065: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 65/2003, de 20 de junho de 2003 (JO L 257 de 9.10.2003, p. 1),
- 22003 D 0066: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 66/2003, de 20 de junho de 2003 (JO L 257 de 9.10.2003, p. 4),
- 22003 D 0067: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 67/2003, de 20 de junho de 2003 (JO L 257 de 9.10.2003, p. 8),
- 22003 D 0100: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 100/2003, de 26 de setembro de 2003 (JO L 331 de 18.12.2003, p. 3),
- 22003 D 0101: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 101/2003, de 26 de setembro de 2003 (JO L 331 de 18.12.2003, p. 6),

- 22003 D 0102: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 102/2003, de 26 de setembro de 2003 (JO L 331 de 18.12.2003, p. 8),
- 22003 D 0099: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 99/2003, de 26 de setembro de 2003 (JO L 331 de 18.12.2003, p. 1),
- 22003 D 0137: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/2003, de 7 de novembro de 2003 (JO L 41 de 12.2.2004, p. 1),
- 22003 D 0138: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 138/2003, de 7 de novembro de 2003 (JO L 41 de 12.2.2004, p. 4),
- 22003 D 0139: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/2003, de 7 de novembro de 2003 (JO L 41 de 12.2.2004, p. 7),
- 22003 D 0140: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2003, de 7 de novembro de 2003 (JO L 41 de 12.2.2004, p. 9),
- 22003 D 0166: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 166/2003, de 5 de dezembro de 2003 (JO L 88 de 25.3.2004, p. 32),
- 22004 D 0277: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 68/2004, de 4 de maio de 2004 (JO L 277 de 26.8.2004, p. 187),
- 22004 D 0069: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 69/2004, de 8 de junho de 2004 (JO L 349 de 25.11.2004, p. 23),

- 22004 D 0091: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 91/2004, de 9 de julho de 2004 (JO L 376 de 23.12.2004, p. 1),
- 22004 D 0092: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 92/2004, de 9 de julho de 2004 (JO L 376 de 23.12.2004, p. 3),
- 22004 D 0093: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 93/2004, de 9 de julho de 2004 (JO L 376 de 23.12.2004, p. 6),
- 22004 D 0094: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 94/2004, de 9 de julho de 2004 (JO L 376 de 23.12.2004, p. 10),
- 22004 D 0095: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 95/2004, de 9 de julho de 2004 (JO L 376 de 23.12.2004, p. 14),
- 22004 D 0118: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 118/2004, de 24 de setembro de 2004 (JO L 64 de 10.3.2005, p. 7),
- 22004 D 0119: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 119/2004, de 24 de setembro de 2004 (JO L 64 de 10.3.2005, p. 9),
- 22004 D 0120: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 120/2004, de 24 de setembro de 2004 (JO L 64 de 10.3.2005, p. 12),
- 22005 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2005, de 8 de fevereiro de 2005 (JO L 161 de 23.6.2005, p. 1),

- 22005 D 0025: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 25/2005, de 11 de março de 2005 (JO L 198 de 28.7.2005, p. 1),
- 22005 D 0026: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 26/2005, de 11 de março de 2005 (JO L 198 de 28.7.2005, p. 4),
- 22005 D 0027: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 27/2005, de 11 de março de 2005 (JO L 198 de 28.7.2005, p. 9),
- 22005 D 0044: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 44/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 1),
- 22005 D 0045: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 45/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 6),
- 22005 D 0046: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 8),
- 22005 D 0047: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 12),
- 22005 D 0048: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 48/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 15),
- 22005 D 0049: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 49/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 18),

- 22005 D 0050: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 50/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 20),
- 22005 D 0051: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 51/2005, de 29 de abril de 2005 (JO L 239 de 15.9.2005, p. 22),
- 22005 D 0090: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 90/2005, de 8 de julho de 2005 (JO L 306 de 24.11.2005, p. 1),
- 22005 D 0306: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 91/2005, de 8 de julho de 2005 (JO L 306 de 24.11.2005, p. 3),
- 22005 D 0092: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 92/2005, de 8 de julho de 2005 (JO L 306 de 24.11.2005, p. 8),
- 22005 D 0093: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 93/2005, de 8 de julho de 2005 (JO L 306 de 24.11.2005, p. 14),
- 22005 D 0137: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/2005, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 53 de 23.2.2006, p. 25),
- 22005 D 0138: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 138/2005, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 53 de 23.2.2006, p. 28),
- 22005 D 0139: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/2005, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 53 de 23.2.2006, p. 31),

- 22005 D 0140: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2005, de 2 de dezembro de 2005 (JO L 53 de 23.2.2006, p. 34),
- 22006 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2006, de 27 de janeiro de 2006 (JO L 92 de 30.3.2006, p. 17),
- 22006 D 0042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 42/2006, de 28 de abril de 2006 (JO L 175 de 29.6.2006, p. 86),
- 22006 D 0076: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/2006, de 7 de julho de 2006 (JO L 289 de 19.10.2006, p. 1),
- 22006 D 0099: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 99/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 1),
- 22006 D 0100: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 100/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 3),
- 22006 D 0101: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 101/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 6),
- 22006 D 0102: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 102/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 10),
- 22006 D 0103: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 13),

- 22006 D 0104: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 104/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 15),
- 22006 D 0105: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2006, de 22 de setembro de 2006 (JO L 333 de 30.11.2006, p. 17),
- 22006 D 0140: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2006, de 8 de dezembro de 2006 (JO L 89 de 29.3.2007, p. 1),
- 22006 D 0141: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 141/2006, de 8 de dezembro de 2006 (JO L 89 de 29.3.2007, p. 6),
- 22006 D 0142: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 142/2006, de 8 de dezembro de 2006 (JO L 89 de 29.3.2007, p. 8),
- 22006 D 0143: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 143/2006, de 8 de dezembro de 2006 (JO L 89 de 29.3.2007, p. 9),
- 22007 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2007, de 27 de abril de 2007 (JO L 209 de 9.8.2007, p. 1),
- 22007 D 0002: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2007, de 27 de abril de 2007 (JO L 209 de 9.8.2007, p. 3),
- 22007 D 0046: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2007, de 8 de junho de 2007 (JO L 266 de 11.10.2007, p. 1),

- 22007 D 0072: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 72/2007, de 6 de julho de 2007 (JO L 328 de 13.12.2007, p. 1),
- 22007 D 0073: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 73/2007, de 6 de julho de 2007 (JO L 328 de 13.12.2007, p. 6),
- 22007 D 0097: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 97/2007, de 28 de setembro de 2007 (JO L 47 de 21.2.2008, p. 3),
- 22007 D 0098: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 98/2007, de 28 de setembro de 2007 (JO L 47 de 21.2.2008, p. 6),
- 22007 D 0099: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 99/2007, de 28 de setembro de 2007 (JO L 47 de 21.2.2008, p. 10),
- 22007 D 0100: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 100/2007, de 28 de setembro de 2007 (JO L 47 de 21.2.2008, p. 12),
- 22007 D 0132: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 132/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 1),
- 22007 D 0133: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 133/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 27),
- 22007 D 0100: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 134/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 33),

- 22007 D 0135: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 135/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 44),
- 22007 D 0136: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 136/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 49),
- 22007 D 0137: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/2007, de 26 de outubro de 2007 (JO L 100 de 10.4.2008, p. 53),
- 22007 D 0148: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 148/2007, de 7 de dezembro de 2007 (JO L 124 de 8.5.2008, p. 1),
- 22007 D 0149: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 149/2007, de 7 de dezembro de 2007 (JO L 124 de 8.5.2008, p. 3),
- 22007 D 0150: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 150/2007, de 7 de dezembro de 2007 (JO L 124 de 8.5.2008, p. 6),
- 22008 D 0040: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 40/2008, de 25 de abril de 2008 (JO L 223 de 21.8.2008, p. 28),
- 22008 D 0041: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 41/2008, de 25 de abril de 2008 (JO L 223 de 21.8.2008, p. 31),
- 22008 D 0042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 42/2008, de 25 de abril de 2008 (JO L 223 de 21.8.2008, p. 33),

- 22008 D 0095: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 95/2008, de 26 de setembro de 2008 (JO L 309 de 20.11.2008, p. 12),
- 22008 D 0111: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 111/2008, de 7 de novembro de 2008 (JO L 339 de 18.12.2008, p. 98),
- 22009 D 0021: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 21/2009, de 17 de março de 2009 (JO L 130 de 28.5.2009, p. 1),
- 22009 D 0041: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 41/2009, de 24 de abril de 2009 (JO L 162 de 25.6.2009, p. 16),
- 22009 D 0055: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 55/2009, de 29 de maio de 2009 (JO L 232 de 3.9.2009, p. 1),
- 22009 D 0056: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 56/2009, de 29 de maio de 2009 (JO L 232 de 3.9.2009, p. 4),
- 22010 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2010, de 29 de janeiro de 2010 (JO L 101 de 22.4.2010, p. 1),
- 22010 D 0017: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 17/2010, de 1 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 1),
- 22010 D 0018: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 18/2010, de 1 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 4),

- 22010 D 0019: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 19/2010, de 12 de março de 2010 (JO L 143 de 10.6.2010, p. 8),
- 22010 D 0038: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 38/2010, de 30 de abril de 2010 (JO L 181 de 15.7.2010, p. 1),
- 22010 D 0114: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2010, de 10 de novembro de 2010 (JO L 58 de 3.3.2011, p. 63),
- 22010 D 0115: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 115/2010, de 10 de novembro de 2010 (JO L 58 de 3.3.2011, p. 69),
- 22011 D 0059: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 59/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 1),
- 22011 D 0060: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 60/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 7),
- 22011 D 0262: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 61/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 11),
- 22011 D 0062: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 62/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 15),
- 22011 D 0063: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 63/2011, de 1 de julho de 2011 (JO L 262 de 6.10.2011, p. 16),

- 22011 D 0094: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 94/2011, de 30 de setembro de 2011 (JO L 318 de 1.12.2011, p. 31),
- 22011 D 0095: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 95/2011, de 30 de setembro de 2011 (JO L 318 de 1.12.2011, p. 32),
- 22011 D 0112: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 112/2011, de 21 de outubro de 2011 (JO L 341 de 22.12.2011, p. 72),
- 22011 D 0123: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 123/2011, de 2 de dezembro de 2011 (JO L 76 de 15.3.2012, p. 1),
- 22012 D 0001: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2012, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 161 de 21.6.2012, p. 1),
- 22012 D 0002: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2012, de 10 de fevereiro de 2012 (JO L 161 de 21.6.2012, p. 3),
- 22012 D 0034: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 34/2012, de 30 de março de 2012 (JO L 207 de 2.8.2012, p. 1),
- 22012 D 0035: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 35/2012, de 30 de março de 2012 (JO L 207 de 2.8.2012, p. 2),
- 22012 D 0036: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 36/2012, de 30 de março de 2012 (JO L 207 de 2.8.2012, p. 3),

- 22012 D 0074: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 74/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 1),
- 22012 D 0075: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 75/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 4),
- 22012 D 0076: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 6),
- 22012 D 0077: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 77/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 7),
- 22012 D 0079: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 79/2012, de 30 de abril de 2012 (JO L 248 de 13.9.2012, p. 11),
- 22012 D 0103: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/2012, de 15 de junho de 2012 (JO L 270 de 4.10.2012, p. 1),
- 22012 D 0104: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 104/2012, de 15 de junho de 2012 (JO L 270 de 4.10.2012, p. 3),
- 22012 D 0123: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 123/2012, de 13 de julho de 2012 (JO L 309 de 8.11.2012, p. 1),
- 22012 D 0124: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 124/2012, de 13 de julho de 2012 (JO L 309 de 8.11.2012, p. 2),

- 22012 D 0153: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 153/2012, de 28 de setembro de 2012 (JO L 341 de 13.12.2012, p. 1),
- 22012 D 0154: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 154/2012, de 28 de setembro de 2012 (JO L 341 de 13.12.2012, p. 3),
- 22012 D 0191: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 191/2012, de 26 de outubro de 2012 (JO L 21 de 24.1.2012, p. 37),
- 22012 D 0205: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 205/2012, de 7 de dezembro de 2012 (JO L 81 de 21.3.2013, p. 1),
- 22013 D 0051: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 51/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 1),
- 22013 D 0052: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 52/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 2),
- 22013 D 0055: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 55/2013, de 3 de maio de 2013 (JO L 291 de 31.10.2013, p. 6),
- 22013 D 0102: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 102/2013, de 14 de junho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 1),
- 22013 D 0103: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/2013, de 14 de junho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 3),

- 22013 D 0104: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 104/2013, de 14 de junho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 5),
- 22013 D 0105: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2013, de 14 de junho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 6),
- 22013 D 0135: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 135/2013, de 15 de julho de 2013 (JO L 318 de 28.11.2013, p. 1),
- 22013 D 0136: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 136/2013, de 15 de julho de 2013 (JO L 345 de 19.12.2013, p. 4),
- 22013 D 0137: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/2013, de 15 de julho de 2013 (JO L 345 de 19.12.2013, p. 5),
- 22013 D 0154: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 154/2013, de 8 de outubro de 2013 (JO L 58 de 27.2.2014, p. 5),
- 22013 D 0179: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 179/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 1),
- 22013 D 0180: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 180/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 3),
- 22013 D 0181: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 181/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 5),

- 22013 D 0182: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 182/2013, de 8 de novembro de 2013 (JO L 92 de 27.3.2014, p. 6),
- 22013 D 0213: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 213/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 1),
- 22013 D 0214: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 214/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 3),
- 22013 D 0215: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 215/2013, de 13 de dezembro de 2013 (JO L 154 de 22.5.2014, p. 5),
- 22014 D 0063: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 63/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 1),
- 22014 D 0064: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 64/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 3),
- 22014 D 0065: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 65/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 5),
- 22014 D 0066: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 66/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 7),
- 22014 D 0067: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 67/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 9),

- 22014 D 0068: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 68/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 10),
- 22014 D 0069: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 69/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 11),
- 22014 D 0070: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 70/2014, de 16 de maio de 2014 (JO L 310 de 30.10.2014, p. 13),
- 22014 D 0160: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 160/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 1),
- 22014 D 0161: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 161/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 3),
- 22014 D 0162: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 162/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 5),
- 22014 D 0163: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 163/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 7),
- 22014 D 0164: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 164/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 8),
- 22014 D 0165: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 165/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 9),

- 22014 D 0166: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 166/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 10),
- 22014 D 0167: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 167/2014, de 25 de setembro de 2014 (JO L 202 de 30.7.2015, p. 12),
- 22014 D 0210: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 210/2014, de 24 de outubro de 2014 (JO L 230 de 3.9.2015, p. 3),
- 22014 D 0211: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 211/2014, de 24 de outubro de 2014 (JO L 230 de 3.9.2015, p. 5),
- 22016 D 0489: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 1),
- 22016 D 0490: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 3),
- 22016 D 0491: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2015, de 25 de fevereiro de 2015 (JO L 93 de 7.4.2016, p. 5),
- 22016 D 0717: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 34/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 1),
- 22016 D 0718: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 35/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 3),

- 22016 D 0719: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 36/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 5),
- 22016 D 0720: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 37/2015, de 20 de março de 2015 (JO L 129 de 19.5.2016, p. 7),
- 22016 D 1257: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 74/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 1),
- 22016 D 1258: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 75/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 3),
- 22016 D 1259: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 76/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 5),
- 22016 D 1260: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 77/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 6),
- 22016 D 1261: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 78/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 8),
- 22016 D 1262: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 79/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 10),
- 22016 D 1263: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 80/2015, de 30 de abril de 2015 (JO L 211 de 4.8.2016, p. 11),

- 22017 D 0015: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 175/2015, de 10 de julho de 2015 (JO L 8 de 12.1.2017, p. 1),
- 22017 D 0504: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 197/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 1),
- 22017 D 0505: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 198/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 5),
- 22017 D 0506: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 199/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 7),
- 22017 D 0507: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 200/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 8),
- 22017 D 0508: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 201/2015, de 25 de setembro de 2015 (JO L 85 de 30.3.2017, p. 9),
- 22017 D 1022: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 233/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 1),
- 22017 D 1023: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 234/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 3),
- 22017 D 1024: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 235/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 4),

- 22017 D 1025: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 236/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 5),
- 22017 D 1026: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 237/2015, de 30 de outubro de 2015 (JO L 161 de 22.6.2017, p. 6),
- 22017 D 1284: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 1),
- 22017 D 1285: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 3),
- 22017 D 1286: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 5),
- 22017 D 1287: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2016, de 5 de fevereiro de 2016 (JO L 189 de 20.7.2017, p. 7),
- 22017 D 1806: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 295/2015, de 11 de dezembro de 2015 (JO L 263 de 12.10.2017, p. 1),
- 22017 D 1807: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 296/2015, de 11 de dezembro de 2015 (JO L 263 de 12.10.2017, p. 3),
- 22017 D 1871: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 41/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 1),

- 22017 D 1874: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 44/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 7),
- 22017 D 1875: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 45/2016, de 18 de março de 2016 (JO L 270 de 19.10.2017, p. 9),
- 22017 D 2017: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 66/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 1),
- 22017 D 2018: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 68/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 4),
- 22017 D 2019: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 69/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 6),
- 22017 D 2023: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 73/2016, de 29 de abril de 2016 (JO L 300 de 16.11.2017, p. 12),
- 22017 D 2122: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 104/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 1),
- 22017 D 2123: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 3),
- 22017 D 2124: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/2016, de 3 de junho de 2016 (JO L 308 de 23.11.2017, p. 4),

- 22018 D 0422: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 164/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 1),
- 22018 D 0423: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 165/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 3),
- 22018 D 0424: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 166/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 4),
- 22018 D 0425: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 167/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 6),
- 22018 D 0426: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 168/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 8),
- 22018 D 0427: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 169/2016, de 23 de setembro de 2016 (JO L 80 de 22.3.2018, p. 9),
- 22018 D 1154: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 216/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 1),
- 22018 D 1155: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 217/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 3),
- 22018 D 1156: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 218/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 4),

- 22018 D 1157: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 219/2016, de 2 de dezembro de 2016 (JO L 215 de 23.8.2018, p. 5),
- 22018 D 1735: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 1),
- 22018 D 1736: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 3),
- 22018 D 1737: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 4),
- 22018 D 1738: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 5),
- 22018 D 1739: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2017, de 3 de fevereiro de 2017 (JO L 297 de 22.11.2018, p. 6),
- 22018 D 1810: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2017, de 17 de março de 2017 (JO L 305 de 29.11.2018, p. 1),
- 22018 D 1811: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2017, de 17 de março de 2017 (JO L 305 de 29.11.2018, p. 1),
- 22019 D 0180: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 68/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 1),

- 22019 D 0181: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 69/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 3),
- 22019 D 0182: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 70/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 5),
- 22019 D 0183: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 71/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 7),
- 22019 D 0184: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 72/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 8),
- 22019 D 0185: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 73/2017, de 5 de maio de 2017 (JO L 36 de 7.2.2019, p. 9),
- 22019 D 0725: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 118/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 1),
- 22019 D 0726: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 119/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 3),
- 22019 D 0726: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 35),
- 22019 D 0747: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2017, de 7 de julho de 2017 (JO L 128 de 16.5.2019, p. 37),

- 22019 D 1039: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 151/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 3),
- 22019 D 1040: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 152/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 4),
- 22019 D 1041: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 153/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 6),
- 22019 D 1042: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 154/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 7),
- 22019 D 1043: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 155/2017, de 22 de setembro de 2017 (JO L 174 de 27.6.2019, p. 9),
- 22019 D 1229: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 99/2019, de 11 de abril de 2019 (JO L 192 de 18.7.2019, p. 53),
- 22019 D 1356: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 193/2017, de 27 de outubro de 2017 (JO L 219 de 22.8.2019, p. 1),
- 22019 D 1618: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 209/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 1),
- 22019 D 1619: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 210/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 5),

- 22019 D 1620: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 211/2017, de 15 de dezembro de 2017 (JO L 254 de 3.10.2019, p. 7),
- 22019 D 2039: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 5),
- 22019 D 2040: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 7),
- 22019 D 2041: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2018, de 9 de fevereiro de 2018 (JO L 323 de 12.12.2019, p. 9),
- 22020 D 0052: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 35/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 1),
- 22020 D 0053: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 36/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 3),
- 22020 D 0054: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 37/2018, de 23 de março de 2018 (JO L 26 de 30.1.2020, p. 5),
- 22020 D 0292: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 273/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 1),
- 22020 D 0293: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 274/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 3),

- 22020 D 0294: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 275/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 4),
- 22020 D 0298: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 279/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 8),
- 22020 D 0299: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 280/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 10),
- 22020 D 0300: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 281/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 12),
- 22020 D 0301: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 282/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 14),
- 22020 D 0302: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 284/2019, de 13 de dezembro de 2019 (JO L 68 de 5.3.2020, p. 17),
- 22020 D 0800: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2019, de 29 de março de 2019 (JO L 210 de 2.7.2020, p. 1),
- 22020 D 0920: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 1),
- 22020 D 0923: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2019, de 8 de fevereiro de 2019 (JO L 228 de 16.7.2020, p. 7),

- 22020 D 1437: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 77/2018, de 27 de abril de 2018 (JO L 340 de 15.10.2020, p. 1),
- 22020 D 1438: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 78/2018, de 27 de abril de 2018 (JO L 340 de 15.10.2020, p. 3),
- 22020 D 1607: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 103/2018, de 31 de maio de 2018 (JO L 368 de 5.11.2020, p. 1),
- 22020 D 1608: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 104/2018, de 31 de maio de 2018 (JO L 368 de 5.11.2020, p. 3),
- 22020 D 1609: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2018, de 31 de maio de 2018 (JO L 368 de 5.11.2020, p. 4),
- 22021 D 0185: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 123/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 1),
- 22021 D 0186: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 124/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 3),
- 22021 D 0187: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 125/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 5),
- 22021 D 0188: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 126/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 7),

- 22021 D 0193: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 131/2018, de 6 de julho de 2018 (JO L 67 de 25.2.2021, p. 16),
- 22021 D 0287: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 173/2018, de 21 de setembro de 2018 (JO L 75 de 4.3.2021, p. 1),
- 22021 D 0491: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 208/2018, de 26 de outubro de 2018 (JO L 105 de 25.3.2021, p. 1),
- 22021 D 1489: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 222/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 1),
- 22021 D 1490: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 223/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 3),
- 22021 D 1491: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 224/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 5),
- 22021 D 1492: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 225/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 7),
- 22021 D 1493: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 226/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 10),
- 22021 D 1496: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 229/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 15),

- 22021 D 1497: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 230/2018, de 5 de dezembro de 2018 (JO L 337 de 23.9.2021, p. 17),
- 22022 D 1049: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 1/2022, de 4 de fevereiro de 2022 (JO L 175 de 30.6.2022, p. 1),
- 22022 D 1050: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 2/2022, de 4 de fevereiro de 2022 (JO L 175 de 30.6.2022, p. 3),
- 22022 D 1051: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 3/2022, de 4 de fevereiro de 2022 (JO L 175 de 30.6.2022, p. 5),
- 22022 D 1052: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 4/2022, de 4 de fevereiro de 2022 (JO L 175 de 30.6.2022, p. 7),
- 22022 D 1053: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 5/2022, de 4 de fevereiro de 2022 (JO L 175 de 30.6.2022, p. 9),
- 22022 D 1088: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 40/2022, de 4 de fevereiro de 2022 (JO L 175 de 30.6.2022, p. 67),
- 22022 D 1114: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 46/2022, de 18 de março de 2022 (JO L 182 de 7.7.2022, p. 12),
- 22022 D 1115: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 47/2022, de 18 de março de 2022 (JO L 182 de 7.7.2022, p. 14),

- 22022 D 1533: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 89/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 1),
- 22022 D 1534: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 90/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 3),
- 22022 D 1535: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 91/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 5),
- 22022 D 1537: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 93/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 9),
- 22022 D 1538: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 94/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 11),
- 22022 D 1539: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 95/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 13),
- 22022 D 1540: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 96/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 15),
- 22022 D 1548: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 104/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 31),
- 22022 D 1549: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 105/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 33),

- 22022 D 1550: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 106/2022, de 29 de abril de 2022 (JO L 246 de 22.9.2022, p. 35),
- 22022 D 1865: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 165/2022, de 10 de junho de 2022 (JO L 267 de 13.10.2022, p. 1),
- 22022 D 1866: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 166/2022, de 10 de junho de 2022 (JO L 267 de 13.10.2022, p. 3),
- 22022 D 2006: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 107/2019, de 8 de maio de 2019 (JO L 279 de 27.10.2022, p. 1),
- 22022 D 2007: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 108/2019, de 8 de maio de 2019 (JO L 279 de 27.10.2022, p. 3),
- 22022 D 2129: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 137/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 1),
- 22022 D 2130: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 138/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 3),
- 22022 D 2131: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 139/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 5),
- 22022 D 2132: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 140/2019, de 14 de junho de 2019 (JO L 291 de 10.11.2022, p. 7),

- 22022 D 2207: Decisão do Comité Misto do EEE n.º 183/2019, de 10 de julho de 2019 (JO L 298 de 17.11.2022, p. 1).

Uma versão consolidada do anexo I (Questões veterinárias e fitossanitárias) do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu está disponível no sítio da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) no seguinte endereço: <https://www.efta.int/>.

4. 31994 D 0001: Decisão 94/2/CECA, CE do Conselho e da Comissão, de 13 de dezembro de 1993, relativa à celebração do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu entre as Comunidades Europeias, os seus Estados-Membros e a República da Áustria, a República da Finlândia, a República da Islândia, o Principado do Liechtenstein, o Reino da Noruega, o Reino da Suécia e a Confederação Suíça (JO L 1 de 3.1.1994, p. 571).
5. 21994 A 0103(73): Protocolo que adapta o Acordo sobre o Espaço Económico Europeu - Ato Final - Declaração conjunta - Ata aprovada - Declaração do Governo da França (JO L 1 de 3.1.1994, p. 572).
6. 32004 D 0368: Decisão 2004/368/CE do Conselho, de 30 de março de 2004, relativa à aplicação provisória do Acordo sobre a participação da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca no Espaço Económico Europeu e à aplicação provisória de quatro acordos conexos (JO L 130 de 29.4.2004, p. 1).

7. 22004 A 0429(02): Acordos sob a forma de troca de cartas relativos à aplicação provisória do acordo sobre a participação da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca no Espaço Económico Europeu e à aplicação provisória de quatro acordos conexos (JO L 130 de 29.4.2004, p. 3).
8. E2003 C 0017: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 17/03/COL, de 5 de fevereiro de 2003, que reconhece o carácter plenamente operacional da base de dados norueguesa relativa aos bovinos (JO L 120 de 15.5.2003, p. 62).
9. E2003 C 0155: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 155/03/COL, de 18 de Julho de 2003, que aprova o programa apresentado pela Islândia, com vista à concessão do estatuto de zona aprovada no que se refere às doenças dos peixes, nomeadamente a septicemia hemorrágica viral (VHS) e a necrose hematopoética infecciosa (IHN) (JO L 265 de 16.10.2003, p. 38).
10. E2006 C 0394: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 394/06/COL, de 13 de dezembro de 2006, que aprova o regime apresentado pela Noruega para a retirada de todos os peixes nas explorações norueguesas contaminadas pela anemia infecciosa do salmão (ISA) (JO L 132 de 24.5.2007, p. 36).
11. E2007 C 0028: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 28/07/COL, de 19 de Fevereiro de 2007, relativa ao estatuto de oficialmente indemne de tuberculose, brucelose e leucose bovina enzoótica da Noruega no respeitante aos efetivos bovinos (JO L 132 de 24.5.2007, p. 38).

12. E2007 C 0029: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 29/07/COL, de 19 de Fevereiro de 2007, que aprova o plano apresentado pela Noruega para a vacinação preventiva de aves mantidas em jardins zoológicos contra a gripe aviária de alta patogenicidade (JO L 132 de 24.5.2007, p. 40).
13. E2007 C 0030: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 30/07/COL, de 19 de Fevereiro de 2007, relativa ao programa nacional norueguês de luta contra o tremor epizoótico e garantias adicionais respeitantes ao comércio intracomunitário e às importações na Noruega (JO L 132 de 24.5.2007, p. 42).
14. E2006 C 0246: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 246/06/COL, de 6 de setembro de 2006, que altera a lista incluída no Anexo I, Capítulo I, Parte 1.2, ponto 39 do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que enumera os postos de inspeção fronteiriços aprovados na Islândia e na Noruega para a realização de controlos veterinários de animais vivos e produtos de origem animal provenientes de países terceiros e revoga a Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 86/02/COL, de 24 de maio de 2002 (JO L 208 de 9.8.2007, p. 12).
15. E2006 C 0320: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 320/06/COL, de 31 de outubro de 2006, que altera a lista incluída no ponto 39, na Parte 1.2 do Capítulo I do Anexo I do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que estabelece a lista de postos de inspeção fronteiriços aprovados, na Islândia e na Noruega, para a realização de controlos veterinários de produtos e animais provenientes de países terceiros e que revoga a Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 246/06/COL de 6 de setembro de 2006 (JO L 62 de 6.3.2008, p. 44).
16. E2008 C 0299: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 299/08/COL, de 21 de maio de 2008, que aprova o programa de controlo e erradicação da corinebacteriose apresentado pela Noruega (JO L 257 de 25.9.2008, p. 16).

17. E2008 C 0300: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 300/08/COL, de 21 de maio de 2008, que aprova o plano de emergência relativo à gripe aviária apresentado pela Noruega (JO L 257 de 25.9.2008, p. 18).
18. E2008 C 0298: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 298/08/COL, de 21 de maio de 2008, relativa às zonas indemnes de doenças e às garantias complementares em relação à *Gyrodactylus salaris* na Noruega (JO L 268 de 9.10.2008, p. 37).
19. E2010 C 0002: Decisão n.º 02/10/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 5 de janeiro de 2010, relativa ao estatuto da Noruega em matéria de necrose hematopoiética infecciosa e de septicemia hemorrágica viral e que revoga a Decisão n.º 302/08/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 21 de maio de 2008 (JO L 157 de 24.6.2010, p. 16).
20. E2010 C 0043: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 43/10/COL, de 10 de fevereiro de 2010, que altera a lista incluída no Anexo I, Capítulo I, Parte 1.2, ponto 39 do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que enumera os postos de inspeção fronteiriços aprovados na Islândia e na Noruega para a realização de controlos veterinários de animais vivos e produtos de origem animal provenientes de países terceiros e revoga a Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 301/08/COL, de 21 de maio de 2008 (JO L 256 de 30.9.2010, p. 30).
21. E2010 C 0159: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 159/10/COL, de 21 de abril de 2010, que estabelece garantias suplementares à Noruega relativamente à rinotraqueíte infecciosa dos bovinos (JO L 332 de 16.12.2010, p. 43).
22. E2010 C 0160: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 160/10/COL, de 21 de Abril de 2010, que concede à Noruega certas garantias suplementares referentes à doença de Aujeszky (JO L 332 de 16.12.2010, p. 45).

23. E2011 C 0111: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 111/11/COL, de 11 de abril de 2011, que altera a lista incluída no Anexo I, Capítulo I, Parte 1.2, ponto 39 do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que enumera os postos de inspeção fronteiriços aprovados na Islândia e na Noruega para a realização de controlos veterinários de animais vivos e produtos de origem animal provenientes de países terceiros e revoga a Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 8/11/COL (JO L 170 de 30.6.2011, p. 39).
24. E2012 C 0264: Decisão n.º 264/12/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 5 de julho de 2012, relativa ao estatuto da Noruega em matéria de necrose hematopoiética infecciosa e de septicemia hemorrágica viral e que revoga a Decisão n.º 302/08/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA (JO C 340 de 8.11.2012, p. 2).
25. E2012 C 0265: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 265/12/COL, de 5 de julho de 2012, relativa à aprovação do plano de emergência para a lista de doenças exóticas dos animais aquáticos apresentado pela Noruega (JO C 340 de 8.11.2012, p. 4).
26. E2013 C 0131: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 131/13/COL, de 18 de março de 2013, que altera a lista incluída no Anexo I, Capítulo I, Parte 1.2, ponto 39 do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que enumera os postos de inspeção fronteiriços aprovados na Islândia e na Noruega para a realização de controlos veterinários de animais vivos e produtos de origem animal provenientes de países terceiros e revoga a Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 339/12/COL (JO L 175 de 27.6.2013, p. 76).
27. E2015 C 0293: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 293/15/COL, de 14 de julho de 2015, para aprovar o programa nacional estabelecido pela Islândia para o controlo de salmonelas em aves de capoeira e produtos à base de aves de capoeira (JO L 230 de 25.8.2016, p. 58).

28. E2018 C 0018: Decisão Delegada do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 18/18/COL, de 9 de fevereiro de 2018, relativa ao estatuto de indemnidade da Noruega no respeitante a *Bonamia ostreae* e *Marteilia refringens* (JO L 214 de 23.8.2018, p. 5).
29. E2019 C 0001: Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 1/19/COL, de 16 de janeiro de 2019, que alarga as garantias especiais relativas à *Salmonella* spp. previstas no Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho à carne e ovos de galinhas domésticas (*Gallus gallus*) e à carne derivada de perus destinados à Islândia (JO L 95 de 4.4.2019, p. 13).
30. E2019 C 0008: Decisão Delegada do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 8/19/COL, de 6 de fevereiro de 2019, que altera a lista incluída no anexo I, capítulo I, parte 1.2, ponto 39, do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que enumera os postos de inspeção fronteiriços aprovados na Islândia e na Noruega para a realização de controlos veterinários de animais vivos e de produtos de origem animal provenientes de países terceiros («lista dos postos de inspeção fronteiriços na Islândia e na Noruega») e revoga a Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 90/18/COL (JO L 148 de 6.6.2019, p. 30).
31. E2021 C 0029: Decisão Delegada do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 29/21/COL, de 13 de abril de 2021, que reconhece o estatuto de indemnidade de doença da Noruega no que diz respeito à *Brucella melitensis* em pequenos ruminantes (JO L 290 de 12.8.2021, p. 3).
32. E2021 C 0032: Decisão n.º 32/21/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 21 de abril de 2021, relativa à aprovação dos estatutos de indemnidade de doença e de não vacinação, bem como dos programas de erradicação da Noruega e da Islândia ou de determinadas zonas ou compartimentos no seu território aprovados em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento Delegado (UE) 2020/689 da Comissão (JO L 290 de 12.8.2021, p. 5).

33. E2021 C 0033: Decisão Delegada n.º 33/21/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 22 de abril de 2021, que aprova o estatuto de indemnidade do vírus da raiva (VRAI) da Noruega e altera a Decisão n.º 032/21/COL (JO L 290 de 12.8.2021, p. 11).
34. E2021 C 0203: Decisão Delegada n.º 203/21/COL do Órgão de Fiscalização da EFTA, de 16 de julho de 2021, relativa à aprovação de medidas nacionais da Noruega e da Islândia destinadas a limitar o impacto de certas doenças dos animais aquáticos em conformidade com o artigo 226.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Decisão n.º 58/16/COL-D (JO L 399 de 11.11.2021, p. 8).
35. E2007 C 0119: Recomendação do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 119/07/COL, de 16 de abril de 2007, relativa à monitorização dos níveis de base das dioxinas, dos PCB sob a forma de dioxina e dos PCB não semelhantes a dioxinas nos géneros alimentícios (JO L 275 de 16.10.2008, p. 65).

## SECÇÃO B

### ANDORRA

36. 31997 D 0345: Decisão 97/345/CE do Conselho, de 17 de fevereiro de 1997, relativa à celebração de um protocolo sobre as questões veterinárias adicional ao Acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Económica Europeia e o Principado de Andorra (JO L 148 de 6.6.1997, p. 15).
37. 21997 A 0606(01): Protocolo 1997/606/CE sobre as questões veterinárias adicional ao Acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Económica Europeia e o Principado de Andorra (JO L 148 de 6.6.1997, p. 16).

38. 21998 X 0204(01): Informação relativa à entrada em vigor do Protocolo sobre as questões veterinárias adicional ao Acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Económica Europeia e o Principado de Andorra (OJ L 28 de 4.2.1998, p. 41).
39. 22000 D 0205(01): Decisão n.º 2/1999 (2000/105/CE) do Comité Misto CE-Andorra, de 22 de dezembro de 1999, relativo às normas de execução do Protocolo, assinado em Bruxelas em 15 de maio de 1997, sobre as questões veterinárias, adicional ao Acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Económica Europeia e o Principado de Andorra (JO L 31 de 5.2.2000, p. 84).
40. 22002 D 0202(01): Decisão n.º 1/2001 (2002/76/CE) do Comité Misto CE-Andorra, de 13 de dezembro de 2001, que estabelece as normas de execução do Protocolo sobre as questões veterinárias adicional ao Acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Económica Europeia e o Principado de Andorra, assinado em Bruxelas em 15 de maio de 1997 (JO L 33 de 2.2.2002, p. 35).
41. 22003 D 0747: Decisão n.º 2/2003 (2003/747/CE) do Comité Misto CE-Andorra, de 8 de outubro de 2003, que estabelece as regras de execução do Protocolo sobre Questões Veterinárias complementar ao Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a Comunidade Económica Europeia e o Principado de Andorra, assinado em Bruxelas em 15 de maio de 1997 (JO L 269 de 21.10.2003, p. 28).
42. 22005 D 0867: Decisão n.º 1/2005 (2005/867/CE) do Comité Misto CE-Andorra, de 10 de outubro de 2005 (JO L 318 de 6.12.2005, p. 26).

## SECÇÃO C

### ILHAS FAROÉ

43. 21994 D 0913(01): Protocolo 1999/1130/CE sobre as questões veterinárias adicional ao Acordo entre a Comunidade Europeia, por um lado, e o Governo da Dinamarca e o Governo Regional das Ilhas Faroé, por outro (JO L 305 de 30.11.1999, p. 26).
44. 31999 D 0778: Decisão 1999/778/CE do Conselho, de 15 de novembro de 1999, relativa à conclusão do protocolo sobre as questões veterinárias adicional ao Acordo entre a Comunidade Europeia, por um lado, e o Governo da Dinamarca e o Governo Regional das ilhas Faroé, por outro (JO L 305 de 30.11.1999, p. 25).
45. 22001 D 0216(01): Decisão n.º 1/2001 (2001/127/CE) do Comité Misto CE-Ilhas Faroé, de 31 de janeiro de 2001, que estabelece regras de execução do Protocolo sobre as questões veterinárias complementar ao Acordo entre a Comunidade Europeia, por um lado, e o Governo da Dinamarca e o Governo Regional das ilhas Faroé, por outro (JO L 46 de 16.2.2001, p. 24), com a redação que lhe foi dada por:
  - 22006 D 0013: Decisão n.º 2/2005 (2006/13/CE) do Comité Misto CE-Ilhas Faroé, de 8 de dezembro de 2005 (JO L 8 de 13.1.2006, p. 46),
  - 22009 D 0074: Decisão n.º 1/2008 (2009/74/CE) do Comité Misto CE-Ilhas Faroé, de 17 de junho de 2008 (JO L 24 de 28.1.2009, p. 30).

## SECÇÃO D

### SUIÇA

46. 31990 D 0216: Decisão 90/216/CEE do Conselho, de 23 de abril de 1990, respeitante à conclusão do Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a Confederação Suíça relativo à facilitação dos controlos e formalidades aquando do transporte de mercadorias (JO L 116 de 8.5.1990, p. 18).
47. 21990 A 0508(01): Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a Confederação Suíça relativo à facilitação dos controlos e formalidades aquando do transporte de mercadorias (JO L 116 de 8.5.1990, p. 19).
48. 22001 D 0221(04): Recomendação n.º 1/2000 (2001/125/CE) da Comissão Mista CE-Suíça, de 20 de dezembro de 2000, relativa à simplificação de certos controlos veterinários de produtos de origem animal provenientes de países terceiros em trânsito na Comunidade Europeia com destino à Suíça (JO L 51 de 21.2.2001, p. 44).
49. 32002 D 0309: Decisão 2002/309/CE, Euratom do Conselho e da Comissão no que se refere ao Acordo relativo à Cooperação Científica e Tecnológica de 4 de abril de 2002 relativa à celebração de sete acordos com a Confederação Suíça (JO L 114 de 30.4.2002, p. 1).

50. 22002 A 0430(04): Acordo entre a Comunidade europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas (JO L 114 de 30.4.2002, p. 132), com a redação que lhe foi dada por:
- 22004 D 0078: Decisão n.º 2/2003 (2004/78/CE) do Comité Misto Veterinário (JO L 23 de 28.1.2004, p. 27),
  - 22004 D 0480: Decisão n.º 1/2004 (2004/480/CE) do Comité Misto Veterinário (JO L 160 de 30.4.2004, p. 115),
  - 22005 D 0022: Decisão n.º 2/2004 (2005/22/CE) do Comité Misto Veterinário (JO L 17 de 20.1.2005, p. 1),
  - 22005 D 0962: Decisão n.º 1/2005 (2005/962/CE) do Comité Misto Veterinário (JO L 347 de 30.12.2005, p. 93),
  - 22007 D 0061: Decisão n.º 1/2006 do Comité Misto Veterinário (JO L 32 de 6.2.2007, p. 91),
  - 32008 D 0979: Decisão 2008/979/CE do Conselho, de 18 de dezembro de 2008 (JO L 352 de 31.12.2008, p. 23),
  - 32008 D 0979: Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça (JO L 352 de 31.12.2008, p. 24),
  - 22009 D 0013: Decisão n.º 1/2008 do Comité Misto Veterinário (JO L 6 de 10.1.2009, p. 89),
  - 32009 D 0805: Decisão 2009/805/CE do Conselho, de 19 de outubro de 2009 (JO L 288 de 4.11.2009, p. 22),

- 32010 D 0797: Decisão n.º 1/2010 (2010/797/UE) do Comité Misto Veterinário (JO L 338 de 22.12.2010, p. 50),
  - 22013 D 0479: Decisão n.º 1/2013 do Comité Misto Veterinário (JO L 264 de 5.10.2013, p. 1),
  - 22020 D 0498: Decisão n.º 1/2015 do Comité Misto Veterinário (JO L 112 de 8.4.2020, p. 1),
  - 22020 D 0554: Decisão n.º 1/2018 do Comité Misto Veterinário (JO L 127 de 22.4.2020, p. 26).
51. 22002 A 0430(04): Acordo entre a Comunidade europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas - Ata final (JO L 114 de 30.4.2002, p. 350).
52. 22003 D 0703: Decisão n.º 1/2003 (2003/703/CE) do Comité Misto da Agricultura instituído pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas, de 29 de julho de 2003, relativa à adoção do seu regulamento interno (JO L 254 de 8.10.2003, p. 35).
53. 32015 D 2367: Decisão (UE) 2015/2367 do Conselho, de 30 de novembro de 2015, relativa à posição a adotar sobre a Decisão n.º 1/2015 em nome da União Europeia no âmbito do Comité Misto Veterinário instituído pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas, no que respeita à alteração dos apêndices 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10 e 11 do anexo 11 do Acordo (JO L 337 de 23.12.2015, p. 128).

## SECÇÃO E

### NOVA ZELÂNDIA

54. 21997 A 0226(01): Acordo (1997/131/CE) sob forma de troca de cartas respeitante à alteração dos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 57 de 26.2.1997, p. 2).
55. 21997 A 0226(02): Acordo (1997/132/CE) entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 57 de 26.2.1997, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
- 31999 D 0837: Decisão 1999/837/CE do Conselho, de 15 de novembro de 1999 (JO L 332 de 23.12.1999, p. 1).
56. 21999 A 1223(01): Troca de cartas respeitante à alteração dos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 332 de 23.12.1999, p. 3).
57. 32002 D 0957: Decisão 2002/957/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2002, que diz respeito à celebração de um Acordo sob forma de troca de cartas respeitante à alteração dos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 333 de 10.12.2002, p. 13).

58. 22002 A 1210(01): Acordo sob forma de troca de cartas respeitante à alteração dos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 333 de 10.12.2002, p. 15).
59. 22003 X 0125(01): Informação respeitante à entrada em vigor do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 22 de 25.1.2003, p. 35).
60. 32003 D 0616: Decisão 2003/616/CE da Comissão, de 11 de agosto de 2003, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, alterações aos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 214 de 26.8.2003, p. 36).
61. 22003 A 0826(01): Acordo sob forma de troca de cartas respeitante à alteração dos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 214 de 26.8.2003, p. 38).
62. 32004 D 0751: Decisão 2004/751/CE da Comissão, de 22 de outubro de 2004, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, alterações ao anexo V do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 332 de 6.11.2004, p. 16).

63. 22004 A 1106(02): Troca de cartas que constitui um acordo com a Nova Zelândia relativo às alterações do anexo V do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 332 de 6.11.2004, p. 17).
64. 22006 A 1205(02): Acordo sob a forma de troca de cartas que constitui um acordo com a Nova Zelândia relativo às alterações dos anexos V e VIII do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 338 de 5.12.2006, p. 3).
65. 32006 D 0854: Decisão 2006/854/CE da Comissão, de 26 de julho de 2006, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, alterações aos anexos V e VIII do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 338 de 5.12.2006, p. 1).
66. 32015 D 1084: Decisão de Execução (UE) 2015/1084 da Comissão, de 18 de fevereiro de 2015, que aprova, em nome da União Europeia, determinadas alterações aos anexos II, V, VII e VIII do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 175 de 4.7.2015, p. 45).
67. 32015 D 1901: Decisão de Execução (UE) 2015/1901 da Comissão, de 20 de outubro de 2015, que estabelece regras de certificação e um modelo de certificado sanitário para a importação na União de remessas de animais vivos e de produtos animais provenientes da Nova Zelândia e que revoga a Decisão 2003/56/CE (JO L 277 de 22.10.2015, p. 32).

## SECÇÃO F

### CANADÁ

68. 31999 D 0201: Decisão 1999/201/CE do Conselho, de 14 de dezembro de 1998, sobre a celebração do Acordo entre o Governo do Canadá e a Comunidade Europeia relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 71 de 18.3.1999, p. 1).
69. 21999 A 0318(01): Acordo entre o Governo do Canadá e a Comunidade Europeia relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 71 de 18.3.1999, p. 3).
70. 32005 D 0306: Decisão 2005/306/CE da Comissão, de 16 de fevereiro de 2005, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, alterações aos anexos do acordo entre a Comunidade Europeia e o Governo do Canadá relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais (JO L 98 de 16.4.2005, p. 32).
71. 22005 A 0416(01): Acordo sob forma de troca de cartas com o Governo do Canadá sobre as alterações aos anexos V e VIII ao Acordo entre a Comunidade Europeia e o Governo do Canadá relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 98 de 16.4.2005, p. 34).
72. 32013 D 0397: Decisão 2013/397/CE da Comissão, de 26 de maio de 2009, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, certas alterações ao anexo V do Acordo entre a Comunidade Europeia e Governo do Canadá relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 201 de 26.7.2013, p. 66).

## SECÇÃO G

### ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

73. 31998 D 0258: Decisão 98/258/CE do Conselho, de 16 de março de 1998, sobre a celebração do Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 118 de 21.4.1998, p. 1).
74. 21998 A 0421(01): Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 118 de 21.4.1998, p. 3).
75. 32003 D 0833: Decisão 2003/833/CE da Comissão, de 28 de novembro de 2003, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, alterações aos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 316 de 29.11.2003, p. 20).
76. 32003 D 0863: Decisão 2003/863/CE da Comissão, de 2 de dezembro de 2003, relativa a certificados sanitários para a importação de produtos de origem animal dos Estados Unidos (JO L 325 de 12.12.2003, p. 46).
77. 32005 D 0405: Decisão 2005/405/CE da Comissão, de 4 de maio de 2005, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, alterações aos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 137 de 31.5.2005, p. 31).

78. 22005 A 0531(01): Acordo sob forma de troca de cartas sobre as alterações aos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América relativo a medidas sanitárias da proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 137 de 31.5.2005, p. 33).
79. 32006 D 0198: Decisão 2006/198/CE da Comissão, de 2 de fevereiro de 2006, que aprova, em nome da Comunidade Europeia, alterações aos anexos do Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 71 de 10.3.2006, p. 11).
80. 22006 A 0310(01): Acordo sob forma de troca de cartas relativo às alterações aos anexos ao Acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América relativo a medidas sanitárias da proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e de produtos animais (JO L 71 de 10.3.2006, p. 12).
81. 32006 D 0333: Decisão 2006/333/CE do Conselho, de 20 de março de 2006, relativa à celebração de um Acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América nos termos do n.º 6 do artigo XXIV e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994 relativo à alteração das concessões previstas nas listas da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca no contexto da adesão destes países à União Europeia (JO L 124 de 11.5.2006, p. 13).

82. 22013 A 0313: Acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América nos termos do n.º 6 do artigo XXIV e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994 relativo à alteração das concessões previstas nas listas da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca no contexto da adesão destes países à União Europeia (JO L 124 de 11.5.2006, p. 15).

## SECÇÃO H

### CHILE

83. 22002 A 1230(01): Decisão 2002/979/CE do Conselho, de 18 de novembro de 2002, relativa à assinatura e à aplicação provisória de determinadas disposições do Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro (JO L 352 de 30.12.2002, p. 1).
84. 22002 A 1230(01): Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro (JO L 352 de 30.12.2002, p. 3).
85. 22002 A 1230(01): Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro - Ata final (JO L 352 de 30.12.2002, p. 1440).

86. 31992 D 0583: Decisão 92/583/CEE do Conselho, de 14 de dezembro de 1992, relativa à conclusão da convenção Europeia sobre a proteção dos animais nas explorações de criação (JO L 395 de 31.12.1992, p. 21).
87. 22003 X 0131(01): Informação relativa à aplicação de determinados artigos do acordo que cria uma associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro (JO L 26 de 31.1.2003, p. 52).
88. 32004 D 0907: Decisão 2004/907/CE da Comissão, de 27 de dezembro de 2004, relativa à contribuição financeira da Comunidade para a organização de um seminário internacional sobre o bem-estar dos animais no âmbito do Acordo CE-Chile relativo às medidas sanitárias e fitossanitárias aplicáveis ao comércio de animais e produtos de origem animal, plantas, produtos vegetais e outros produtos, e ao bem-estar dos animais (JO L 381 de 28.12.2004, p. 80).
89. 22005 D 0168: Decisão n.º 1/2003 do Comité de Associação do Acordo MSF UE-Chile designado Comité de Gestão Misto, de 24 de Outubro de 2003, relativa ao regulamento interno do Comité de Associação do Acordo MSF UE-Chile designado Comité de Gestão Misto (a seguir denominado «o comité») (JO L 55 de 1.3.2005, p. 93).
90. 22007 D 0177: Decisão n.º 1/2006 do Comité de Gestão Misto instituído no âmbito do Acordo entre a Comunidade Europeia e a República do Chile relativo a medidas sanitárias e fitossanitárias aplicáveis ao comércio de animais e produtos de origem animal, plantas, produtos vegetais e outros produtos, e ao bem-estar dos animais, de 9 de novembro de 2006, que altera os apêndices I.C, III.A, III.B e XI ao anexo IV do acordo (JO L 86 de 27.3.2007, p. 20).

## SECÇÃO I

### ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

91. 32003 D 0822: Decisão 2003/822/CE do Conselho, de 17 de novembro de 2003, relativa à adesão da Comunidade à Comissão do Codex Alimentarius (JO L 309 de 26.11.2003, p. 14).

## SECÇÃO J

### CONVENÇÕES EUROPEIAS

92. 31978 D 0923: Decisão 78/923/CEE do Conselho, de 19 de junho de 1978, relativa à conclusão da convenção Europeia sobre a proteção dos animais nas explorações de criação (JO L 323 de 17.11.1978, p. 12).
93. 31992 D 0583: Decisão 92/583/CEE do Conselho, de 14 de dezembro de 1992, relativa à conclusão da convenção Europeia sobre a proteção dos animais nas explorações de criação (JO L 395 de 31.12.1992, p. 21).
94. 21992 A 1231(01): Protocolo que altera a Convenção europeia relativa à proteção dos animais nos locais de criação (JO L 395 de 31.12.1992, p. 22).
95. 32004 D 0544: Decisão 2004/544/CE do Conselho, de 21 de junho de 2004, relativa à assinatura da Convenção Europeia sobre a proteção dos animais durante o transporte internacional (JO L 241 de 13.7.2004, p. 21).

96. 32004 D 0544: Convenção Europeia sobre a Proteção dos Animais em Transporte Internacional (revista) (JO L 241 de 13.7.2004, p. 22).
97. 31998 D 0306: Decisão 88/306/CEE do Conselho, de 16 de maio de 1988, relativa à conclusão da Convenção Europeia para a proteção dos Animais para Abate (JO L 137 de 2.6.1988, p. 25).

## CAPÍTULO 10

### BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

#### SECÇÃO A

#### ANIMAIS DE CRIAÇÃO

1. 31998 L 0058: Diretiva 98/58/CE do Conselho, de 20 de julho de 1998, relativa à proteção dos animais nas explorações pecuárias (JO L 221 de 8.8.1998, p. 23), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32003 R 0806: Regulamento (CE) n.º 806/2003 do Conselho, de 14 de abril de 2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1),
  - 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).
2. 32018 R 0329: Regulamento de Execução (UE) 2018/329 da Comissão, de 5 de março de 2018, que designa o centro de referência da União Europeia para o bem-estar animal (JO L 63 de 6.3.2018, p. 13).
3. 32019 R 0723: Regulamento de Execução (UE) 2019/723 da Comissão, de 2 de maio de 2019, que estabelece as normas de aplicação do Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao modelo normalizado de formulário a utilizar nos relatórios anuais apresentados pelos Estados-Membros (JO L 124 de 13.5.2020, p. 1).

4. 32019 R 1685: Regulamento de Execução 2019/1685 da Comissão, de 4 de outubro de 2019, que designa um centro de referência da União Europeia para o bem-estar animal para aves de capoeira e outros animais de criação de pequeno porte (JO L 258 de 9.10.2019, p. 11).
5. 32021 D 0755: Decisão de Execução (UE) 2021/755 da Comissão, de 6 de maio de 2021, que designa um centro de referência da União Europeia para o bem-estar animal para ruminantes e equídeos em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 163 de 10.5.2021, p. 5).
6. 32022 D 0712: Decisão de Execução (UE) 2022/712 da Comissão, de 27 de abril de 2022, relativa ao pedido de registo da iniciativa de cidadania europeia intitulada «End The Slaughter Age» («Acabar com a Era dos Matadouros») nos termos do Regulamento (UE) 2019/788 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 133 de 10.5.2022, p. 15).
7. 31999 L 0074: Diretiva 1999/74/CE do Conselho, de 19 de julho de 1999, que estabelece as normas mínimas relativas à proteção das galinhas poedeiras (JO L 203 de 3.8.1999, p. 53), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32003 R 0806: Regulamento (CE) n.º 806/2003 do Conselho, de 14 de abril de 2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1),
  - 32013 L 0064: Diretiva 2013/64/UE do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (JO L 353 de 28.12.2013, p. 8),
  - 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).

8. 32002 L 0004: Diretiva 2002/4/CE da Comissão, de 30 de janeiro de 2002, relativa ao registo de estabelecimentos de criação de galinhas poedeiras abrangidos pela Diretiva 1999/74/CE do Conselho (JO L 30 de 31.1.2002, p. 44), com a redação que lhe foi dada por:
- 12003 T: Ato relativo às condições de adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca e às adaptações aos Tratados em que se funda a União Europeia (JO L 236 de 23.9.2003, p. 33),
  - 32006 L 0083: Diretiva 2006/83/CE da Comissão, de 23 de outubro de 2006 (JO L 362 de 20.12.2006, p. 97).
9. 32007 L 0043: Diretiva 2007/43/CE do Conselho, de 28 de junho de 2007, relativa ao estabelecimento de regras mínimas para a proteção dos frangos de carne (JO L 182 de 12.7.2007, p. 19), com a redação que lhe foi dada por:
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).
10. 32008 L 0119: Diretiva 2008/119/CE do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativa às normas mínimas de proteção dos vitelos (JO L 10 de 15.1.2009, p. 7), com a redação que lhe foi dada por:
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).

11. 32008 L 0120: Diretiva 2008/120/CE do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativa às normas mínimas de proteção de suínos (JO L 47 de 18.2.2009, p. 5), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).
12. 32016 H 0336: Recomendação (UE) 2016/336 da Comissão, de 8 de março de 2016, sobre a execução da Diretiva 2008/120/CE do Conselho relativa às normas mínimas de proteção de suínos no tocante às medidas destinadas a reduzir a necessidade de corte da cauda (JO L 62 de 9.3.2016, p. 20).

## SECÇÃO B

### ANIMAIS DURANTE O TRANSPORTE

13. 32005 R 0001: Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho, de 22 de dezembro de 2004, relativo à proteção dos animais durante o transporte e operações afins e que altera as Diretivas 64/432/CEE e 93/119/CE e o Regulamento (CE) n.º 1255/97 (JO L 3 de 5.1.2005, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1).

14. 32021 D 1032: Decisão (UE) 2021/1032 do Parlamento Europeu, de 27 de abril de 2021, que prorroga, por um período adicional, a duração do mandato da Comissão de Inquérito para analisar alegadas infrações e má administração na aplicação do direito da União no que se refere à proteção dos animais durante o transporte dentro e fora da União (JO L 226 de 25.6.2021, p. 1).

## SECÇÃO C

### ANIMAIS NO MOMENTO DO ABATE OU OCCISÃO

15. 32009 R 1099: Regulamento (CE) n.º 1099/2009 do Conselho, de 24 de setembro de 2009, relativo à proteção dos animais no momento da occisão (JO L 303 de 18.11.2009, p. 1), com a redação que lhe foi dada por:
- 32017 R 0625: Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 (JO L 95 de 7.4.2017, p. 1),
  - 32018 R 0723: Regulamento de Execução (UE) 2018/723 da Comissão, de 16 de maio de 2018 (JO L 122 de 17.5.2018, p. 11).

## CAPÍTULO 11

### ZOOTECNIA

#### SECÇÃO A

##### GENERALIDADES

1. 32016 R 1012: Regulamento (UE) 2016/1012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, sobre as condições zootécnicas e genealógicas aplicáveis à produção, ao comércio e à entrada na União de animais reprodutores de raça pura, de suínos reprodutores híbridos e dos respetivos produtos germinais, que altera o Regulamento (UE) n.º 652/2014 e as Diretivas 89/608/CEE e 90/425/CEE do Conselho e revoga determinados atos no domínio da produção animal («Regulamento sobre a produção animal») (JO L 171 de 29.6.2016, p. 66).
2. 32017 R 0716: Regulamento de Execução (UE) 2017/716 da Comissão, de 10 de abril de 2017, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2016/1012 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos formulários normalizados a utilizar para a apresentação das informação a incluir nas listas de associações de criadores e de centros de produção animal reconhecidos (JO L 109 de 26.4.2017, p. 1).

3. 32017 R 0717: Regulamento de Execução (UE) 2017/717 da Comissão, de 10 de abril de 2017, que estabelece regras de aplicação do Regulamento (UE) 2016/1012 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos formulários normalizados dos certificados zootécnicos para os animais reprodutores e respetivos produtos germinais (JO L 109 de 26.4.2017, p. 9), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32020 R 0602: Regulamento de Execução (UE) 2020/602 da Comissão, de 15 de abril de 2020 (JO L 139 de 4.5.2020, p. 1),
  - 32021 R 0761: Regulamento de Execução (UE) 2021/761 da Comissão, de 7 de maio de 2021 (JO L 162 de 10.5.2021, p. 46).
4. 32017 R 1940: Regulamento Delegado (UE) 2017/1940 da Comissão, de 13 de julho de 2017, que complementa o Regulamento (UE) 2016/1012 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao conteúdo e ao formato dos certificados zootécnicos emitidos para animais reprodutores de raça pura da espécie equina que constam de um documento de identificação único vitalício para equídeos (JO L 275 de 25.10.2017, p. 1).
5. 32020 R 0602: Regulamento de Execução (UE) 2020/602 da Comissão, de 15 de abril de 2020, que altera o Regulamento de Execução (UE) 2017/717 no que diz respeito aos formulários normalizados dos certificados zootécnicos para os animais reprodutores e respetivos produtos germinais (JO L 139 de 4.5.2020, p. 1).
6. 32022 R 2077: Regulamento de Execução (UE) 2022/2077 da Comissão, de 27 de outubro de 2022, que designa o centro de referência da União Europeia responsável pela contribuição científica e técnica para o estabelecimento e a harmonização dos métodos de preservação de raças ameaçadas e para a preservação da diversidade genética existente nessas raças (JO L 280 de 28.10.2022, p. 10).

7. 32017 R 1422: Regulamento de Execução (UE) 2017/1422 da Comissão, de 4 de agosto de 2017, que designa o centro de referência da União Europeia responsável pela contribuição científica e técnica para a harmonização e melhoria dos métodos para os testes de desempenho e para a avaliação genética de animais reprodutores de raça pura da espécie bovina (JO L 204 de 5.8.2017, p. 78).

Em conformidade com o artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva 94/28/CE<sup>1</sup> do Conselho, os países terceiros devem comunicar à Comissão Europeia a lista dos organismos aprovados que a autoridade competente do país terceiro aprovou como estando em conformidade com o artigo 3.º, n.º 2, da referida diretiva. A fim de disponibilizar estas informações aos Estados-Membros da UE e ao público, a Comissão Europeia criou o seguinte sítio Web:

[https://food.ec.europa.eu/animals/zootechnics/non-eu-countries-information\\_en](https://food.ec.europa.eu/animals/zootechnics/non-eu-countries-information_en)

## SECÇÃO B

### ESPECIFICIDADES

8. 32015 R 0262: Regulamento de Execução (UE) 2015/262 da Comissão, de 17 de fevereiro de 2015, que estabelece normas relativas aos métodos de identificação de equídeos, nos termos das Diretivas 90/427/CEE e 2009/156/CE do Conselho (Regulamento relativo ao passaporte para equídeos) (JO L 59 de 3.3.2015, p. 1).

---

<sup>1</sup> Diretiva 94/28/CE do Conselho, de 23 de junho de 1994, que fixa os princípios relativos às condições zootécnicas e genealógicas aplicáveis às importações de animais, sémen, óvulos e embriões provenientes de países terceiros, e que altera a Diretiva 77/504/CEE, que diz respeito aos animais da espécie bovina reprodutores de raça pura (JO UE L 178 de 12.7.1994, p. 66).

9. 31990 L 0428: Diretiva 90/428/CEE do Conselho, de 26 de junho de 1990, relativa às trocas de equídeos destinados a concursos e que estabelece as condições de participação nesses concursos (JO L 224 de 18.8.1990, p. 60), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32008 L 0073: Diretiva 2008/73/CE do Conselho, de 15 de julho de 2008 (JO L 219 de 14.8.2008, p. 40).
  
10. 31992 D 0216: Decisão 92/216/CEE da Comissão, de 26 de março de 1992, relativa à recolha de dados respeitantes aos concursos de equídeos referidos no n.º 2 do artigo 4.º da Diretiva 90/428/CEE do Conselho (JO L 104 de 22.4.1992, p. 77), com a redação que lhe foi dada por:
  - 32004 D 0158: Decisão 2004/158/CE da Comissão, de 16 de fevereiro de 2004 (JO L 50 de 20.2.2004, p. 62),
  - 32010 D 0256: Decisão 2010/256/UE da Comissão, de 30 de abril de 2010 (JO L 112 de 5.5.2010, p. 8).